

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA**

CECÍLIA SOARES DE PAIVA

**A COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO NO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**BAURU
2011**

CECÍLIA SOARES DE PAIVA

**A COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO NO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, área de concentração Comunicação Midiática da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Bauru, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Comunicação, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Teresa Miceli Kerbauy.

**BAURU
2011**

CECÍLIA SOARES DE PAIVA

**A COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO NO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Banca Examinadora em 16 de setembro de 2011:

Prof. Dr. Gerson Luiz Martins
Membro da banca

Maximiliano Martin Vicente
Membro da banca

Maria Teresa Miceli Kerbauy
Orientadora e presidente da banca examinadora

**DIVISÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
UNESP – BAURU**

Paiva, Cecília Soares de.

A Comunicação da Informação de Interesse Público no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul / Cecília Soares de Paiva, 2011. 144 f. II.

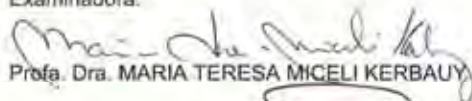
Orientadora: Maria Teresa Miceli Kerbaury.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Bauru, 2011.

1. Comunicação pública. 2. Gestão da informação. 3. Políticas de comunicação.
I - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação.
Bauru, 2011. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de CECILIA SOARES DE PAIVA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DO(A) FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICACAO DE BAURU.

Aos 16 dias do mês de setembro do ano de 2011, às 14:00 horas, no(a) Sala dos órgãos Colegiados da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. MARIA TERESA MICELI KERBAUY do(a) Faculdade de Ciências e Letras / Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Prof. Dr. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Prof. Dr. GERSON LUIZ MARTINS do(a) Departamento de Jornalismo / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE Mestrado de CECILIA SOARES DE PAIVA, intitulada "A comunicação da informação de interesse público no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul". Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: aprovado Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Profa. Dra. MARIA TERESA MICELI KERBAUY


Prof. Dr. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE


Prof. Dr. GERSON LUIZ MARTINS

Agradecimentos

Muitos.

Imensos e plurais como o pensamento.

Sinceros.

Cheios de adjetivos substantivados.

E singulares.

Como a linha marcando céu e mar em meio ao nosso silêncio.

Silêncio.

Nada se diz.

Nem precisa.

Estão todos em mim como os quero: Traços de Deus.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”

Madre Teresa de Calcutá

PAIVA, CECÍLIA SOARES DE.. **A Comunicação da Informação de Interesse Público no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul** / Cecília Soares de Paiva, 2011. 144 f. Il. Dissertação de Mestrado (Comunicação). Bauru: UNESP.

RESUMO

Este estudo destaca a informação relacionada à atuação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), instituição ativa em uma sociedade que convive com direitos necessários no cotidiano das pessoas. Parte-se do pressuposto de que há um entendimento mútuo que reconhece o Brasil como um país democrático voltado aos preceitos de cidadania, condição essa assegurada pela Constituição Federal de 1988, considerada marco referencial para impulsionar deliberações públicas sobre os próprios preceitos que a formam. Nesse sentido, esta investigação visa analisar a gestão da comunicação e da informação no âmbito da assessoria de comunicação do MPMS, atenta para o comprometimento da instituição com o desenvolvimento social e a responsabilidade dos gestores de comunicação em fomentar o debate público. Para conferir essa situação, são consideradas as mudanças provocadas pelas Tecnologias da Comunicação e da Informação (TICs) no contexto e nas circunstâncias de acesso e restrição à informação de interesse público. As discussões teóricas são fundamentadas no debate sobre comunicação pública, com destaque para a proximidade analítica da realidade brasileira. Consideram-se abordagens acerca da emancipação humana, em estudos da comunicação relativos ao espaço público, com o interesse público disposto como prerrogativa e norte de atuação da própria comunicação social. O objeto de análise desta proposta delimita-se pela informação concernente ao termo “interesse público”, o qual interliga toda a discussão, do referencial teórico às investigações a campo. A metodologia do estudo de caso concretiza o caráter exploratório-descritivo desta pesquisa, com ênfase para a técnica da observação direta com a indireta, e da entrevista em profundidade, pelo uso de questionários semiestruturados aplicáveis perante as pessoas-chaves do estudo. Para tanto, definiu-se o corpus da pesquisa por documentos, entrevistas e análises dos temas divulgados no portal virtual da instituição. A investigação foi conduzida com o intuito de aferir o fluxo da informação midiática entre o MPMS e a sociedade, a fim de esclarecer que diretrizes possui para incentivar as interações em consenso com os avanços tecnológicos disponíveis ao direito à comunicação e à informação no país.

Palavras-chave: Comunicação pública; fluxo da informação; gestão da informação; interesse público; políticas de comunicação.

ABSTRACT

This study highlights the information regarding the action of the Public Ministry of Mato Grosso do Sul State (MPMS), an institution active in a society that lives with duties necessary in everyday life. It starts with the assumption that there is a mutual understanding that recognizes Brazil as a democratic country back to the precepts of citizenship, a condition ensured by the Constitution of 1988, considered a reference point for encouraging public deliberations on its very precepts. Accordingly, this study proposes to analyze the management of communication and information within the communications office of the MPMS, attempting to the institution's commitment to social responsibility of managers and communication in fostering public debate. To check this, are considered the current changes caused by the technologies of information and communication technologies (TICs), contextualizing the circumstances and restriction of access to information of public interest. The discussions are based on the theoretical debate about public communication, emphasizing analytical situation of Brazilian reality. Are considered approaches to human emancipation, in communication studies related to public space, with the public interest and considered the prerogative and work north of the media itself. So, the object of analysis in this study is limited by the information concerning the "public interest", which connects all the discussion, literature review of the investigations in the field. The methodology of the case study formalizes the exploratory character of this descriptive study with emphasis on the technique of direct observation with the indirect ones, and in depth interview, the semi-structured questionnaires were applied in the key people in the study. For this purpose, the corpus of the research consists of documents, interviews and analysis of the issues published on the website of the institution. The aim is to understand how the information between the MPMS and the society flows in order to clarify what guidelines exist to encourage interactions in line with the technological advances available to the right to communication and information in the country.

Keywords: Public communication; information flow; information management; public interest; communications policy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ACESSO E RESTRIÇÕES À INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO	18
2.1	CONTEXTO TECNOLÓGICO-COMUNICACIONAL	24
2.1.1.	Configuração Tecnológica no Composto das Comunicações no Espaço Público	28
2.2	DESAFIOS E OPORTUNIDADES MIDIÁTICAS	32
2.2.1.	Desqualificação do fluxo da informação e desproporcionalidade de interesses	35
2.3	EXPANSÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL	37
2.3.1.	A era da informação na estrutura estatal brasileira	42
3	A COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO	45
3.1.	O PREDOMÍNIO DO CONHECIMENTO NA INFORMAÇÃO	47
3.1.1.	Informação e difusão jornalística.....	49
3.1.2.	Um conceito para a ação política e a indispensável criticidade do gestor	51
3.2.	INTERESSE PÚBLICO, OPINIÃO PÚBLICA E ARGUMENTOS DELIBERADOS	55
3.2.1.	As deliberações na democracia brasileira	58
3.3.	A COMUNICAÇÃO PARA AS DELIBERAÇÕES DEMOCRÁTICAS	63
3.3.1.	Gestão da informação para a comunicação pública em instituições estatais	65
4	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: FONTE DE INFORMAÇÃO PARA A COMUNICAÇÃO PÚBLICA	70
4.1.	IMERSÕES AO CAMPO DE PESQUISA	73
4.1.1.	Documentação e sistematização do estudo de caso	74
4.1.2.	Panorama institucional com mapeamento das fontes de informação.....	78
4.2.	A INFORMAÇÃO ACERCA DA MISSÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	83
4.2.1.	As produções informacionais da Assessoria de Comunicação	91

4.2.2.	Meios de comunicação e acesso à informação.....	95
4.3.	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NA ASSESSORIA	99
4.3.1.	Os gestores da assessoria de comunicação	103
4.3.2.	Diretrizes e seguimentos políticos de comunicação	104
5	CONCLUSÃO	108
	BIBLIOGRAFIA	111
	ANEXOS	125

LISTA ICONOGRÁFICA

1. GRÁFICOS

Gráfico 1 – Editais publicados por área de atuação.....	86
Gráfico 2 – Editais sobre Meio Ambiente por tipos de comarcas	87
Gráfico 3 – Editais sobre Patrimônio Público e Social por tipos de comarcas	88
Gráfico 4 - Editais sobre Infância e Juventude por tipos de comarcas.....	89
Gráfico 5 - Editais sobre Consumidor por tipos de comarca.....	90
Gráfico 6 – Fontes de produção de matéria publicada no portal do MPMS	92
Gráfico 7 – Abordagens das matérias produzidas pela Assecom.....	93

2. ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul com demarcação de suas comarcas...	80
Ilustração 2 – Página principal do portal MPMS	96

3. TABELAS

Tabela 1 – Órgãos do MPMS	72
Tabela 2 – O MPMS no Estado por meio de suas promotorias de justiça	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Assecom – Assessoria de Comunicação do Mato Grosso do Sul

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

CNPG – Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça

CPCOM – Comitê de Políticas de Comunicação do Ministério Público

DOMP – Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MP – Ministério Público

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

MPM – Ministério Público Militar

MPMS – Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

MPT – Ministério Público do Trabalho

MPU – Ministério Público da União

MS – Mato Grosso do Sul

PBC – Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil

PG – Procuradoria de Justiça

PGJ – Procuradoria-Geral de Justiça

PJ – Promotoria de Justiça

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SCI – Serviço de Controle à Imprensa

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TJMS – Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1 INTRODUÇÃO

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), assim como as demais unidades de Ministério Público (MP) existentes no Brasil, atua em favor da condição democrática do país e da ordem jurídica, de maneira a priorizar os direitos instituídos. Suas ações integram-se ao espaço público de maneira peculiar, pois, apesar da condição de organização estatal mantida com recursos públicos, manifesta-se por entre interesses públicos e privados, podendo fiscalizar, investigar e responsabilizar quaisquer dos três poderes instituídos. Busca garantir a ordem jurídica e as condições de cidadania em seu âmbito de atuação.

A Constituição Federal de 1988 (CF-1988) o inclui como um dos Ministérios Públicos dos estados, os quais são organizados em estruturas independentes e definidos por iguais princípios e pela missão de ser “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (Art. 127).

Isso significa, na interpretação de Mazzilli (2007, p.107), que o MP destina-se a zelar pelas “principais formas de interesse público.” Suas prerrogativas provocam estudos acerca da presença dessa instituição, por meio de procuradores e promotores de justiça, nas diversas situações da vida em sociedade. Atua perante os tribunais e ainda diretamente com a comunidade, em procedimentos que envolvem a busca de provas, a promoção de audiências públicas, entre outras tarefas, no intuito de resolver conflitos. Seus representantes desempenham funções nas esferas criminal e cível, cumprindo o papel de acusadores em caso de comprovação de crimes contra a vida, e em assuntos nos quais se pode exigir o cumprimento de leis instituídas, como as relacionadas ao meio ambiente, ao consumo de bens e serviços, ao patrimônio público e social, entre outros temas que afetam a sociedade.

Contudo, percebe-se que os meios de comunicação por ele geridos são privados de participação pública, sem possibilitarem as atuais conexões e interações proporcionadas pelos avanços da tecnologia. Em incursões iniciais de pesquisa, conferiu-se que os gestores da comunicação atuavam sem diretrizes e princípios que considerem o MPMS como fonte de informação de interesse público, e dispositivo capaz de assegurar preceitos democráticos. Além disso, não foram encontradas sistematizações comunicacionais para que seus diferentes órgãos sejam mais eficientes na circulação da informação no espaço público, de forma que tais informações consigam ser realmente apropriadas pela sociedade.

Nota-se que há predisposição a isso, em vista da existência de assessoria de comunicação em sua estrutura, o que justifica realizar estudos direcionados ao MPMS, entendendo que o cumprimento de seus preceitos exige cuidados específicos de comunicação. Considerável instituição pública, o MPMS dispõe de meios e formas para que suas ações sejam compreendidas no espaço público, capazes de estimular a concretização de direitos universais nas comunidades em que atua.

Isso faz com que este estudo inclua analisar a gestão da comunicação e da informação apoiados no comprometimento da instituição com o desenvolvimento social, e a responsabilidade dos comunicadores em fomentar o debate público para a compreensão e a prática de direitos instituídos. Assim, o trabalho inclui duas partes contextualizadas na realidade brasileira e nas possibilidades de comunicação, as quais formam a base de análise da parte descritiva da pesquisa realizada em torno da assessoria de comunicação do MPMS.

O pressuposto teórico fundamenta-se na ideia central da comunicação pública como espaço propício para as deliberações públicas, com abordagens acerca da informação comprometida com a cidadania e justificativas para que se regulamentem, nas organizações públicas, políticas de comunicação que direcionem as tendências democráticas da comunicação. A fundamentação bibliográfica traz autores que entendem a comunicação pública como espaço de discussão e de possibilidade para as pessoas participarem da vida pública, decidirem, entenderem, compreenderem e opinarem sobre o que as afeta. Assim, este estudo considera a informação como um bem público e o acesso à informação, um direito fundamental.

A pesquisa empírica fundamenta-se em documentos institucionais, entrevistas e nas produções noticiosas da assessoria veiculadas no portal, de modo a conceber uma visão panorâmica acerca do universo relativo aos órgãos que compõem o MPMS. Com isso, têm-se maior entendimento sobre a gestão do fluxo da informação relacionada aos assuntos tratados por sua assessoria de comunicação.

Centrada na área de comunicação, esta pesquisa não tem a pretensão de discorrer sobre a atividade de Ministério Público em si, nem de sua gestão administrativa. Enfatiza o entendimento sobre a comunicação pública apresentada pelo universo de Ministério Público atuante em Mato Grosso do Sul. Empenha-se em compreender como a missão do MPMS é desenvolvida por seus representantes, com o intento de materializar um parâmetro para analisar se as atuações dos seus componentes são abordadas como informação noticiosa no portal da instituição.

São avaliados os instrumentos e tipos de canais midiáticos à disposição da informação do MPMS. Em um conjunto de elementos, observam-se situações a serem analisadas com maior precisão, que distingam o que é simples difusão do que é buscar equilíbrio na comunicação. Em investigações que justificaram o projeto dissertativo, foi constatada a falta de tratamento diferenciado entre a informação institucional e aquela de interesse público, de modo a evidenciar um fluxo unilateral, sem a contrapartida da recepção. Percebeu-se que a assessoria atuava como refém dos serviços de tal maneira que a demanda anulava as possibilidades de antever situações ou de desenvolver condições para uma comunicação de interação e diálogo. Por essas constatações preliminares, este estudo materializou-se na seguinte questão: como é feita a gestão do fluxo da informação midiática entre a instituição e a sociedade?

O objetivo principal é identificar quais as diretrizes de comunicação para o fluxo da informação midiática do MPMS, e ainda: 1) possibilitar a análise de sua agenda midiática e do volume de informações voltadas ao interesse público e à comunicação dessa informação na sociedade; 2) compreender o fluxo das informações e a dinâmica do portal de notícias da instituição para incentivar a democratização e a cultura da interatividade; e 3) contribuir para atos de gestão da comunicação praticados pela instituição, com base nos propósitos do interesse público, da comunicação pública e do acesso à informação, em consenso com os avanços tecnológicos disponíveis na sociedade.

Diante disso, a segunda seção desta dissertação apresenta um panorama da realidade em que se insere esta discussão, evidenciando as possibilidades e tendências relacionadas às Tecnologias da Comunicação e da Informação (TICs), de modo a contemplar a dinâmica comunicacional prescrita para o espaço público por autores como Castells (2009), Mattelart (2006) e Wolton (2010). Em meio à profusão informacional, existe a necessidade de se fazer uma seleção da informação, pois há uma exposição massiva de informações pelos meios de comunicação e poucos critérios de difusão (WOLTON, 2007, p.97-98).

Esta abordagem considera tanto a ação comunicativa direta, instituição-sociedade, quanto a comunicação mediada pela presença das mídias de massa. Com isso, há como analisar a utilização das TICs na gestão da informação do MPMS.

A terceira seção examina a informação como cerne do conhecimento para a ação política do cidadão e para a comunicação dialógica, de modo a atentar para a importância acerca do debate que envolve o termo comunicação pública, bem como as responsabilidades jornalísticas diante da construção da notícia e do seu agendamento.

Nota-se que o termo interesse público sobressai nas reflexões dessas construções teóricas, mas falta ênfase que o considere como indício principal de análise para a compreensão da gestão da informação. Nessa terceira seção, faz-se a abordagem sobre o que se considera de interesse público, em vista de tal qualidade ser a principal motivação para os procedimentos da comunicação pública, justificativa para a atuação jornalística e conceito inerente à missão do MPMS.

Por fim, a quarta seção desta dissertação descreve a pesquisa exploratória, com aplicação de toda a discussão teórica revelada como decisiva na formulação e explicação da pesquisa e da análise empírica deste estudo de caso. Essa seção ressalta a atuação do MPMS diante das apurações e interferências que faz na comunidade sul-mato-grossense. Dessa forma, evidencia-se o envolvimento da instituição com o interesse público e seus serviços prestados em favor da sociedade sul-mato-grossense, em um diagnóstico que quer contribuir para a compreensão das situações que pedem maior atenção no trato da comunicação pública no Brasil.

2 ACESSO E RESTRIÇÕES À INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

O Brasil experimenta uma situação controversa no campo da comunicação, especificamente em relação à gestão da informação cidadã e a políticas de comunicação que assegurem o seu acesso. Enquanto a alta tecnologia circula em suas estruturas organizacionais, coexistem no espaço público debilidades no fluxo informacional de seus preceitos democráticos. Dessa maneira, sob inspiração do pensamento de Jürgen Habermas (1997; 1989; 1984) sobre esfera pública e democracia deliberativa, propõe-se uma reflexão sobre a comunicação que instiga o exercício do pensamento crítico em favor da democracia brasileira e sua cidadania. Como delimitação, o objeto de estudo é a informação concernente ao termo “interesse público”, o qual interliga os conceitos necessários para a composição desta pesquisa.

A natureza das reflexões é extraída do debate sobre comunicação pública, em que diversos estudiosos no Brasil, a exemplo de Brandão (2009), Duarte (2009), Matos (2009) e Oliveira (2004), conferem a necessidade de se discutir a comunicação no atual contexto democrático do país. Esses e outros pesquisadores mencionados nesta dissertação deixam explícito o interesse público como prerrogativa e norte de atuação da própria comunicação social.

São autores que contribuem para concatenar as discussões de Habermas na contemporaneidade, principalmente por suas abordagens acerca da emancipação humana e das suas ideias como parâmetro para os estudos da comunicação relativos ao espaço público.

Inerente a essa discussão, há referenciais que investigam a comunicação entre técnicas e necessidades humanas, ou entre a comunicação ideal/normativa e a comunicação técnico/funcional. Nesta dicotomia, busca-se elucidar as práticas comunicacionais para o trato da informação como valor imaterial da comunicação (WOLTON, 2007, p.41-42).¹

Com relação ao termo “interesse público”, as referências desta exposição previnem que há dificuldades e controvérsias para uma conceituação mais precisa. Deste modo, para que se possam trazer especificações quanto ao que vem a ser interesse público, cabe prenciar sua relação às convicções comuns, ligadas às aspirações democráticas e ao que é justo e igualitário com respeito às diferenças culturais (BOBBIO, 1998, p.570; DUARTE, 2009, p.60-61; KARAM, 2004).

¹ A discussão da técnica e das necessidades humanas também é notada em Habermas nos estudos que faz sobre a racionalidade humana para se chegar a algum consenso, trazendo análises a respeito da razão instrumental e da razão comunicativa para a orientação das relações sociais (HABERMAS, 1989; 2003; NOBRE, 2004, p.55-58).

Por essas indicações, parte-se do pressuposto de que há um entendimento mútuo que reconhece o Brasil como um país democrático voltado aos preceitos de cidadania, condição essa assegurada constitucionalmente. Devido à comunicação pública estar imersa em questões públicas, e dada sua visibilidade no espaço público (DUARTE, 2009, p.42; MATOS, 2009a; p.102s), este estudo considera a Constituição Federal de 1988 (CF-1988) marco referencial para impulsionar deliberações sobre os próprios preceitos que a formam.

Antes de esclarecer acerca desse referencial, é preciso que se registre a predisposição da pesquisa às análises críticas concernentes ao pensamento positivista arraigado nos princípios da nação, expresso visivelmente “no simbolismo da bandeira brasileira: ordem e progresso” (MEDINA, 2008, p.21). Essa colocação faz-se necessária por se levar em conta que “a grade do progresso, na visão positivista, não tolera a intuição individual, incapaz de operar na evolução da espécie ou nas intervenções sociopolíticas” (MEDINA, 2008, p. 21). Portanto, os cuidados em manifestar uma percepção mais acurada sobre seus efeitos são redobrados, tendo em vista que o positivismo, claro ou disfarçado, difuso ou pouco influente, contrapõe-se ao criticismo político, à emancipação recorrente nesta dissertação.

Outra colocação precedente deve-se ao envolvimento deste trabalho de comunicação com o campo do direito e das tecnologias da informação e comunicação (TICs). Apesar da partilha de determinadas reflexões, o intento é evitar especificações e aprofundamentos acerca deste ou daquele enunciado. O que se registra serve para contextualizar as possibilidades de interação comunicacional na atualidade, pela pretensão de instigar ou, pelo menos, sinalizar condições que impulsionem à criticidade necessária para compreender o que existe e o que se pode fazer acerca de disso em um contexto real. Ou seja, tal como na análise de Nobre (2004) sobre a teoria crítica, quer-se suscitar condições comunicacionais que contribuam para “a apresentação de ‘como as coisas são’ enquanto obstáculos à realização das suas potencialidades” (NOBRE, 2004, p.10).

A partir dessa percepção, há como evidenciar a CF-1988 como referencial para falar sobre o que se tem instituído no país e como inspiração para instigar a circulação de assuntos relacionados a direitos imprescindíveis à condição democrática, pois, como assinala Bobbio, sem direitos reconhecidos e protegidos inexiste democracia, tampouco sociedade de cidadãos (BOBBIO, 1992, p.1).

Os autores analisados nesta proposta sustentam que a CF-1988 emana confiança e é considerável dispositivo que rege preceitos de uma democracia, identificada como “parâmetro de referência” para a distribuição do poder e para a tomada de decisões políticas (BOBBIO,

1998, p.260s). Deliberada entre diversas comissões representativas, a CF-1988 abrange os mais distintos assuntos da vida em sociedade no Brasil:

Os debates e disputas transcorridos durante a convocação e os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 sobre temas como ampliação da participação popular, reestruturação federativa, reforma agrária, reforma urbana, papel do Estado na economia, direitos sociais, entre outros, demonstram a riqueza e a complexidade destes processos de elaboração de constituições em sociedade que pretendem construir uma democracia (GOULART, 2009, p.7-8).

Fundamentada nos direitos universais (RITT, 2002, p.88), seus itens contêm potencial descritivo que devem ser primeiramente compreendidos a fim de instigar ação e reação emancipatórias. Abrangem preceitos que contemplam argumentos propícios a deliberações e à formação de uma opinião pública impulsionadora de conquistas importantes para a cidadania.

Reconhecida como “Constituição Cidadã”, cada uma de suas recomendações garante direitos e o acesso a eles (KUCINSKI, 2005, SADEK, 2000, p.13s), adjetivação que deixa clara a prescrição para assegurar os ditames da cidadania:

Em princípio, cidadania refere-se aos direitos e às obrigações entre o Estado e o cidadão. Falar em cidadania implica recorrer a aspectos ligados a justiça, direitos, inclusão social, vida digna para as pessoas, respeito aos outros, coletividade e causa pública no âmbito de um Estado-nação. Pressupõe, conforme Thomas H. Marshall (1967), um dos autores clássicos dos primeiros estudos de cidadania, conquistas e usos dos direitos civis (“liberdade pessoal, liberdade de expressão, pensamento e crença, o direito de propriedade e de firmar contratos válidos e o direito à justiça”); políticos (“como o do voto e do acesso ao cargo público”); e sociais (“que vão desde o direito a um mínimo de segurança e bem-estar econômico, até o direito de participar plenamente da herança social e de viver a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”) (BEZZON, 2005, p.22).

A CF-1988 prevê condições para que o cidadão possa interferir, provocar o poder instituído e ir de encontro a quaisquer sujeições contrárias a valores universais. Portanto, baseado em seus preceitos, pode-se exigir do poder instituído (Estado), a ação de seus dispositivos em favor de interesses individuais e do coletivo da nação (BOBBIO, 1987, p.100s; 1998, p.247-257; RITT, 2002, p.70s).

Nesse sentido, destacam-se “dois direitos fundamentais ligados a comunicação: o direito à informação e o direito à liberdade de expressão” (BRITTOS, COLLAR, 2009, p.71).

Estes são aqui relacionados ao livre fluxo das informações. Impulsionam a obter acesso a direitos consagrados, como a vida digna e a igualdade das pessoas, de modo que, reconhecidos e respeitados no cotidiano, proporcionam novas deliberações que acompanham as transformações humanas (GENTILLI, 2005, p.17; KARAM, 1997, p.15s). Distintos entre si, contribuem “para a formação da opinião pública pluralista – esta cada vez mais essencial

para o funcionamento dos regimes democráticos, a despeito dos anátemas eventualmente dirigidos contra a manipulação da opinião pública” (FARIAS, 2001).

Fundamenta-se a necessidade de elencá-los a partir das dificuldades do brasileiro em obter acesso a direitos constituídos e normatizados (SADEK, 2001; CAMARGOS, 2004, p.152), em que pesam debilidades na efetivação da comunicação pública deliberativa.

Num país em que a desigualdade é enorme, a oportunidade de um cidadão comum conhecer as possibilidades de participação, instrumentos de acesso, seus direitos à informação, a expressar sua opinião ou a um atendimento digno tende a ser equivalente à sua posição na estrutura social. Informação é um bem de interesse geral ainda acessível para poucos, o que restringe o potencial de participação em termos igualitários, tanto de acesso quanto de capacidade de tomar decisões (DUARTE, 2009, p. 67).

Desse modo, de acordo com as confrontações e elucidações bibliográficas consideradas neste trabalho, vê-se que a CF-1988 é comumente associada mais à conduta organizacional dos aparatos estatais que a parâmetro para suscitar deliberações acerca das prerrogativas de cidadania. Há muito que deliberar para que as conquistas democráticas sejam apropriadas ao mundo da vida, relacionado por Habermas às dimensões humanas do falar e do agir (HABERMAS, 1989, p. 25).²

Apesar de seus preceitos terem refreado várias transgressões aos direitos humanos no Brasil, e estruturado condições para projeções de melhorias sociais, muitas das decisões políticas subsequentes desviaram ou corromperam suas recomendações (KUCINSKI, 2005, p.55). Pendem assuntos a serem efetivados, portanto, a serem deliberados em uma realidade de desiguais (OLIVEIRA, 2004, p.9; SANTOS, 2002, p.123).

Longe dos princípios que garantem a democracia, “é fato amplamente conhecido que as desigualdades socioeconômicas no Brasil destacam-se entre uma das mais elevadas” (SADEK, 2006, p.147). Questões provenientes de diversas causas de ordem econômica, política e social, onde imperam as individualidades, demonstram que a conquista de direitos e a sua escritura pública não significam seu cumprimento. Estudiosos argumentam que há tempos vivenciamos, no Brasil, graves problemas e “formas de vida não-cidadãs” (SANTOS 2002, p.19), com longos períodos de cerceamento à liberdade que contribuíram para nos manter dóceis e pouco reativos para alterar essa realidade (SOUZA, 2007, p.152s). Características de concentração e perpetuação de poder marcam a economia e a política nacionais (BRUM, 1991). Demandam situações que fazem com que uma ou outra ação de

² Eugênio Bucci entende que “a noção de ‘mundo da vida’, na acepção de Habermas e de outros estudiosos, designa uma esfera das vivências, das verdades partilhadas e não problematizadas (que não são postas em dúvidas para o falante), ou o caldo nos quais os integrantes de uma comunidade existem de modo a interagir e se entender.” (BUCCI, 2009, p.139).

cidadania praticada se torne invisível, de tantos danos e comprometimentos a preceitos constitucionais transcritos, bem como inúmeras leis, que neles se justificam, explicitamente descumpridas.

Os interesses de grupos e de corporações não raro prevalecem, de forma que muitas vezes é mera hipocrisia supor que a lei corresponda ao interesse geral [...], até mesmo interesses estritamente individuais têm levado à inclusão, alteração ou supressão de normas legais, que deveriam ser genéricas e abstratas nesse País, e só fundadas no *interesse público*, e não no interesse das corporações ou, até mais ainda, de alguns poucos indivíduos (MAZZILLI, 1998, p.43).

No período pré-constituente, Florestan Fernandes (1986, p.44) reclamou da inexistência da democracia no país. Por certo, havia o agravante da transição de regimes, ainda nos últimos momentos de ditadura militar. Mas o autor deixa claro que faz referência a um panorama histórico geral como nação, no qual via a reprodução de uma tradição política “que conduz, sempre, a um mesmo resultado: manter as rédeas presas, para que a massa popular e as classes trabalhadoras sejam perenemente banidas do poder” (FERNANDES, 1986, p.45).

Atualmente, estudiosos como Comparato (2010) falam da continuidade de práticas antidemocráticas, apesar de muitos direitos estarem garantidos na legislação. Para esse autor, a realidade brasileira é permeada de contradições, pois existem garantias constitucionais claras para o exercício da democracia, mas o que prevalece são os interesses particulares, com as pessoas que exercem os poderes públicos revelando suas vontades e interesses, “acima do disposto na Constituição e nas leis” (COMPARATO, 2010, p.8).

Perduram, no histórico do país, implicações advindas da falta de conhecimento, e “o que é grave, e revela o estado de desinformação jurídica da população, é que poucos se dão conta de que os seus direitos de cidadania estão sendo esbulhados” (SANTOS, 2002, p. 23). Envolvem desde a ocultação e a manipulação explícita da informação até ocasiões em que, segundo Santos (p.114), os serviços essenciais nem sequer possuem uma definição do que exatamente são, para que se possam reivindicá-los e/ou publicizá-los. Constata-se em documento dirigido a jornalistas que:

Os avanços conquistados na Constituição de 1988 e em legislações das últimas duas décadas, a criação de novas instâncias e as mudanças já implantadas na estrutura do Poder Judiciário ainda não foram suficientes para melhorar a distribuição da justiça no Brasil. Dados do IBGE apontam que somente 30% da população brasileira consegue ter acesso à justiça. Entre os obstáculos a um maior acesso encontram-se as perversas desigualdades sociais do país; a crescente demanda que desemboca no aparelho de justiça, sem uma reorganização adequada do sistema; a lentidão com que as demandas são processadas; o custo elevado do processo brasileiro; a visão elitista e preconceituosa presente na mente e nas práticas de muitos profissionais de

direito; além da desinformação gritante da maior parte da população (CRIADO, 2003. p. 285).

Comparato (2010) confirma a existência dessa cadeia de influências nocivas ao dizer que há um conjunto de fatores que impede o brasileiro de proceder ao exercício da manifestação politizada, reconhecendo que isso é intensificado por lacunas no acesso a informações sobre questões de interesse público (COMPARATO, 2010, p.8).

Sem que se aventure por relatos ou análises dos problemas brasileiros, ousa-se dizer, a partir dos preceitos da comunicação pública, que o espaço público prescinde de deliberações e questionamentos interligados entre o que está instituído e o cotidiano. Apesar dos inumeráveis aparatos tecnológicos e sob um contexto de circunstâncias férteis para a comunicação deliberativa das informações, o que se tem é um fluxo informacional marcado por debilidades.

2.1 CONTEXTO TECNOLÓGICO-COMUNICACIONAL

Atualmente, o fluxo informacional do espaço público relaciona-se, de uma maneira ou outra, com o campo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Com destaque para as interligações em rede, as TICs ficam cada vez mais inseridas na sociedade, como demonstram Mattelart (2006, 2008) e Castells (2002, 2009³).

Vale dizer que a configuração tecnológica que se faz presente multiplica a movimentação de todos os tipos de informação. Propiciam condições para que assuntos de interesse público sobressaiam tanto pelos meios de comunicação convencionais como por manifestações virtuais, já que as redes de mídia e a Internet estão relacionadas (CASTELLS, 2009, p. 29).

O espaço virtual manifesta-se pela diversidade de equipamentos e as possibilidades de conexões em redes, com suas produções e reproduções contínuas e infinitas de informações. Configuram-se “poderosas ferramentas de armazenamento, processamento, transmissão e interação multimídia de dados, em níveis, velocidade e alcance espacial jamais conhecidos” (MARTINS; IMASATO, 2008, p.11). De acordo com Castells (2002):

Para compreender como e por que a tecnologia se difunde na economia global é importante levar em conta o caráter das novas tecnologias da informática. Por se basearem essencialmente nos conhecimentos armazenados/desenvolvidos na cabeça humana, têm o potencial extraordinário de difusão para além da fonte, contanto que encontrem a infra-estrutura tecnológica, o ambiente organizacional e os recursos humanos a serem assimilados e desenvolvidos por meio do processo de aprender fazendo (CASTELLS, 2002, p.168).

³ As citações referentes a esta obra de Castells são traduções livres feitas do original em espanhol.

Com a Internet, as informações são transmitidas e também acessadas em qualquer lugar do mundo e para quantos quiserem acessá-la ao mesmo tempo (BARBOSA FILHO; CASTRO, 2007, p.369; JORNET, 2006, p.76), sem subjugar-se a altos custos financeiros ou a interferência política que coíba totalmente esse desempenho (LEMOS, 2009, p.29; KUNCINSKI, 2005, p.73-74).

Informações são disponibilizadas em equipamentos de multiuso e de convergência midiática, com destaque para o quesito mobilidade, otimizado pelo predomínio de equipamentos de fácil deslocamento, a exemplo de celulares e computadores que dispensam o uso de cabos de conexão.⁴

Emerge uma gigantesca superestrutura que pode ser sintetizada da seguinte forma:

Subjacente a todas aquelas atividades corriqueiras está uma imensa malha de meios de comunicação que cobre países inteiros, interliga continentes e chega às casas e empresas: são fios de telefone, canais de microondas, linhas de fibra ótica, cabos submarinos transoceânicos, transmissões via satélite. São computadores que processam informações, controlam, coordenam e tornam compatíveis os diversos meios. Aglutinando e dando sentido à estrutura física, estão as pessoas que a operam ou dela se utilizam. Tal é a capacidade de transmissão e a qualidade dos serviços oferecidos, que o usuário nem se dá conta de todo o complexo aparato que apóia esses serviços, e a maioria das pessoas não tem a menor ideia de como é feita a comunicação – se pela transmissão sem fio de um telefone celular, pelo canal de um satélite em órbita, ou por um cabo no fundo do oceano. O conjunto desses recursos forma uma verdadeira “superestrada” de informações e serviços frequentemente chamada de “infovia” ou “supervia” (TAKAHASHI, 2002, 19).

Mattelart (2006, p. 11) analisa que um universo de grandes proporções numéricas se manifesta, pois, à medida que aumenta o número de usuários e de acessos, intensificam-se a produção e a criação textuais, com inovação constante do conhecimento.

Formou-se um espaço de circunstâncias ideais para a comunicação casual ou intencional, individual ou coletiva, permeado da superficialidade até a mais alta densidade de poder, conforme se constata na obra “Comunicação e poder”, de Castells (2009, p.27). No espaço virtual, surgem novas e inovam-se antigas formas de hegemonia, assim como se erguem espaços e situações para o exercício do poder e do contrapoder que incidem na realidade (MATTELART, 2006, p.8; KUNCINSKI, 2005, p.80).

O conjunto das estruturas tecnológicas associa-se à movimentação política e econômica de tal maneira que Mattelart enuncia a “sociedade da informação” e sua era tecnoeletrônica, “uma era em que os processos políticos se tornaram globais” (MATTELART,

⁴ As conexões sem cabos (comunicação inalâmbrica) ligam-se à convergência de equipamentos, a exemplo dos celulares e suas várias etapas que os fizeram passar de aparelho analógico e funções de telefonia a aparelhos multimídia. Incluem, em um único modelo, possibilidades de acesso à internet, a emissoras de rádio, a canais de TV e a equipamento de serviços de gravação de som e imagem (LEVY, 2002, p.47-49; BARBOSA FILHO; CASTRO, 2007, p.368).

2006, p.97). Para Castells, trata-se da “era da informação”, com características que compõem a “sociedade em rede”, cuja identificação pode ser considerada global principalmente por transcender “limites territoriais e institucionais através de redes de computadores interligadas entre si” (CASTELLS, 2009, p.51).

Independente das terminologias que usam, são pesquisadores importantes para a compreensão das rápidas transformações nos processos comunicacionais e informacionais, em que os assuntos afetos à organização da vida interligam-se às tecnologias digitais em rede.

Castells (2002) acredita que esse processo de transformações muito aceleradas foi impulsionado a partir da propagação e concomitante aprimoramento tecnológico, na década de 1970 (CASTELLS, 2002, p.43-44).⁵

Decorrido o tempo, as TICs provocaram uma “penetrabilidade em todas as esferas da atividade humana”, hoje inseridas nos mais diversos interesses e atividades individuais ou coletivas das pessoas (CASTELLS, 2002, p.43;136; 2009, p. 52).

Em suas exposições, Castells (2002, 2009) analisa as consequências tecnológicas sobre nossas vidas, com reflexões acerca da estreita relação entre as TICs e o surgimento da economia em escala global, com a movimentação das riquezas entre as nações (CASTELLS, 2002, p.143). Em meio a isso, surgem outros efeitos como a eclosão de um processo de mudança cultural em termos mundiais.

Sobre essas mudanças culturais, conclui-se que são acionadas ou intensificadas conforme a realidade de cada nação, lugar ou unidade organizacional, sendo, por vezes, naturalmente condicionadas ao nosso cotidiano, e nem sempre perceptíveis. Sob esse viés, Sebastião Squirra observa que, hoje em dia, a tecnologia faz-se presente em diversas situações da vida, como “na troca instantânea de mensagens, na compra – em frações de segundo – de ações nas bolsas (do país ou de qualquer parte do globo, agora na forma unicamente eletrônica), no controle da conta e na vigília do saldo bancário (SQUIRRA, 2008).

Essa “infiltração” não se origina propriamente por conta das TICs. Seriam inanimadas caso não fossem “apropriadas” pelos sujeitos, os quais incorporam a elas seus valores e pretensões. Tanto que o uso das TICs, quando ocorre, é feito de acordo com a condição estrutural do sujeito, de sua condição econômica, política e social. Revelam menor ou maior

⁵ Para Castells (2002), desde o início da propagação e progresso das inovações tecnológicas nos anos 1970, as transformações começaram a ocorrer em todas as esferas da atividade humana por força das tecnologias da informação. “Logo que se propagaram e foram apropriadas por diferentes países, várias culturas, organizações diversas e diferentes objetivos, as novas tecnologias da informação explodiram em todos os tipos de aplicações e usos que, por sua vez, produziram inovação tecnológica, acelerando a velocidade e ampliando o escopo das transformações tecnológicas, bem como diversificando suas fontes” (CASTELLS, 2002, p.43-44).

grau de participação. “A tecnologia de redes e a organização em rede são apenas meios que refletem as tendências inscritas na estrutura social” (CASTELLS, 2009, p.51).

Assim, as transformações até podem ocorrer e afetar a muitas pessoas, mas isso não significa, segundo Castells (2009, p.51), que haja participação equivalente no processo, em vista da dependência das situações reais. As TICs promoveram uma sociedade que é global por seus efeitos em praticamente todos os lugares do mundo, mas não está diretamente sobre todos por serem poucos os que a levam a isso:

A sociedade em rede global é uma estrutura dinâmica, altamente maleável às forças sociais, à cultura, à política e às estratégias econômicas. Mas o que permanece em todos os casos é seu predomínio sobre as atividades e pessoas que estão fora da própria rede (CASTELLS, 2009, p. 53).

Precisamente nos processos decisórios para a atuação dessas pessoas no mundo é que o uso das TICs é segmentado. Em vez de aparatos para a visibilidade pública, de assuntos que venham a ser de interesse coletivo, ressaltam questões privadas que se mesclam ao espaço público sem discernimento ou critérios.

Inter-relacionadas a isso, ocorrem “mudanças significativas nas formas pelas quais a informação é produzida e disseminada nas organizações” (BEAL, 2008, p.8). As gestões públicas ou privadas empenham-se em acompanhar os avanços e promover o acesso às tecnologias em suas atividades. Investe-se em equipamentos, cursos e estratégias, definindo-se, nos ambientes, situações que possam obter maior desempenho das TICs nas decisões cotidianas.

São preocupações e desafios a serem considerados, e que devem ser pensados independentemente dessa dimensão virtual e técnica. Conforme nota a professora Cremilda Medina (2008), a participação do público nas decisões de seus interesses independe de aparatos instituídos. O ser humano vai muito além da dependência tecnológica, das estruturas e sistemas organizados, de maneira que “não há gramática positivo operante que dê segurança ao ato relacional. Nem há evolução tecnológica que ofereça nos dias de hoje a interatividade democrática para todos os cidadãos” (MEDINA, 2008, p. 67).

Portanto, sem atribuir às TICs a solução para o diálogo e conquistas democráticas, pode-se admitir que, para falar de espaços para a criticidade, é preciso reconhecer a interligação da esfera pública com os avanços tecnológicos. Pelo envolvimento em praticamente tudo o que cerca a vida em sociedade, permitem que se desenvolvam dinâmicas participativas capazes de aproximar o cidadão das decisões políticas, econômicas e sociais que lhes são relativas.

2.1.1. Configuração Tecnológica no Composto das Comunicações no Espaço Público

A mídia, abordada neste trabalho como o conjunto de meios de comunicação de grande repercussão, reconhecidos geralmente como “meios de comunicação de massa” (DUARTE; VERAS, 2006, p.72), destaca-se por seus cuidados em apresentar uma linguagem mais comum à maioria. Na diversidade de veículos e de formas de comunicação, a mídia busca tornar acessível o conhecimento que carrega de maneira oral ou escrita, ou por vezes concomitante a essas duas modalidades pelo uso de imagens, sons e movimentos (BRETON; PROULX, 2002, p.93-94).

Na atualidade, forma um composto midiático que se ajusta entre inovação e tradição. Entre os tipos de veículos nascidos a partir da virtualidade dos meios e os anteriores a ela, todos buscam amoldar-se aos avanços da tecnologia na medida do possível, já que o ritmo das transformações supera a tentativa dos setores em acompanhar as sucessivas modificações.

Com relação aos tipos de mídia reconhecidos tradicionalmente pelos sujeitos sociais, como o rádio, a televisão e as modalidades impressas, esses tiveram que passar pela fase de ajustes em suas bases e modos de produção em decorrência dos avanços tecnológicos (BARBOSA FILHO; CASTRO, 2007, p.357s; CASTELLS, 2009, p.92).

A maioria deles faz uso da transmissão virtual utilizando sistemas de convergência. De acordo com Pierre Lévy, quando outros tipos de mídia compõem o espaço virtual, já nem podem mais atender pela denominação convencional nem carregar uma distinção de tipos, prognosticando o que chama de “fusão dos media” (LÉVY, 2002, p.49):

A partir do momento em que os meios de comunicação publicam numa rede intrinsecamente *multimídia*, adaptada à edição de texto, som e imagens fixas ou animadas, já não existe qualquer razão para distinguir a imprensa, a rádio e a televisão. Na realidade, encontra-se o texto e hipertexto nos sítios dos rádios e das televisões, imagens e sons nos de “jornais”.

Para evitar desvios do campo da comunicação para áreas como a da informática, as argumentações nesta dissertação sobre essa convergência limitam-se a esclarecimentos afetos aos meios de comunicação.

Muitos desses meios, a exemplo do rádio, da televisão e dos impressos, não foram descartados nem tornados obsoletos, o que demonstra a capacidade de adequação que caracteriza o setor comunicacional (LÉVY, 2002, 46s.).

Castells (2009, p.93) destaca essa questão, tecendo observações a partir de exemplos sobre os modos de transmissão analógica para digital. Especificamente em relação à televisão, assinala que esta continua sendo meio de comunicação de massas em evidência, apesar de ser

um veículo limitado ao que o emissor produz, enquanto o receptor posta-se passivo do outro lado da tela, sem poder emitir opinião.

Com a chegada da TV Digital, surge a oportunidade de a sociedade ter o veículo de massa, algo já conhecido, aberto à interatividade (BARBOSA FILHO e CASTRO, p.357s; JORNET, 2006, p.179s). Sem a exclusividade das emissões, a TV Digital revela-se como “meio de comunicação pessoal a partir da perspectiva do receptor” (CASTELLS, 2009, p.93).

Em decorrência do dinamismo e facilidades de uso dos meios digitais, e da difusão destes meios pela Internet, cogita-se a possibilidade de extinção dos meios convencionais. No entanto, sendo tendência futura, autores como Castells e Lévy asseguram a convivência dos meios em um contexto multimidiático, com todas as variedades à disposição da comunicação.

Dessa maneira, temos uma composição midiática que se estrutura de forma digitalizada, com a Internet favorecendo as trocas conversacionais acerca do conteúdo provindo de toda essa composição.

Incluem-se aí os veículos estritamente nascidos por meio da configuração digital e os que fazem uso dos aparatos tecnológicos para alguma fase de suas atividades ou para todas as etapas, da produção à veiculação virtual de suas informações apuradas, com manutenção de portais na Internet para liberar conteúdos, geralmente compatíveis à linha editorial do formato de origem.

Em suma, baseando-se em Lévy (2002, 46s), pode-se dizer que o espaço público possui uma mídia tradicional e ao mesmo tempo hipermidiática que se relaciona ao espaço virtual por:

- ✓ fazer uso da atual configuração tecnológica para a produção e armazenamento de seus procedimentos;
- ✓ conduzir versões distintas, como a impressa e a digitalizada, ou manter somente a versão digitalizada em rede, como os veículos que transmutaram todo o processo para digital, extinguindo a produção de outro formato (como o Jornal do Brasil, desde agosto de 2010 (JORNAL DO BRASIL, 2010));⁶

⁶ Conforme o artigo “A nova fase digital do Jornal do Brasil”, publicado na versão digital do Jornal do Brasil, disponível em <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2010/08/22/a-nova-fase-digital-do-jornal-do-brasil/>. Acesso em: 28 dez. 2010.

- ✓ surgir totalmente a partir das TICs, como a TV Digital⁷ e os *sites* online de notícias, tais como os que circulam no espaço virtual com assuntos relativos ao Estado de Mato Grosso do Sul.⁸

Nessa composição midiática, os sujeitos que antes figuravam como meros receptores revelam-se como emissores e produtores de informação. Como autores e interlocutores, fazem reflexões em blogs e redes sociais. Opinam diante das emissões midiáticas, em sítios que permitem a participação e a intervenção de leitores (SUÁREZ, 2008, p.24).

Conforme Lemos (2009), isso era pouco permitido. As mídias tradicionais raramente permitiam o diálogo acerca de suas emissões, com algum retorno em relação às suas emissões bem depois de distribuídas. No entanto, com o avanço das TICs, surgiu “um novo formato de consumo, produção e circulação de informação que tem como característica principal a liberação do pólo da emissão” (LEMOS, 2009, p.10).⁹

Desponta uma esfera dialógica “alicerçada na troca livre de informação, na produção e distribuição de conteúdos diversos, instituindo uma conversação que, mesmo sendo planetária, reforça dimensões locais” (LEMOS, 2009, p.11). Efetivada em rede, a comunicação não se limita a lugares, tampouco deixa de reconhecer a força cultural das localidades conforme o conteúdo que a consiste.

Segundo Castells (2009, p.45), isso se deve à configuração dinâmica da rede, já que, assim como esta impele à junção de interesses comuns para as conversações, igualmente dificulta a supremacia de interesses específicos em seu domínio, o que poderia alterar esse fluxo.

Castells acredita que os formatos em rede propiciam autonomia de comunicação a cada sujeito. Ocasionam o que denomina “autocomunicação de massas”, especificando tratar-se da comunicação que abrange uma audiência global e é concernente à capacidade de “uma única pessoa gerar a mensagem, definir os possíveis receptores e selecionar mensagens

⁷ Cita-se a TV Digital neste item por sua produção distinta e específica, caracterizada como um meio em convergência, com estudos tratando-a como uma nova mídia que precisa ser aprofundada (SQUIRRA, 2008).

⁸ Em Mato Grosso do Sul, destacam-se portais de notícias que nasceram especificamente para o espaço virtual, sem derivações ou vínculos com outros tipos de mídia. Apresentam padrões tradicionais de localização temática, delimitando assuntos de política, esporte, internacional e outras editorias (os mais conhecidos são: www.campograndenews.com.br e www.midiamax.com). Obviamente, constam no rol dos *sites* de notícia do Estado portais vinculados a grupos de mídia relacionados a meios tradicionais, como TV (rmtonline.globo.com) e impresso (www.correiadoestado.com.br).

⁹ Lemos descreve uma lista de possibilidades para que isso aconteça: “redes sociais *on-line*, comunidades de desenvolvedores de *softwares* livres, produtos distribuídos livremente sob a bandeira do *copyleft*, ações de ciberativismo lutando pela liberdade e democratização da rede, produção de conteúdos independentes em *microblogs*, *blogs* ou em sistemas como YouTube, Flickr, Orkut, MySpace ou Facebook, produção de conteúdo de baixo para cima com mídias locativas, etc” (LEMOS, 2009, p.10).

específicas ou conteúdos da rede ou redes de comunicação eletrônica” (CASTELLS, 2009, p.88).

Isso provoca intensas modificações nos processos comunicacionais, ainda mais que a rede não faz distinções sobre quem está fazendo uso dela, muito menos para quê. Se é público ou privado, coletivo ou individual, as exceções recaem sobre o conhecimento que se tem para demandar nova potencialidade informacional e comunicacional. Prevalece a igualdade de condições sobre as demais determinantes e discriminações humanas. São simplesmente “usuários” – distintos indivíduos que se revelam nos mesmos sujeitos que se destacam como “emissores e receptores de mensagens” (CASTELLS, 2009, P.25).¹⁰

A configuração que desponta não limita a atuação dos *media*. Na verdade dá seguimento a um processo que perdura desde que os meios de comunicação foram reconhecidos como meios de massa, processo esse que se relaciona à consolidação, no espaço público, de “cidadãos como coletivos políticos graças à circulação massiva das ideias” (SUÁREZ, 2008, p.9). Aliados aos serviços midiáticos de bases tradicionais,

alguns fatores contribuem para que a internet ofereça um meio a mais de comunicação para comunidades com interesses comuns. Além dos baixos custos de aquisição do computador e das facilidades proporcionadas por seu uso assíncrono, a internet leva a uma transformação no contato social e no envolvimento cívico, permitindo ao indivíduo agregar-se às redes sociais dispersas e estimulando a adesão a movimentos de solidariedade local e grupal (MATOS, 2009a, p.137).

O resultado de tudo é que há um poderio que se delinea em relação a várias frentes de comunicação, pois, no final, “qualquer que seja a natureza do emissor, suas mensagens circulam em um único espaço social, onde se complementam, reforçam ou desmentem-se entre si” (SUÁREZ, 2008, p.33).

Assim, ressaltam aspectos que sinalizam oportunidades para atender a interesses unilaterais e também para que os sujeitos refutem ou concebam novas proposições informacionais diante do que lhes é apresentado. A carga informacional antes imposta por segmentações, inclusive as midiáticas, fica sujeita a enfrentar a reação comunicativa de milhares de interlocutores, os quais poderão reagir em segundos para emitir opiniões.

¹⁰ Lévy (2002) também cita a questão da “autocomunicação” quando discorre sobre a análise das mudanças que ocorrem “segundo três grandes linhas de transformação: 1) O *declínio do caráter territorial dos media* e a sua crescente dependência face a comunidades virtuais. 2) A *convergência entre suportes mediáticos* (imprensa, rádio, televisão, etc.) e, mais geralmente, entre todas as instituições com vocação para passar mensagens. 3) A crescente tomada a cargo da função mediática pelo conjunto dos atores sociais: A *emergência dos automedia*” (LÉVY, 2002, p.47).

2.2 DESAFIOS E OPORTUNIDADES MUDIÁTICAS

A possibilidade emancipatória proporcionada pelo universo virtual é vista com ponderação por diversos autores, os quais acreditam que primeiro se há de superar vários desafios nem sempre considerados, ou mesmo perceptíveis. Lemos (2009), por exemplo, acredita nas inúmeras oportunidades a serem melhores conhecidas, constatando que existe grande probabilidade de os espaços virtuais serem propulsores de reais espaços públicos deliberativos de grandes dimensões, apesar de não estar convencido de que isso esteja ocorrendo, ou venha a ocorrer de imediato sem a transposição de inúmeros desafios.

Os efeitos desta nova esfera conversacional merecem ser estudados amiúde. Não há solução fácil. A conversação nesse “mundo da vida” não resolve, *per si*, os problemas do engajamento político. No entanto, não podemos negar a força rejuvenescedora da esfera pública e mesmo do jornalismo. Há uma forte conotação de resgate do “mundo da vida” e do capital social na nova esfera pública conversacional. O desafio é transformá-los em dimensão política eficaz. Há, portanto, uma indicação de que o aumento da esfera conversacional possa levar a uma maior ação política e a uma ampliação da participação pública nos negócios da *polis* (LEMOS, 2009, p.12).

Wolton também menciona o desafio das TICs, por constatar a necessidade de “atribuir-lhes uma dimensão social, e não tecnologizar o homem ou a sociedade” (WOLTON, 2007, p.17). Esta preocupação também é mencionada nas reflexões de Castells (2009) e Lévy (2002), mas Wolton é incisivo na questão, vez que considera que essa atribuição social está sendo preterida. Suas alegações são bem criteriosas quando afirma existir um encantamento excessivo e atitudes providas de modismos perante as tecnologias.

O pensador francês inquieta-se com a iminente redução da comunicação a um acontecimento técnico (WOLTON, 2007, p.36). Considera um exagero imputar às TICs a condição de revolucionárias, já que, para ele, seria preciso maior equivalência entre três dimensões muito instáveis no mundo, contudo dependentes entre si: técnica, cultural e social (2007, p.15).

Na opinião de Wolton, a configuração tecnológica da atualidade qualifica-se mais como uma inovação técnica para a comunicação do que uma revolução nos *media*. O autor distingue as TICs como complementares à atuação midiática favorável à democracia de massas (2007, p. 187).

Em um texto com o título de “O imaginário da rede”, Mattelart também refreia a empolgação quando diz que “raros são aqueles que resistem à ideologia tecnicista do progresso e que se preocupam com a prevalência da técnica sobre a organização social” (MATTELART, 2005, p.18).

Breton e Proulx (2002) reforçam a questão, refletindo sobre técnica e ética quando avaliam o que repercute nos espaços públicos midiáticos. Afirmam que “estaríamos agora diante de um espaço público plural definido pelas regras e injunções do espetáculo midiático e mais por uma lógica da técnica do que pelos princípios universalistas da ética e do direito” (BRETON; PROULX, 2002, p. 200).

Em entrevista ao jornal espanhol *El País*, Castells demonstra estar inserido nessa discussão ao expor: “há um descompasso entre a capacidade tecnológica e a cultura política. O problema é que o sistema político não está aberto à participação, ao diálogo constante com os cidadãos, à cultura da autonomia e, portanto, a estas tecnologias” (CASTELLS, 2008).

São preocupações que evocam a expressão “meio e mensagem”, de MacLuhan (2001), caso sejam relacionadas à condição de alerta ao tecnicismo da comunicação. A proliferação de conteúdo interliga-se mais à produção da linguagem computacional, geração e avanço do conhecimento tecnológico, que à elevação dos conceitos comunicacionais.

O exagero de dados circulantes no espaço virtual leva a refletir acerca do que é apropriado diante de cada situação, considerando que, além de quantitativas, “a realidade social possui dimensões qualitativas” (DEMO, 1994, p.36).

São reflexões complementares, pois identificam alegações para a percepção acerca do que se apresenta entre a instrumentalidade e capacidade técnica e a qualidade e realização de preceitos comunicacionais voltados ao composto democrático de uma conjuntura social ou nação.

Diante de propósitos intencionais para a emancipação humana, deve-se ponderar que, para falar de gestão da comunicação e da informação, bem como das políticas de comunicação que a fundamentem, é necessário enaltecer a primazia da ação comunicativa entre as pessoas, com destaque para o que afeta a vida em coletividade.

Esta linha de raciocínio é assegurada por Rousiley Maia (2008, p.278), que afirma ser necessário considerar diversos fatores para que se possa fortalecer a situação democrática por meio das TICs. Maia acredita que, ao favorecer ou até mesmo dificultar o processo democrático, as TICs “devem ser pensadas de maneira associada com os procedimentos da comunicação estabelecida entre os sujeitos comunicantes concretos e seus respectivos contextos sociais e históricos” (p. 278).

Urge atentar para a produção e a disseminação sob análise da informação como bem comum. Entre os fatores que se despontam e os desafios a serem transpostos está a condição controversa protagonizada pela debilidade do fluxo da informação no espaço público.

Impera a sobrecarga de informações que preocupa diversos autores relacionados ao debate sobre a comunicação pública, a exemplo de Jorge Duarte:

[...] as grandes barreiras em comunicação não são a falta de instrumentos ou de informação, mas a dificuldade em ajudar o interessado a descobrir que ela existe, onde está, como acessá-la e como utilizá-la para aumentar seu conhecimento e capacidade de agir. Ou seja, permitir que cada cidadão tenha conhecimento pleno dos assuntos que lhe dizem respeito para tomar a melhor decisão possível (DUARTE, 2009, p.67).

Nesse sentido, ao relacionar a Internet às possibilidades de conhecimento, caso não se saiba como encontrar a informação, onde ela está, pouco adianta saber que ela existe, pois,

[...] na sociedade da Internet, o complicado não é saber navegar, mas saber aonde ir, aonde buscar o que se quer encontrar e o que fazer com o que se encontra. Isso requer educação. Na realidade, a Internet amplifica a velha exclusão social da história, que é o nível de educação (CASTELLS, 2008).¹¹

Muito do que acontece na chamada Sociedade da Informação acaba por repelir as possibilidades para a democratização das informações voltadas ao fomento de argumentos para o espaço público.

A pesquisadora Heloiza Matos (2009) analisa que autores como Habermas, apesar de considerarem a condição essencial da mídia para a visibilidade do debate público, também associam “o crescimento dos meios de comunicação ao decréscimo dos debates na esfera pública” (MATOS, 2009a, p.78).

Sobrepõe um efeito de contradição que, segundo Tiene (2005, p.66-67), relaciona-se a um contexto de sofisticação cada vez maior da técnica sem a contrapartida da qualidade na comunicação. Ainda que haja muitas oportunidades de deliberação, tendo a mídia recebido reforço para cumprir sua índole condizente à informação de interesse público, a imensidão de dados dificulta e sinaliza, muitas vezes, um emaranhado de informações sem serventia. É o que assevera Foina, quando diz que “a maior parte dessa informação é inútil e serve apenas para entulhar nossa memória e complicar a tomada de decisão” (FOINA, 2006, p.3).

Na análise de Malena Contrera (2002, p. 73), o excesso preponderante compromete as competências comunicativas e apresenta outra espécie de desafio – o de pensar acerca do que nos falta em meio à sobrecarga informacional:

Sabendo que a comunicação pressupõe informação, e frente ao que nos parece ser hoje uma enorme incompatibilidade entre essas duas instâncias, somos levados a pensar no que pode estar saindo de tão errado em meio ao que se considera a própria era da informação (CONTRERA, 2002, p.73).

¹¹ Entrevista originalmente publicada no jornal El país, em 2008, segundo consta no endereço www.novae.info.br, acesso em: 20 jan. 2011.

Contrera acredita ser errôneo pensar que a abundância informacional seja sinônimo de promoção humana, pois são ignorados vários fatores vinculados entre si e que poderiam acionar interesse e maior participação política. Contrera acredita ser preciso contabilizar os vínculos e toda a sua complexidade, e se une aos autores preocupados em não tomar “a conexão técnica por conexão comunicativa” (CONTRERA, 2002, p.83).

Inumeráveis emissões não têm preocupação de retorno, de maneira que a potência dos fluxos das produções informacionais não se forma para o rebote das situações em desequilíbrio no mundo da vida. A exposição massiva de ideias, preferências e escolhas é mais uma torrente de produções sem vínculos que informações afetas à vida política e econômica (BUCCI, 2009, 138s).

Por mais que se eleve a proporção dos sujeitos com acesso à tecnologia e suas possibilidades de opinar, as potencialidades são desperdiçadas, esparsas ou tão isoladas que se distanciam do ideal de esfera pública política, “pluralista, próxima à base, estruturada discursivamente, portanto diluída pelo poder” (Habermas, 1997, p.227-228). Ainda que integradas em seu meio, as opiniões soam distantes dos espaços decisórios, enfraquecidas ou inaptas a rupturas em relação ao que está posto política e socialmente.

2.2.1. Desqualificação do fluxo da informação e desproporcionalidade de interesses

A sobrecarga de informação, em que todos os assuntos se mesclam a banalidades, provoca a desvalorização da informação qualificada para as transformações sociais. A informação acaba perdendo sua validade e deixando o cidadão continuamente desinformado, o que “equivale a estar desarmado diante das mutações tão rápidas que atingem a vida cotidiana de cada um” (SANTOS, 2002, p.86).

Lévy (2002, p.40) afiança que o advento tecnológico favoreceu a liberdade de expressão e o acesso à informação, mas trouxe também um fluxo de informações com excessos e transgressões.

Para Martín-Barbero (2006, p.67), a sociedade vivencia uma espécie de “reconfiguração do público” ao abordar as complicações da “cada vez mais estreita relação entre o público e o comunicável”. O autor esclarece que o “direito a ser visto e ouvido, que equivale ao existir/contar socialmente” (2006, p. 68), não se interliga sobremaneira a situações de exibicionismos e da falta de critérios politizados. Soma-se às emissões despolitizadas a especulação midiática de políticos e atores sociais aproveitando-se da

abertura que se dá pelo uso das renovações tecnológicas. Confunde-se tal abertura com o que se poderia inferir sobre o que realmente seria uma demonstração de expressão cidadã.

Estamos diante da mais enganadora das idealizações, já que em sua celebração do imediatismo e da transparência das redes cibernéticas o que se está minando são os fundamentos próprios “do público”, isto é, os processos de deliberação e de crítica, ao mesmo tempo que se cria a ilusão de um processo sem interpretação nem hierarquia, fortalece-se a crença de que o indivíduo pode comunicar-se prescindindo de toda mediação social, além de aumentar a desconfiança de qualquer figura de delegação e representação (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.69).

As produções informacionais em sua maioria são advindas da inumerável participação desligada do que afeta o cotidiano de seus emissores. As que afetam a coletividade vêm do predomínio de uma minoria que se reveza e, ininterruptamente, assegura situações instauradas de poder. A tecnologia e as especialidades que se apresentam recriam e até reforçam a seletividade e as decisões que se perpetuam no mundo da vida. Geralmente desfavoráveis ao coletivo, revelam a desproporcionalidade de interesses e a recriação da lógica de poder que estrutura a sociedade (CASTELLS, 2009, p.52).

Especificamente em relação ao espaço virtual, os fluxos sinalizam a máxima exposição de assuntos e a mínima contrapartida ponderada a partir do exercício deliberativo. De acordo com Thompson (1998), as emissões em tempos distintos e em espaços desterritorializados afetam a qualidade da comunicação em oposição à quantidade de meios à disposição:

Com muitas formas de comunicação de massa, entretanto, o fluxo de comunicação é esmagadoramente de sentido único. As mensagens são produzidas por um grupo de indivíduos e transmitidas para outros situados em circunstâncias espaciais e temporais muito diferentes das encontradas no contexto original de produção. Por isso os receptores das mensagens da mídia não são parceiros de um processo de intercâmbio comunicativo recíproco (THOMPSON, 1998, p. 31).

Se por vezes os assuntos tratados na mídia demonstram comprometimento com os problemas locais, acabam por revelar interesses pouco ou nada coletivos, superficiais ou relacionados ao consumo, o que reforça uma dinâmica da novidade pela novidade. A disseminação de assuntos que provoquem maior entendimento sobre as condicionantes que envolvem o bem viver, a vida em comum mais livre e menos subordinada ao consumo irrefreado, ou a discussão de direitos, muitas vezes acaba sendo protelados ou encobertos (CANCLINI, 2006, p.13s).

Assim como Silveira (2009), há de se concordar que a “Internet é nitidamente mais democrática do que o mundo comunicativo dominado pelos *mass media*” (SILVEIRA, 2009, p.87). Mas, ainda que se tenha essa estrutura livre de posse exclusivista com maior abertura,

as formas deliberativas continuam dependentes das decisões do que as lideranças políticas vão soltar de conteúdo para se argumentar, ou do que “os principais grupos políticos que atuam nas sociedades presenciais estejam dispostos a se abrirem no ciberespaço” (SILVEIRA, 2009, p.87).

De modo geral, embora as TICs ofereçam inumeráveis possibilidades, continua no espaço público um fluxo comunicacional das informações em desequilíbrio, como divulgado há quase trinta anos pela equipe de Sean MacBride (1983)¹², sobre o direito à informação: interesses hegemônicos ressaltados e o bem-comum visto apenas como um bom negócio.

Segundo Matellart, “a liberdade de expressão cidadã é intimada a dar a mão à liberdade de expressão comercial” (MATTELART, 2006, p.154), de forma que a própria concepção de opinar sobre algo acaba relacionando-se a escolhas previstas e determinadas, assegurando, o quanto puder, a neutralidade do sujeito político, questionador ou com discurso diverso ao predominante.

Em meio a tantas conversações aleatórias, distinguir as informações exige maior esforço, sendo necessário atentar-se para não contribuir com mais produções sem valor, pouco proveitosas à compreensão da realidade que nos cerca.

2.3 EXPANSÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL

O avanço tecnológico no Brasil é visto com otimismo pela condição democrática imanente, porém motiva preocupações devido às desigualdades predominantes em suas estruturas políticas, econômicas e sociais. Tanto que na concepção global de desenvolvimento, o Brasil continua “relegado à categoria de país parcialmente industrializado” (MATTELART, 2008, p.96).

Apesar das limitações, nos mais recônditos lugares do país observam-se várias características do que Castells e Matellart ressaltam acerca das alterações por que passa a sociedade. Para aferir essa constatação, basta examinar as frentes de pesquisa delineadas no Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil, PBC 2010 (CASTRO; MARQUES DE MELO; CASTRO, 2010).

¹² Referência à comissão criada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para estudos dos problemas de comunicação no mundo, a qual foi presidida por Sean MacBride, jurista irlandês e ganhador do Prêmio Nobel da Paz (MATTELART, 2005, p.120-121). Para Venício Lima, “o Relatório McBride foi o primeiro documento oficial de um organismo multilateral que não só reconhecia a existência de um grave desequilíbrio no fluxo mundial de informação e comunicações, mas apresentava possíveis estratégias para reverter a situação” (LIMA, 2010, p.57).

Uma dessas frentes está resumida no capítulo intitulado “A Digitalização nas Indústrias Criativas e de Conteúdos Digitais” (KIELING, 2010). Ali constam, por exemplo, afirmações sobre os impactos sentidos pela vivência de um período de convergência midiática. Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), as análises dispostas no PBC 2010 conferem “que o brasileiro está, a cada dia, naturalmente dependendo das bases de uma economia ativa, mais próximo dos meios digitais” (KIELING, 2010, p.179-180).

Os dados da PNAD registram o dobro de usuários da Internet no período de quatro anos, “aumentando de 31,9 milhões em 2005 para 67,9 milhões em 2009” (IBGE, 2010). Em relação a 2008-2009, a proporção de pessoas em todo o Brasil que utilizaram a Internet, na população de 10 ou mais anos de idade, é de 41,7% (IBGE, 2010). Especialmente em relação a essa faixa etária, para a região Centro-Oeste 47,2% de pessoas declararam utilizar a rede (IBGE, 2010).

Relacionado a isso está o crescimento dos serviços de telecomunicações, com ênfase no acesso à rede por telefonia móvel. Em divulgação de dados referentes a 2010 acerca desse serviço, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) afirmou em seu *site* que, entre as vinte e sete unidades federativas brasileiras, dezesseis possuem mais linhas de celulares que habitantes. Mato Grosso do Sul é uma delas (ANATEL, 2010).

Os incentivos para a inserção de usuários e para que estes usufruam das tecnologias no cotidiano dos brasileiros partem das várias frentes políticas e econômicas, da produção de bens e serviços à comercialização do próprio conhecimento relativo aos avanços técnico-informacionais. Entretanto, as definições sempre se ligam às forças governamentais.

A fomentação política e financeira para ampliação e controle de uso das TICs, e outros enfoques dessa natureza no espaço público, indicam o envolvimento do aparato estatal que organiza esse espaço público como nação. Isso pode ser conferido nas análises e pesquisas do Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil, e no que afirmam Baldessar (2009) e Silva (2003), que analisam aspectos relacionados à inserção e alcance da Internet no território brasileiro. Por esses autores constata-se que, tão logo a Internet foi inserida no Brasil pelas mãos da comunidade acadêmica, em 1988, os serviços passaram a ser coordenados por mãos estatais, com a criação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1989 (BALDESSAR, 2009; SILVA, 2003, p.69s).

Em 1995, a rede se expande e deixa de “ser exclusiva do meio acadêmico quando o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência e Tecnologia promulgaram a Portaria

Interministerial com a criação de Comitê Gestor da Internet no Brasil” (BALDESSAR, 2008).¹³

Na atualidade, propaga-se o uso da Internet como uma necessidade na vida das pessoas, como se verifica na discussão a respeito do programa de expansão da Internet em alta velocidade no Brasil – o Plano Nacional de Banda Larga do Governo Federal (PNBL). Sobre este programa, o jornalista Savazoni (2010) defende que o uso da Internet já é uma necessidade e não uma opção, sendo fundamental para o exercício de direitos e deveres e ferramenta de educação, informação, entretenimento e cultura.

O PNBL é uma das comprovações da presença do Estado na promoção e no desenvolvimento de condições que ampliem o uso das tecnologias de um modo geral.¹⁴ Confirma também que a perspectiva emancipatória de cidadania não depende da “tecnologia em si, mas, sobretudo, das decisões políticas e econômicas tomadas pelos governos locais” (FREY, 2002, p.160).

As gestões governamentais se dizem empenhadas em aumentar as possibilidades de ‘navegação’ *online*, com destaque para itens relacionados aos valores e à expansão da rede a áreas longínquas e de menor densidade demográfica. Isto se confirma com as declarações feitas por envolvidos em políticas dessa natureza, como no discurso de posse de Paulo Bernardo ao assumir o Ministério das Comunicações na gestão de governo da Presidente Dilma Roussef (gestão presidencial 2011/2014). O ministro citou o PNBL como prioridade de gestão ao discursar sobre a necessidade de se diminuir os custos para proporcionar maior acesso à Internet em alta velocidade aos brasileiros de baixa renda.¹⁵

De todo modo, as políticas de ampliação para o uso das TICs, com os entrelaçamentos políticos e econômicos possibilitados pela Internet, não são uma preocupação somente nacional, muito menos algo recente. Na maioria das vezes, a motivação vem do debate de políticas entre países que associam as tecnologias digitais ao desenvolvimento mundial que geralmente os afeta. Na opinião de Ferguson:

¹³ O comitê gestor é formado por “membros do governo, do setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade acadêmica”, conforme cita o portal específico do comitê na Internet. Disponível em <http://www.cgi.br/sobre-cg/index.htm>. Entre suas iniciativas, consta a de acompanhar a expansão das TICs no Brasil e, “por meio do seu Centro de Estudos sobre o uso das TICs – CETIC, conduz pesquisas especializadas e produz informações e indicadores sobre as TICs no Brasil desde 2005” (CGI/CETIC, 2010).

¹⁴ Conforme o “Mapa das desigualdades digitais no Brasil”, o Estado tem priorizado programas que dão condições de acesso às TICs à população de menor renda, incluindo salas de informática nas escolas e centros de acesso gratuito (WAISELFISZ, 2007, p.43).

¹⁵ Discurso de posse do Ministro Paulo Bernardo, publicado em 03/01/2011, em áudio no portal das comunicações do Ministério das Comunicações do Governo Brasileiro. Disponível em www.mc.gov.br. Acesso em: 13 jan. 2011.

Os governos ao redor do mundo estão buscando reformar-se à medida que enfrentam pressões como a elevação de custos, o aumento da expectativa pública e a redução de sua legitimidade democrática. De maneira paradoxal, tais demandas coincidem com a disponibilidade cada vez maior de uma variedade de ferramentas que os governos podem usar para atender aos seus cidadãos e a consumidores de serviços. A difusão da nova tecnologia no cotidiano do cidadão moderno está forçando os governos a utilizá-la em todos os aspectos possíveis de atendimento e administração pública. O avanço da Tecnologia da Informação e da Comunicação e, mais especificamente, da Internet, está sendo alardeado como uma oportunidade de transformar a relação entre governos e cidadãos e entre serviços do governo e consumidores. Os governos nacionais, estaduais e locais estão desenvolvendo uma variedade enorme de estratégias, planos e iniciativas de governo eletrônico (*e-government*) para explorar essas oportunidades (FERGUSON, 2002, p. 103).

Nesse debate, as determinantes para a propagação dos meios envolvendo condições econômicas, políticas e sociais são para as deliberações por maior equivalência de acesso às TICs entre as nações. Dessa maneira, em vez de se promover no espaço público a discussão sobre as dependências e entraves, ressoam muito mais as tentativas de controle mescladas por indefinições para se chegar a algum consenso de “governança eletrônica”.¹⁶

Ainda assim, quando se define alguma política, prevalece o posicionamento de potências econômicas, com a intenção de atender a interesses tão distintos que a condução dos procedimentos torna-se inviável diante do confronto com a realidade (MATTELART, 2006, p.125s).

Todavia, as tendências políticas e econômicas mundiais vão sendo implementadas como metas de governo, reforçando, aos poucos, uma escalada histórica para a condição de Sociedade da Informação ou Sociedade em Rede, como identificada nas reflexões de Mattelart (2006) e Castells (2002).

Recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, fundamentam as discussões da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI), em que países debatem condições que concebam maior participação da população mundial na rede (FUSER, 2010).¹⁷ De acordo com Fuser, os encontros realizados e os que ainda irão ocorrer em diferentes continentes não significam a conquista de compromisso entre as nações participantes, mas não deixam de ser iniciativas importantes.

¹⁶ Ferguson (2002, p.103-140) e Frey (2002, p.140-163) apontam questões relativas às definições sobre “governança eletrônica”, tratando do debate sobre os serviços de governo e a sua representação na sociedade globalizada, destacando que por “*Governança Eletrônica* entende-se a união dos cidadãos, pessoas-chave e representantes legais para participarem junto ao governo das comunidades por meios eletrônicos” (FERGUSON, 2002, p.104).

¹⁷ A CMSI discute diversos objetivos tendo como base a Declaração do Milênio da Organização das Nações Unidas. O primeiro encontro ocorreu em 2003, seguido de encontros já realizados e outros por realizar em diferentes continentes. Entre os objetivos traçados a serem alcançados até 2015, constam: “criar pontos de acesso comunitário, conectar centros de pesquisa e universidades, garantir que mais da metade da população do mundo tenha acesso à internet, estimular a produção de conteúdo, implantar condições técnicas que facilitem a presença e utilização de todos os idiomas na rede” (FUSER, 2010).

O Brasil envolve-se nos debates, tendo o programa de incentivo à Internet de maior velocidade associado a referidas discussões, bem como proposições anteriores, como as apresentadas em setembro de 2000 pelo Livro Verde.¹⁸ Este contemplava discussões em torno do modelo econômico baseado nas TICs, com debates feitos por segmentos da sociedade civil brasileira e pela própria comunidade internacional, posto que se baseava na discussão originalmente lançada treze anos antes pelo bloco econômico europeu:

Em 1987, o Livro Verde sobre as telecomunicações dá o primeiro passo para o ajuste dos países membros da União Européia, tendo em vista a elaboração dos termos de uma política pública comum no domínio. O documento preconiza a abolição dos monopólios nacionais e esboça uma problemática das redes de informação como elemento da construção do mercado único (MATTELART, 2006, p.125).

Com a oficialização das discussões pelo Governo Brasileiro, pretendia-se definir “linhas políticas e ações estratégicas”¹⁹ a partir da ampla discussão pública instigada pelo que estava disposto no Livro Verde. Ao final, haveria um plano de execução retratado no Livro Branco, como uma segunda etapa de implementação do Programa de Governo Sociedade da Informação no Brasil (CARVALHO, 2008, p.114-115).

No entanto, tal como na dificuldade de se conciliar interesses internacionais, igual situação se manifestou diante da multiplicidade de interesses existentes no país, com o agravante de ter sido “feito às pressas”, segundo o professor Juliano Carvalho (2008, p.114). Para ele, a pressa com que foi redigido contribuiu para que faltasse ao Livro Verde “solidez, profundidade e embasamento científico em suas propostas para acelerar o desenvolvimento tecnológico e manter o país atualizado nas discussões internacionais sobre a sociedade da informação” (CARVALHO, 2008, p.114).

A coexistência de interesses é bastante complicada em projetos desta natureza e, ainda, são utilizados para propósitos eleitoreiros, impregnando-se de conotações distintas aos propósitos originais, em controvérsia a atos de difusão desses programas no espaço público. Somam-se a isso as condicionantes da gestão política, já que muitos programas estatais de incentivo à inclusão digital dependem do período de mandato das gestões governamentais para terem continuidade (CARVALHO, 2008, p.115).

¹⁸ O Programa Sociedade da Informação no Brasil (SOCINFO) aponta linhas de ação para a apropriação das TICs, contemplando a interligação de serviços, oportunidades para o mercado de trabalho e para a educação, entre outras colocações apresentadas no Livro Verde. Ampliadas no espaço público brasileiro, as discussões resultariam em propostas de execução a serem compiladas no Livro Branco (TAKAHASHI, 2002, p.23s).

¹⁹ Conforme se verifica na apresentação oficial do “Programa de Governo Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde, de Ronaldo Mota Sardenberg, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia nos anos 1999-2002.

Entretanto, gradualmente acontece a concretização do estabelecimento de estruturas tecnológicas, com inserção de serviços em rede nas unidades federativas brasileiras. O gerenciamento estatal envolve-se tanto na fomentação de políticas de desenvolvimento e de infraestrutura nas esferas públicas e privadas quanto no empreendimento direto para que suas próprias estruturas abriguem serviços *online*.

2.3.1. A era da informação na estrutura estatal brasileira

A ausência de limites geográficos para a comunicação e a informação é marcada pela “transnacionalização acelerada da economia, da vida política, da cultura e das relações sociais” (IANNI, 1999, p. 14). Todavia, a vida em sociedade prossegue entre delimitações fronteiriças e estruturas que se organizam como nação, com o poder público liderado pelo Estado.²⁰

O Estado brasileiro proclama-se “Estado democrático de direito” logo no primeiro artigo da CF-1988. Legitimado pelos desígnios da democracia constitucional, distribui o poder de maneira a impedir arbitrariedades decisórias, configurado em uma estrutura de poderes e funções específicas, com órgãos e setores regidos legalmente, atuantes em suas vinte e sete unidades federativas.

Com as TICs, essa estrutura e suas especificidades organizam-se entre redes, sistemas e ambientes compartilhados. Ao fomentar políticas para atender às condicionantes de uma nação inserida na Sociedade da Informação, sua governança assume “a postura de provedor das iniciativas positivas no uso das TICs” (CARVALHO, 2008, p.115), dispondo serviços e conteúdos em rede.

O setor governamental é o principal indutor de ações estratégicas rumo à sociedade da informação. Primeiramente, porque cabe ao governo definir o quadro regulatório dentro do qual projetos e iniciativas concretas poderão ser formulados. Segundo, porque como regra o governo é o maior comprador/contratador de bens e serviços em tecnologias de informação e comunicação em um país (TAKAHASHI, 2000, p.69).

Administrações estatais, a exemplo das relacionadas à justiça, cercam-se de aparatos para possibilitar a aceleração de processos e de atendimento às suas demandas, com medidas capazes de atingir objetivos comuns entre as estruturas que o compõem. Isso pode ser aferido com a criação do Comitê Nacional de Gestão de Tecnologias da Informação e Comunicação no Poder Judiciário, justificada pela “necessidade de integração dos sistemas informatizados

²⁰ Consideramos as reflexões de Bobbio de “Estado entendido como ordenamento político de uma comunidade” (BOBBIO, 1987, p.73), com tal ordenamento caracterizado por princípios “reunidos em um documento formal, definido como Constituição” (BOBBIO, 1998, p.258).

de todo o Poder Judiciário, do treinamento específico de seu pessoal e da padronização de organização e métodos das rotinas de trabalho.”²¹

Concomitante a essas iniciativas, são elaboradas pesquisas gerais de avaliação e utilização de acessos, como confere a “Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil 2009”, em que consta a consulta ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como o serviço mais procurado na rede, com 49% de uso.

Em seguida, temos a busca de informações sobre serviços públicos de educação (41%), a inscrição em concursos públicos (39%), a busca de informações sobre empregos (33%) e fazer a declaração do imposto de renda (33%). Dentre os serviços menos utilizados, estão o boletim de ocorrência (6%), o agendamento de consulta médica (9%), e a inscrição/cadastro na Previdência Social (10%) (CETIC, 2010).

Kucinski acredita que “graças a Internet é possível ampliar o acesso do cidadão a bancos de dados e informações do Estado, assim como multiplicar as ocasiões de consultas populares, referendos e plebiscitos” (KUCINSKI, 2009). Nesse sentido Rousiley Maia afirma que:

Os dispositivos das novas tecnologias de comunicação e informação, interativos e multifuncionais, têm sido frequentemente notados como recursos para fortalecer o processo democrático. A internet oferece uma grande variedade de informações, e não apenas material de origem oficial. Reduz os custos da participação política e permite envolver diferentes parceiros de interlocução, desde a troca de *e-mails* numa base cidadão-cidadão, *chats* e grupos eletrônicos de discussão, até amplas conferências (2008, p.277).

Contudo, essas condições não passam de “possibilidades” diante de toda a complexidade dos poderes. Apesar de serem recursos encontrados na estrutura estatal, são setorizados ou ainda subutilizados pela administração pública.

Görgen (2008, p. 197) certifica que vários setores da economia e da administração pública se modernizaram, mas muitos deles não estão atualizados de acordo com as demandas que se apresentam na sociedade. Isso se confirma na própria complexidade da estrutura estatal, ainda sem agilidade suficiente para atenuar a burocracia. Os procedimentos eletrônicos são para perpetuar e prorrogar a maneira departamentalizada em que o cidadão é atendido, pois este continua a percorrer inúmeras subdivisões para uma única demanda, sendo tratado tal qual o Estado organiza suas estruturas.

Em relação ao acesso à justiça, por exemplo, deve-se ter uma compreensão mínima antecedente de como e onde funcionam os organismos que a representam. O cidadão vivencia a era da informação, em que as instituições se reestruturam por entre procedimentos digitais

²¹ Portaria CNJ nº 222, de 03/12/2010. Publicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Diário de Justiça nº 223/2010, em 07/12/2010, disponível em www.cnj.jus.br. Acesso em: 14 jan. 2011.

como “processos eletrônicos”, “habilitações eletrônicas”, “gabinetes eletrônicos”, “portal da transparência, “planos de gestão”. Contudo, em um “mundo da vida” em que milhares de decisões acontecem a cada segundo, permanecem as idas e vindas a repartições públicas e privadas, entre cartórios e cópias de documentos, em meio a “intrincados labirintos que os processos judiciais devem percorrer lentamente” (SANTOS, 2002, p.68).

A contradição existente continua tal como registrada por Tiene (2005) e Camargos (2004), quando discorrem sobre as dificuldades enfrentadas para se obter alguma informação ou acesso a determinado serviço. Entre as dificuldades, há empecilhos eletrônicos que mais complicam que facilitam a vida, apesar de terem sido “pensados e projetados com a mais alta capacidade de racionalização humana” (TIENE, 2005, p.67). Tornou-se “comum a queixa de cidadãos – e isso aparece tanto nas manifestações espontâneas quanto em pesquisas de opinião pública – quanto à falta de informação sobre temas do interesse de todos” (CAMARGOS, 2004, p. 152).

Conforme os enunciados da comunicação pública, verifica-se a necessidade de estímulo às deliberações na sociedade para se obter outras propostas diante das possibilidades que se apresentam, visando a melhorias nos serviços que afetam as condições de cidadania. Neste sentido, a comunicação se torna imprescindível e não se resume à divulgação das atividades estatais ou à aquisição de equipamentos sofisticados em seus setores de comunicação.

Embora as instituições públicas ligadas à justiça tenham predisposição em acompanhar a era da informação, vigora uma prática de comunicação incompleta, ainda que disponibilizem em suas estruturas agências de notícias e bancos de imagens, participem de redes sociais, produzam e veiculem programas de rádio e TV.

Enfim, existem no espaço público diversos recursos para atender a muitas aspirações e necessidades humanas que prescindem de uma comunicação mais completa e efetiva. Porém, em relação aos sistemas organizacionais, há inúmeras ocasiões em que a comunicação confunde-se com serviços de publicidade legal ou com o discurso da solidificação da “imagem institucional”, com conteúdos pairando entre os extremos da formalidade ou voltados à divulgação de solenidades e feitos personificados.

Há atividades sendo desenvolvidas por entre as organizações que prescindem ser propagadas, de maneira que as pessoas possam compreender o que as afeta, e discutir isto por entre os espaços públicos. Assim, para esta pesquisa, é interessante fazer a identificação dessa informação organizacional e conferir como esta é gerida em uma unidade de instituição pública.

3 A COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

A seção anterior permitiu apresentar um contexto comunicacional e informacional de contradições, no qual se destaca a sofisticação da técnica desproporcional às oportunidades para o cidadão aproximar-se das decisões que lhe afetam política, econômica e socialmente. Embora as tendências mundiais da era da informação possibilitem a inovação de parâmetros, as práticas de comunicação alimentam-se ainda de um padrão de emissão que se confunde com exposição massiva de ideias, dificultando a deliberação politizada das conversações.

Viu-se que as TICs proporcionam vários desafios para a comunicação, pois tanto oportunizam quanto preocupam, por serem capazes não só de emancipar a condição humana, mas também “ampliar as velhas exclusões sociais” (CASTELLS, 2008). Vê-se que existem oportunidades para que as inúmeras camadas sociais façam parte dos espaços de conversação pública, ainda que as condições financeiras impeçam muitas participações (TAKAHASHI, 2002; LEMOS, 2009). Ao mesmo tempo em que representam um êxito para a comunicação, faltam propósitos de emancipação humana nas emissões, discernimento frente à profusão de informações e estímulos para as conversações de orientação coletiva. Entre os interesses que se definem na sociedade, sobressai a resistência a debates sobre temas de interesse público com o propósito de sanar ou de pelo menos diminuir as “velhas exclusões”. Isso condiz ao que alega Wolton (2010), quando diz que o maior desafio está na própria comunicação:

[...] o verdadeiro desafio está na comunicação, não na informação. É falso pensar que basta informar sempre mais para comunicar, pois a onipresença da informação torna a comunicação ainda mais difícil. Além disso, a revolução da informação produz incerteza na comunicação. O resultado é imprevisível. O problema não é mais somente o da informação, mas antes de tudo o das condições necessárias para que milhões de indivíduos se comuniquem ou, melhor, consigam conviver num mundo onde cada um vê tudo e sabe tudo, mas as incontáveis diferenças – linguísticas, filosóficas, políticas, culturais e religiosas – tornam ainda mais difíceis a comunicação e a tolerância. A informação é a mensagem. A comunicação é a relação, que é muito mais complexa (WOLTON, 2010, p.12).

Vigora a tecnicidade e a sobreposição da informação em detrimento da comunicação, de modo que, muitas vezes, os espaços propícios à politização experimentam o exagero de emissões mescladas de conversas aleatórias e conteúdos revestidos por interesses unilaterais, ou tão específicos que se fecham a grupos e indivíduos (SAAD CORREA, 2008, p.183; PALACIOS, 2006, p.235). Desse modo, as opiniões tendem a ficar limitadas, de maneira a restringir o ato comunicacional ou até extinguindo-o, tal como observa Demo: “destroi-se a comunicabilidade se somente um lado fala e ao outro se impõe silêncio, ou se o outro lado apenas pode consentir” (DEMO, 2000, p.22).

Os danos na comunicação afetam as condições de confronto da informação com as argumentações plurais dos indivíduos, o que prejudica os ideais emancipatórios. Sem esse confronto, anulam-se as deliberações necessárias para a produção e a gestão do conhecimento favorável a “uma cidadania emancipada, capaz de projeto próprio de desenvolvimento” (DEMO, 2000, p. 33).

A tendência é o declínio da informação, por necessitar da comunicação para reestruturar-se e definir-se, em uma dinâmica interrelacionada entre comunicação e informação. Afinal, “são as duas faces da grande questão da emancipação. Serão salvas ou perdidas juntas” (WOLTON, 2010, p.87).

Por esse possível declínio, e por considerar a necessidade de uma distinção mais precisa da informação, este trabalho correlaciona alguns conceitos relativos à informação comprometida com a cidadania, com ênfase aos aspectos do interesse público. Optar por esta especificação não tem o intento de postergar, mas sim, inserir este estudo na discussão da complexidade comunicacional que ora se apresenta no espaço público, com o intento de colaborar para a elucidação do dilema acerca da controvertida debilidade do fluxo informacional em plena era da informação.

3.1. O PREDOMÍNIO DO CONHECIMENTO NA INFORMAÇÃO

Na discussão sobre a ação política, o conhecimento se destaca como o cerne das informações que circulam nos espaços públicos e movimentam as atividades políticas e econômicas atuais, tal como assegura Castells (2009, 2002). Vários estudiosos delimitam a informação sob a perspectiva do conhecimento, como Le Coadic, quando afirma ser a informação “um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual” (1996, p.5).

Duarte sustenta que a “informação é a base primária do conhecimento, da interpretação, do diálogo, da decisão” (DUARTE, 2009, p.62). Esse autor diz ainda que informação “é palavra de significados semânticos múltiplos, adotados conforme contexto e quadro de referências, mas, basicamente, relacionada ao processo humano de obter conhecimento a partir de algum tipo de interpretação.”

Sobre o conhecimento na emancipação humana, Demo relaciona-o à “desenvoltura argumentativa” do cidadão crítico e criativo que expõe, renova e modifica comunicativamente o próprio conhecimento que domina (DEMO, 2000, p. 36). Nesse sentido, informação relaciona-se a conhecimentos acumulados que, segundo Wolton, permitem “a compreensão

entre as culturas, os sistemas simbólicos e políticos, as religiões e as tradições filosóficas” (WOLTON, 2007, p. 42). Para esse autor,

A história do ocidente e da sua emancipação, assim como a do mundo em geral, é indissociável da guerra pela liberdade de informação, matriz de todos os combates emancipatórios. Nunca se dirá o bastante a respeito dessa relação. Ainda hoje a informação faz parte de todas as relações de poder ligadas à industrialização, mas nem por isso ela perde a sua dimensão emancipadora. Fator de abertura para a globalização, é o primeiro passo para a compreensão do outro (WOLTON, 2010, p.49).

Breton e Proulx estendem a análise à variedade dos campos sociais que lidam com a informação de acordo com os seus referenciais, e ressaltam que não há como comparar a informação relacionada à mídia com aquela que circula pelos meios técnicos como a informática (BRETON, PROULX, 2002, p.95).

Por entre os campos, “uma mesma palavra – informação – corresponde a realidades bem diferentes. Ao mesmo tempo, essa polissemia é essencial, pois permite a comunicação entre os diferentes territórios de um mesmo universo: o da comunicação” (BRETON, PROULX, 2002, p.95).

Especificamente no campo da informática, a informação é analisada como dado ou valor a ser codificado e decifrado entre linguagem de máquina e linguagem usual, com destaque para a condição da utilidade (FOINA, 2006, p.2). Essa predisposição analítica é determinante para as próprias funções de máquina, de forma que o predomínio quantitativo da informação nesse campo, por mais que proporcione as mudanças na sociedade, não é tão determinante para as relações humanas quanto as abordagens de caráter qualitativo, geralmente associadas às produções midiáticas que fazem circular a informação.

Diante das situações que se apresentam no cotidiano, as interpretações quantitativas e qualitativas são essenciais para se compreender como interagir e participar do espaço público político em que, segundo Demo, “quantidade existe; qualidade precisa ser feita”, prescindindo buscar-se algum equilíbrio, pois “quantidade faz parte da realidade, nunca é algo secundário, e no limite invisibiliza a qualidade, como a vida que, sem um mínimo de funcionamento quantitativo, morre” (DEMO, 1994, p.35).

Isso leva ao que fala Mattelart (2006, p. 11) acerca da sobreposição numérica na sociedade da informação. A análise qualitativa contagia as atividades relacionadas à gestão da informação midiática, com ferramentas e técnicas combinadas sob a prescrição do “quanto mais melhor”. Sobre isso, há de ressaltar o alerta da saturação da informação anteriormente abordado, e que pode ser atenuada a partir da conscientização de quem dispõe a informação no espaço público como conhecimento. Somente então há como relacionar a informação ao

que denomina Le Coadic: “fluido precioso, continuamente produzido e renovado, a informação só interessa se circula, e, sobretudo, se circula livremente” (1996, p.27).

3.1.1. Informação e difusão jornalística

Assim, a atividade de jornalismo destaca-se quando se posta “entre os fatos de interesse público e cidadania” (MARQUES DE MELO, 2006, p.49), sendo colaboradora e co-responsável com o desenvolvimento humano. Atua perante as instâncias públicas e os campos sociais, de modo a dispor os acontecimentos que podem ser analisados e repensados para além do lugar em que se sucedeu o fato. Seja entre bases numéricas e diferenciais de sentido, sobressai o propósito de dispor algum conhecimento com uso de um conjunto de técnicas aperfeiçoadas ao longo do tempo, com realce de “padrões de credibilidade historicamente legitimados” (GADINI, 2009, p.47).

Karam aborda a importância da interpretação jornalística com base em códigos éticos e técnicas para possibilitar a universalização do conhecimento, sendo atividade necessária diante da “quantidade disponível de informações diárias e a produção sucessiva de fatos, em distintas regiões, em remotos lugares e em diferentes espaços de saber e poder” (KARAM, 1997, p.12). Karam é um dos autores que abordam a ética jornalística e os direitos que asseguram a democratização da informação no espaço público. Nesta linha de pensamento, Gentili observa:

A necessidade social de informação produz a necessidade do jornalismo. Portanto, não se faz aqui o elogio de qualquer jornalismo ou do jornalismo como é feito coerentemente. Nem de um jornalismo produzido sem medidas, sem critérios, sem ética, sem compromissos. Mas, sobretudo, de um jornalismo produzido e pensado, conscientemente, para oferecer um mínimo de cognoscibilidade ao mundo contemporâneo, um jornalismo que ofereça aquelas informações que o cidadão tem o direito de receber para que possa exercer plenamente todos os seus direitos. Um direito sem o qual o exercício de outros direitos fica prejudicado (2005, p.23).

Esses autores defendem o jornalismo como uma atividade que responde pela difusão da informação como bem comum, ou bem social, como também demonstra Jornet (2006, p.73), com base em documento da UNESCO. Relatam o interesse público como preponderante à habilidade jornalística em dispor e dar visibilidade a interesses prioritários de uma comunidade, de maneira que se possibilite o “desdobramento plural da vida, em seus aspectos de uma totalidade que envolve a política, a economia, a cultura, a história humana e sua multiplicidade de linguagem, significados e relações internas na constituição do cotidiano (KARAM, 1997, p.114).

Atuante na imprensa ou em outros segmentos públicos, trata-se de atividade que contempla vários fatores para a definição de conteúdo informacional de relevância para dispor no espaço público.

Dessa maneira, a expansão dos vínculos culturais e as especialidades de conhecimento existentes acabam por exigir delimitações para auxiliar na interpretação e na análise da informação jornalística. Exemplo disto está na abordagem de Duarte (2009, p.62), ao simplificar a informação em sete categorias: informações institucionais, de gestão, de utilidade pública, de interesse privado, mercadológica, de prestação de contas e de dados públicos.²²

O contexto deste estudo corresponde à definição de Duarte para a “informação de gestão”, relacionada “ao processo decisório e de ação dos agentes que atuam em temas de interesse público. Incluem discursos, relato de intenções, motivações, prioridades e objetivos dos agentes” (DUARTE, 2009, p.62).

Duarte propõe, em sua definição para a “informação de gestão”, uma descrição condicionada à tomada de decisão em benefício do interesse gerencial-institucional. Com relação ao este estudo de caso, é preciso lembrar que se trata do universo de uma instituição que cuida do interesse público, em que é preciso alongar esse entendimento para o que é de interesse geral e, ao mesmo tempo, ao que acaba sendo também de interesse institucional. Neste sentido, entende-se que a comunicação relacionada a instituições que cuidam do interesse público deve disponibilizar a informação sobre suas atividades para compor o processo deliberativo público.

A forma como Duarte destaca as expressões “ação dos agentes” e “prioridades e objetivos dos agentes” dá indícios de uma categoria fechada aos interesses organizacionais, sem contemplar possíveis resultados do debate em público, com novas interpretações às próprias emissões das organizações. De todo modo, a abordagem de Duarte subsidia a análise das produções informacionais no universo do Ministério Público, e ainda leva a refletir acerca

²² Segundo a definição de Duarte: “**institucionais**: referentes ao papel, políticas, responsabilidades e funcionamento das organizações. Em geral, são ligadas à projeção de imagem e à consolidação da identidade; **de utilidade pública**: sobre temas relacionados ao dia-a-dia das pessoas, geralmente serviços e orientações. Buscam informar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou setores específicos dela para temas de seu interesse. Informações legais, horários de eventos, campanhas de vacinação, sinalização, causas sociais, sobre dados, direitos, produtos e serviços à disposição do interessado e seu uso são exemplos típicos; **de interesse privado**: as que dizem respeito exclusivamente ao cidadão, empresa ou instituição. Exemplos: dados de Imposto de Renda, cadastros bancários; **mercadológicos**: referem-se a produtos e serviços que participam de concorrência no mercado; **de prestação de contas**: dizem respeito à explicação sobre decisões políticas e de uso de recursos públicos, viabilizando o conhecimento, a avaliação e a fiscalização; **dados públicos**: aqueles de controle do Estado que dizem respeito ao conjunto da sociedade e a seu funcionamento. Exemplos: estatísticas, jurisprudências, documentos históricos, legislação e normas” (2009, p. 62).

do termo “interesse público”, obtendo um referencial para efetivar análises na pesquisa de campo.

Em geral, a identificação da informação pelo valor que ela emana exige analisar a interligação existente nos referenciais e assuntos que a formam, não podendo ser pensada “fora de um contexto social. Ou fora de uma organização. Ela é essencialmente relacional e, portanto, organizativa e organizadora” (ALMINO, 1986, p.35).

3.1.2. Um conceito para a ação política e a indispensável criticidade do gestor

A opção por refletir sobre o termo interesse público se faz por seu significado determinante na comunicação que se estabelece nos espaços públicos, orientando as projeções da comunicação pública (BRANDÃO, 2009; DUARTE, 2009). Por não ter definição precisa, encontram-se dificuldades quando se quer analisar e classificar a informação sob equivalente característica.

Os parâmetros de distinção são estreitamente vinculados a outros enunciados informacionais, particularmente quando se busca analisar conteúdos advindos das incumbências e das responsabilidades das estruturas estatais. Nesses, incluem-se as diferentes produções que também são públicas, com informações que teriam correspondência a praticamente todas as “categorias” simplificadas por Duarte, em uma variedade de assuntos que dificultam salientar o interesse público em uma gestão informacional.

No próprio debate relacionado à comunicação pública, Duarte e Veras (2006, p.58) provocam questionamentos quando afirmam que, pelo fato de a informação representar a integração das pessoas na vida política, essa não pode ser limitada apenas ao que se propõe definir como de interesse público. Segundo esses autores, “a informação pública é toda informação que trata de questões que envolvem o interesse coletivo e individual do cidadão” (DUARTE; VERAS, 2006, p.58).

Esse posicionamento faz refletir acerca de como gerir, nos espaços institucionais públicos, a informação como bem público, caso se considere esta qualidade como prerrogativa para se dispor a informação no espaço público com o intento de contornar a preocupante saturação informacional.

É necessário que se pergunte quando a informação passa a ser de interesse público, qualidade em que conhecimento ou ação estejam condicionados a serem apreendidos por todos e livres para serem apoderados pelos cidadãos. Isso exige imersão na realidade e, ainda

assim, é possível encontrar “uma superfície porosa e fragmentada onde se movimentam *lobbies*, organizações privadas, interesses pulverizados” (FARIA, 2009, p.174).

Em meio à confusão histórica de assuntos privados serem tratados como assuntos públicos e vice-versa (IANNI, 2002, p.58s), autores alertam ser mais fácil dizer o que não é do que realmente é interesse público (DUARTE, 2009, p.60-61).

A literatura sobre o termo estende-se por diversas áreas do conhecimento, como a política, a economia e o direito, exigindo formulações mais complexas acerca do que é público e privado. Derivam questões relativas aos vínculos jurídicos que mantêm os indivíduos agregados em sociedade (BOBBIO, 1987, p.13s).

Em relação à área do direito, por exemplo, estudos analisam “os conceitos jurídicos indeterminados” e classificam o interesse público nesse rol, a exemplo do que investiga a pesquisadora Danielle Souza de Andrade Silva (2004). Assim, para não comprometer a delimitação deste trabalho, defende-se o entendimento comum em relação ao termo, conivente às discussões relativas ao campo comunicacional, nas peculiaridades jornalísticas e sua produção noticiosa. Isso é justificável por ser um campo que determina muitas decisões relacionadas à gestão da informação em espaços institucionais.

“Deontologicamente, pode-se dizer que o interesse público é o valor fundante do papel da imprensa na vida pública” (MARTINS DA SILVA, 2002, p. 59). Isso requer a busca por algum consenso entre a teoria e a prática diária para explicar como os indivíduos e organizações lidam com o que se define por interesse público, em uma sociedade sem fronteiras nítidas entre o que é público ou privado (BUENO, 2009, p.134, GOMES, 2008, p.52). Entre as pontuações encontradas, confirma-se a conceituação subjetiva do termo, porém sinaliza-se ser isso compreensível por sua relação pragmática. Ou seja, o interesse público deixa de ser impreciso e se torna perceptível quando se estende sua análise à prática cotidiana, manifestado no contexto que o cerca. Na opinião de Carlos Chaparro:

Frequentemente, o interesse público está simbolizado em determinados interesses particulares, o que evidencia a inexistência de oposição entre as duas instâncias. O protesto de uma pessoa portadora de deficiência física, diante da impossibilidade de acesso ao transporte público ou à casa de espetáculos, ou à escola, é a manifestação de um interesse particular frustrado. Mas constitui, também, a denúncia do desrespeito a um valor-norma estabelecido pela sociedade, o de que, sendo todos os cidadãos iguais, constitui injustiça intolerável a exclusão provocada pela deficiência física. O interesse público não está no fato isolado. Mas o fato isolado simboliza o interesse público, porque manifesta a agressão a um valor (ou princípio) estabelecido como bom pela sociedade. No valor agredido, e não no fato, estão as razões do interesse público (CHAPARRO, 2009).

Deduz-se que o interesse público revela-se a partir do entendimento mútuo sobre algum assunto relacionado ao bem comum de uma coletividade. Sendo mútuo, não é

propriamente o analista do assunto quem define o que é ou deixa de ser interesse público. Mas é indispensável que se interpretem as situações em conformidade com a identificação dos valores que se alteram ou se solidificam na sociedade. Segundo a pesquisadora portuguesa Cristina Ponte:

O interesse público decorre da objectivação das circunstâncias em que se desenvolve a interação humana política e socialmente, abrangendo decisões e factos que a afectam no sentido de que modificam ou podem contribuir para modificar a convivência e hábitos de conduta, para confirmar ou por em causa idéias, crenças e atitudes [...]. A compreensão dos seus aspectos exige esforço intelectual para entender princípios, processos e regras de distribuição do trabalho social, admite graus diversos de apreensão por parte do destinatário, depende da sua capacidade de contextualizar a informação e de se compreender como membro de uma comunidade em que pode participar (PONTE, 2005, p.201).

Karam (2004) correlaciona o interesse público à ética jornalística e deixa claro que, sem a predisposição ética, as interpretações podem expor outros interesses apoiados na legitimidade do conceito de interesse público, em induções geradas por quem lida com interesses diversos, entre públicos e privados. O autor cita ocasiões em que a vontade privada é exposta na mídia revestida de interesse público, em “uma apropriação particular e cínica, com utilização de eficaz retórica” (KARAM, 2004, p.14). Sobre isto, Bartizen acrescenta que a indefinição do conceito não justifica tais situações, ainda que as rotinas da produção jornalística reprimam a primazia deontológica:

O discurso jornalístico fundamenta a notícia em dois pilares: atualidade e interesse público. A prática jornalística, no entanto, apóia-se em dois outros fatores: tempo e espaço. O discurso levado à prática implicaria no questionamento sobre os desejos de informação do leitor antes do início do processo de produção. Ou seja, antes mesmo da produção de matérias, durante a elaboração da pauta, o jornalista deveria analisar a pertinência de cada assunto segundo o interesse público (BARTIZEN, 2006, p.86).

Para essa autora, o interesse público acaba desconsiderado diante da imposição do tempo, principalmente quando se trata do fechamento e posicionamento de matérias em meios de comunicação massivos, de maneira que a aplicabilidade do conceito somente se dá por discurso, uma influência como força motora e “ponto de partida do processo de produção jornalística” (BARTIZEN, 2006, p.86).

É por implicações como estas que o estudioso Gómez (2002, p.20) defende a ideia do “mediador eficiente e crítico” diante da multiplicidade dos discursos que transitam por entre os espaços públicos e privados na sociedade. Na apresentação de obra sobre gestão comunicacional (BACCEGA, 2002), Gómez enfatiza a importância do gestor, o “profissional

que deve estar capacitado para compreender e intervir tanto sobre o construído na emissão quanto na recepção” (GÓMEZ, 2002, p. 10).

Na realidade, essa capacidade crítica não se resume apenas em interpretar o interesse público diante de um assunto com essa caracterização. Mais que isto, é preciso antever situações em que outros interesses contribuam para o discernimento da coletividade, em sua autocompreensão de interesse público.

Acerca desse discernimento crítico, em seminário sobre direito à informação e liberdade de expressão realizado no Memorial da América Latina, em 2010, a professora Cremilda Medina evidenciou o comprometimento da atividade jornalística com a sociedade. Em seu discurso, Medina expôs o conflito existente nas redes digitais, “em que cada um diz o que bem entende e o que quer dizer, tendo livre expressão”. Desta forma, para a autora, infunde-se cada vez mais a necessidade das mediações. Relaciona a atividade jornalística a uma produção autoral coletiva, representada na “figura de um autor que organize, escute e trabalhe com as informações e com o fluxo dinâmico em caos.” A autora destaca a “força da autoria na mediação” atribuída a uma “assinatura coletiva, que edita um conjunto de vozes, é socialmente responsável, e minimamente, representa a pluralidade de uma democracia” (MEDINA, 2010).

Isso favorece a realização da verdadeira comunicação, aquela como interação, e não simples difusão. Por esta condição, Medina ressalta o papel do “autor-mediador” que, não importa o meio de comunicação, cria condições de interação, seja esta corpo a corpo na realidade contemporânea, seja ela digital na realidade virtual” (MEDINA, 2010). Nesta afirmação, distinguem-se iguais responsabilidades para o profissional comunicador atuante nas instituições públicas. Perante o espaço público, esse profissional media outras opiniões e pensamentos e interage com a realidade em que “os problemas atravessam de maneira genérica como um todo, e não apenas segmentos” (MEDINA, 2010).

No cômputo geral, a atividade jornalística lida com a informação que faz parte da multiplicidade discursiva existente na sociedade, dispondo no espaço público outros interesses que propiciam deparar-se com interesses comuns. No entanto, cabe aos seus gestores comunicacionais terem o propósito de dispor esses interesses a partir de interpretações livres de contexto sedutor, deixando clara a sobreposição do interesse da coletividade sobre quaisquer outros.

Isto consiste ainda em estimular as trocas discursivas e relacionais, de modo a provocar o processo da deliberação coletiva necessária para confirmar ou refutar o que esse mesmo gestor interpretou como interesse comum. Para Rousiley Maia:

É condição necessária – com vistas à obtenção de legitimidade para o exercício do poder público nas principais instituições de uma sociedade, e de racionalidade para a tomada de decisão na política – que aquilo que será considerado como “interesse comum” resulte de um processo de deliberação coletiva (MAIA, 2002).

Isto demonstra a prática da supressão dos interesses particularizados e antidemocráticos, que proporciona, por fim, o entendimento sobre os reais interesses públicos da coletividade.

Assim, a informação não recebe a qualidade de interesse público exatamente em sua produção, mas prescinde que o gestor tenha essa intencionalidade ao dispô-la no espaço público, de modo a considerar a capacidade de julgamento público, seja para propor inovações ou acompanhar as contas públicas, seus ajustes, gastos e prerrogativas administrativas.

Sobressai o critério relativo a crítica do gestor e a sua intencionalidade em dispor a informação de maneira que contemple as prerrogativas inerentes à comunicação, aquela que dá condições para o diálogo, os embates e a inovação do conhecimento.

3.2. INTERESSE PÚBLICO, OPINIÃO PÚBLICA E ARGUMENTOS DELIBERADOS

O interesse público tem estreita relação com a opinião pública e, por isso, requer apontamentos sobre o ato de deliberar e sua exigência por argumentos provenientes das convicções que cada um carrega para, assim, garantir a troca discursiva entre as pessoas (HABERMAS, 1997, p.28).

Na opinião de Habermas (1997, p.57), os argumentos “constituem naturalmente uma faca de dois gumes, porque tanto podem fortalecer convicções, como estremecê-las”. Desta maneira, conforme a força dos argumentos, o efeito das deliberações confrontadas com os fatos sociais que se apresentam promove a modificação do que “os atores estão convencidos acerca daquilo que entendem e têm como verdadeiro”. Ou seja, os argumentos deliberados contribuem para alterar as convicções e certezas “que se encontram na base do mundo da vida” (HABERMAS, 1997, p.44), o que inclui duvidar das justificativas que sustentam a existência de estruturas e regras sociais.

A tensão ideal que irrompe na realidade social remonta ao fato de que a aceitação de pretensões de validade, que cria fatos sociais e os perpetua, repousa sobre a aceitabilidade de razões dependentes de um contexto, que estão sempre expostas ao risco de serem desvalorizadas através de argumentos melhores e processos de aprendizagem que transformam o contexto (1997, p.57).

A confrontação pública dos argumentos a partir das convicções e certezas individuais deliberadas concebe a opinião consistente, capaz de definir interesses comuns. Na concepção de Habermas, isso se expressaria em “opinião pública” (HABERMAS, 1984, p.85; 1997, p.94). Esta, segundo Matos, “só pode existir em contextos nos quais os cidadãos estabeleçam diálogos, conversações e discussões, pois ela é fruto da publicização e do confronto de ideias e argumentos” (2009a, p.77).

Habermas acredita que a opinião pública irrompe como força isenta de domínio de qualquer outra, a não ser a força do público livre de pressão para deliberar, sendo tampouco arbitrária a ponto de querer impor quaisquer de seus argumentos (HABERMAS, 1984, p. 102). Em relação ao termo, o pesquisador Wilson Gomes, inspirado em Habermas, afirma que “a opinião pública é a vontade expressa como posição obtida numa argumentação racionalmente conduzida, é a vontade que se legitima como razão” (GOMES, 2008, p.41).

No “Dicionário de Política”, coordenado por Norberto Bobbio, opinião pública está definida da seguinte maneira:

A opinião pública é de um duplo sentido: quer no momento da sua formação, uma vez que não é privada e nasce do debate público, quer no seu objeto, a coisa pública. Como "opinião", é sempre discutível, muda com o tempo e permite a discordância: na realidade, ela expressa mais juízos de valor do que juízos de fato, próprios da ciência e dos entendidos. Enquanto "pública", isto é, pertencente ao âmbito ou universo político, conviria antes falar de opiniões no plural, já que nesse universo não há espaço apenas para uma verdade política, para uma epistocracia. A opinião pública não coincide com a verdade, precisamente por ser opinião, por ser *doxa* e não *episteme*; mas, na medida em que se forma e fortalece no debate, expressa uma atitude racional, crítica e bem informada (BOBBIO, 1998, p.842).²³

O mesmo dicionário registra a formação histórica do conceito de opinião pública e já traz, na sequência, outro precedente defendido por Habermas para a prática deliberativa das opiniões: a necessidade da publicidade em contraposição à prática do “segredo” por autoridades do Estado (HABERMAS, 1984, p. 69).

[...] a história do conceito de opinião pública coincide com a formação do Estado moderno que, com o monopólio do poder, privou a sociedade corporativa de todo o caráter político, relegando o indivíduo para a esfera privada da moral, enquanto a esfera pública ou política foi inteiramente ocupada pelo Estado. Mas, após o advento da burguesia, ao constituir-se dentro do Estado uma sociedade civil dinâmica e articulada, foi se formando um público que não quer deixar, sem controle, a gestão dos interesses públicos na mão dos políticos. A opinião pública foi levada deste modo a combater o conceito de segredo de Estado, a guarda dos *arcaria imperii* e a

²³ Quanto às palavras epistocracia, *doxa* e *episteme*, apesar de seu significado estar inserido na própria citação, o dicionário *Houaiss* eletrônico, versão 2009.3 define por *episteme*: conhecimento verdadeiro em oposição à opinião infundada ou irrefletida. *Doxa*: crença a ser superada pela obtenção do conhecimento verdadeiro, pela *episteme*. E, conforme a etimologia da palavra, pela união de *episteme* + *kratía* (força, poder) tem-se epistocracia: poder pela verdade.

censura, para obter o máximo de "publicidade" dos atos do Governo (BOBBIO, 1998, p.842).

Habermas diz que, “assim como o segredo serve para manter uma dominação baseada na *voluntas*, assim também a publicidade deve servir para impor uma legislação baseada na *ratio*” (HABERMAS, 1984, p.71).²⁴ Sobre esse posicionamento, Gomes especifica:

Uma insistência tão grande no uso *público* – portanto, argumentativo – da razão constitui-se historicamente, bem no espírito da modernidade, contra determinadas práticas e instâncias. Antes de tudo, contra a política do segredo de Estado praticada pela autoridade, em que decisões são tomadas e posições se estabelecem a partir do simples arbítrio, da mera vontade de quem exerce o poder político. A prática do segredo leva à exclusão. Uma vez atribuída ao raciocínio público a capacidade de estabelecer a posição que deve ser aceitável, o domínio não está mais meramente submetido ao arbítrio, mas à *ratio* discursivamente exposta (GOMES, 2008, p.39).

Com isto, defende-se a ideia de um espaço público em que circulam os temas de interesse comum, onde se consente a variedade de participações sem que lacunas no entendimento democrático impeçam as deliberações. Neste sentido, Habermas examina o conceito de esfera pública como espaço por excelência para a formação da opinião (cfr. BRETON; PROULX, 2002. p.91), capaz de abrigar a formação e o fortalecimento de uma opinião pública distinta de qualquer outra manifestação, como a manipulação e a manifestação publicitária (cfr. HABERMAS, 1984, p.253).

Sobre as concepções habermasianas, Gomes acredita que “a primeira dimensão que merece a nossa consideração é a caracterização da esfera pública como domínio social da argumentação coletiva” (GOMES, 2008, p.57). Em “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, Habermas idealiza a esfera pública como um espaço composto de pessoas privadas com liberdade para expor críticas e pleitear transformações em relação ao poder vigente. De cunho político, mas sem ideologias intrínsecas, nela se desenvolvem conversas de forma racional e comunicativa, em que indivíduos alimentam assuntos, aceitam ou refutam o que está sendo dito. Sem restrições para expor as colocações, manifesta-se a “opinião pública nascida da força do melhor argumento” (HABERMAS, 1984, p.72). Isto desde que sejam argumentações presenciais e com domínio antecedente de conhecimentos (cfr. HABERMAS, 1984, p.85).

Na continuidade dos estudos que faz, o autor revisa seus posicionamentos ao reforçar as questões relacionadas ao exercício do diálogo e do desenvolvimento das competências comunicativas (HABERMAS, 1989). Mas é em “Direito e Democracia” (1997) que Habermas apresenta, em dois volumes, revisões mais contundentes quanto aos aspectos das situações deliberativas que defende, sendo tal produção considerada por Wilson Gomes (2008) e

²⁴ Na obra, os termos originalmente grifados *voluntas* e *ratio* acompanham nota de tradução como *vontade* e *razão*.

Rousiley Maia (2006) a de maior vigor intelectual do autor. Na obra, Habermas amplia a conceituação de esfera pública ao admitir participações variadas e ambientes diversificados em sua composição. Investiga-a “como se fosse uma estrutura comunicacional enraizada no mundo da vida através da sociedade civil” (HABERMAS, 1997, p.91). Portanto, deixa mais clara a ideia de esfera pública pelo “*uso* que os sujeitos fazem da comunicação” (MAIA, 2006, p.56), em uma concepção de troca argumentativa que permite a compreensão de uma sociedade que se “constitui como um todo estruturado politicamente” (HABERMAS, 1997, p.20).

Os conceitos defendidos por Habermas receberam várias críticas, com a esfera pública sendo “examinada, contestada, reassumida, reformulada e/ou defendida um sem-número de vezes” (GOMES, 2008, p.57). Mas, como infere Barbosa sobre tais críticas, “o mais importante é a sua ideia de que o público pode influenciar os processos políticos, tornando-se elemento crucial para a elaboração de uma teoria da democracia” (BARBOSA, 2001).

A teoria habermasiana prescinde de estudos mais aprofundados, mas essas noções demonstram a veemência com que Habermas discute a emancipação humana, destacando o aprendizado coletivo como maior característica analisada. Isso o torna conhecido como o “pensador da razão pública”, conforme cita a Revista Cult, em edição comemorativa pelos oitenta anos de Habermas (2009).

Essa noção geral evidencia a contribuição de Habermas como inspiração para as práticas cotidianas da comunicação, sem ilusões de apoio teórico conclusivo, em vista que a dinâmica da realidade opõe-se a modelos definidos. São colocações que visam à compreensão da condição democrática no trato da comunicação pública e da disposição de informações no espaço público sob a prerrogativa do diálogo. Portanto, ainda que estas abordagens tragam noções superficiais, ainda assim contribuem para a análise de critérios adotados para a gestão da comunicação e da informação. Em instituições que atuam pelo bem comum, é possível analisar essa dimensão da comunicação na investigação dos meios e das formas utilizadas para a exposição de assuntos considerados de interesse público, considerando o exame dos espaços cedidos para a argumentação e a contra-argumentação públicas.

3.2.1. As deliberações na democracia brasileira

Em países de regime democrático como o Brasil, a prática deliberativa é assegurada e configurada pelo que se prega no discurso de “um sistema em que o governo é exercido pelo povo e não por apenas uma parte dele” (GOMES, 2008, p.57). Apesar disso, é prática pouco

usual por entre os espaços públicos, ainda que a fertilidade da era da informação admita alguma pluralidade participativa nas decisões referentes ao interesse público.

Formalmente, desde a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil pode ser classificado como um Estado de Direito e como uma democracia. Liberdades e direitos individuais e coletivos são garantidos, bem como há o império da lei. Os preceitos legais, entretanto, apesar de sua indiscutível importância, nem sempre traduzem a realidade. Um olhar, ainda que superficial, sobre o cotidiano revela que proliferam práticas de desrespeito a direitos básicos, quer impetradas por organismos estatais, quer por agentes privados. Por outro lado, ainda que em menor grau que no passado, é baixa a conscientização da população tanto sobre seus direitos como sobre os canais institucionais disponíveis para a solução de seus litígios (SADEK, 2001, p.7).

Portanto, as deliberações compõem a lista de direitos consagrados constitucionalmente, mas desprezados principalmente por faltarem políticas contundentes para efetivá-los (SOUZA, 2007, p.152). E quando essas políticas existem, são definidas longe do julgamento geral, de acordo com as forças internacionais e interesses político-partidários, como se verifica nas reflexões anteriores acerca das TICs no Brasil, e de acordo com reflexões do professor Bandeira de Mello (2007, p.13).

A análise desse autor sobre as dificuldades da democracia contemporânea remete às reflexões acerca de um condicionamento histórico que faz aceitar que nem todos têm presença garantida nos embates para as decisões políticas. Ressaltam aspectos de uma delegação de poder acompanhada de uma espécie de ajuste, em que o povo fica liberado (e autolibera-se) do debate público, enquanto os seus representantes definem situações em que apenas se veem os resultados em um futuro muitas vezes inatingível. Vigora um distanciamento das “condições evolutivas para aceder aos valores substancialmente democráticos, como igualdade real e não apenas formal, segurança social, respeito à dignidade humana, valorização do trabalho, justiça social” (BANDEIRA DE MELLO, 2007, p.12).

Existe uma limitação de conteúdo que se tornou praticamente um “costume” aceito com naturalidade e propiciado por rigorosos períodos de censura, a qual, segundo Pieranti, “firmou-se no Brasil como a principal política de Estado voltada para o conteúdo transmitido pelos meios de comunicação de massa” (2008, p.134). Isto se confirma ao analisar a história da imprensa brasileira, marcada por restrições antes mesmo de ser oficialmente instalada em 1808, por decreto de Dom João VI (COSTELLA, 1970, p.20).

Depois dessa formalização, a imprensa desenvolveu-se permeada de intensos períodos de cerceamento à informação, com o espaço público alimentado por produções selecionadas a partir de ordens expressas do poder instituído, incluindo a nomeação de censores para assegurar o discurso vigente, registrando na história os “censores régios” (COSTELLA, 1970,

p.20), os do “Serviço de Controle à Imprensa – SCI” da era Vargas e os censores do período militar, incorporados às redações dos maiores jornais do país para o controle das informações (MARCONI, 1980).

No período Getúlio Vargas e nas gestões dos militares pós-1964, o controle das informações ainda recebia o reforço da atuação de profissionais de comunicação, estabelecidos em assessorias. Estas ficaram marcadas por muito tempo como atividade de publicidade estratégica, com disponibilização de conteúdos para promover a imagem programada dos governos, e por eles idealizada. Podemos conferir essa atuação pelo histórico resumido por Duarte e Veras:

No Brasil, as primeiras tentativas de se trabalhar a imagem por meio de assessorias foram lançadas no início do século XX pela Light e Ministério da Agricultura. Em 1938, Getúlio Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), voltado mais para a censura. O golpe de 64 reafirmou esse aspecto negativo. Na década de 70 houve rápida expansão das assessorias, mas continuou a censura e o controle da informação. Os anos 80 consolidam os setores das assessorias de imprensa nas empresas e instituições e a partir dos anos 90 várias escolas de comunicação inseriram a matéria em seus currículos. Essas assessorias de imprensa geraram as atuais estruturas de comunicação com uma gama de produtos e serviços, exercendo funções de gerenciamento dos sistemas de informação (DUARTE; VERAS, 2006, p.10).

Com o passar do tempo, as assessorias de imprensa mostraram-se necessárias à pluralidade e a multiplicidade dos discursos no espaço público, com demonstrações de maturidade diante da condição democrática do país e maior embasamento ético (CHAPARRO, 2002; DUARTE; VERAS, 2006, p. 9s).

Porém, ainda abrigam, em suas formações, resquícios da política de cerceamento explícito, revelados na preocupação com a “solidificação da imagem institucional”.

Em alguma medida, essa é uma preocupação até benéfica, por denotar cuidados em apresentar a defesa de interesses e tentar conciliá-los com o público, pela exposição de assuntos e apresentação de argumentos que contribuem para a formação da opinião pública (BRANDÃO e CARVALHO, 2002, p.196; DUARTE; VERAS, 2006). Entretanto, acaba sendo uma espécie de autocensura, consentida por uma habitual filtragem das informações expostas no espaço público de acordo com os interesses e a “vontade” das gestões administrativas. Falta “uma triagem entre a comunicação normativa e a comunicação funcional, entre as promessas e a realidade, entre o irreal da comunicação e suas dificuldades concretas” (WOLTON, 2007, p. 41).

Sobressai uma atuação de ordem técnica que precisa apresentar e assegurar resultados considerados promissores e imediatos, e que faz a assessoria de imprensa ser mais

instrumental e menos analítica do que deveria, cooperando para a unilateralidade do fluxo da informação, pois,

Dirigentes, gestores e técnicos tendem a conhecer os caminhos e os assuntos com os quais lidam e costumam saber onde está a informação, como acessá-la e utilizá-la. E sabem que ter conhecimento é ter poder. O problema é que as pessoas que mais precisam de informação em geral são as que têm menos acesso aos mecanismos de transmissão e orientação ou possuem mais dificuldade de compreensão de seus significados (DUARTE, 2009, p.67).

Por situações como essas, Bertrand (2002) adverte para a convivência da mídia, de forma que a culpa pelo fluxo de informação inadequado para a comunicação não é apenas dos gestores públicos e de quem os assessoram. Envolvem interesses que, segundo Bertrand, traçam uma cumplicidade da mídia com a política de interesses exclusivistas, o que resulta na permanência dos conglomerados midiáticos, perpetuação do domínio dos sinais e sistemas de comunicação. Resulta, também, no declínio da notícia. Faz manter um silêncio muitas vezes oportuno para a sustentação pouco democrática do poder (2002, p.16). A inclinação no composto organizacional midiático, envolvendo mídia e assessoria, ignora e restringe as manifestações populares, ao invés de expandir as possibilidades das deliberações democráticas no espaço público.

Isso coopera, mas não impede, de todo, as trocas informacionais que contribuem para a compreensão do que nos falta para deliberar, por não serem posicionamentos generalizados. Apesar de pontuais, existem reações democráticas que se manifestam por entre as atuações públicas, com exposição de informações que fazem com que o espaço público fique menos desprovido de argumentos capazes de acionar mudanças, comprometidas com as práticas da comunicação pública (BEZZON, 2004, p.20; BRANDÃO, 2009, p.7; IANNI, 1999, p. 17).

Com base nas reflexões desses autores e ainda Matos (2009b) e Gomes (2008), vê-se que a caminhada democrática configura essa predisposição, com os meios de comunicação e segmentos sociais em papéis importantes no reconhecimento de direitos que, pelo menos, estão instituídos e asseguram alguma condição de cidadania. Nisso inclui a atuação dos comunicadores, principalmente a dos profissionais de jornalismo dispostos a conceber, por meio da disseminação das informações, condições para que o cidadão formule seus próprios argumentos.

Assim, apesar dos muitos períodos de censura e condições antidemocráticas, a sociedade brasileira dá sinais de participação ativa nas decisões políticas ao longo de sua história (LIMA, 2007, P.25s). Caminhada que impulsiona para novos posicionamentos, de

forma que os próprios gestores da comunicação e da informação sintam-se impulsionados a demonstrar a inclinação necessária para que se fomentem outras participações.

Há uma conjuntura comunicacional fundamentada em informações propensas às argumentações públicas, distinta pela multiplicidade das fontes. Há uma mescla de recepção e emissão de argumentos impulsionados pelo uso dos meios de comunicação interativos e pela própria mídia massiva, por esta não ser de todo servil e complacente com as situações de poder. Mesmo porque, em relação às produções informacionais para o espaço público,

O efeito da mensagem difundida não é o simples produto de “manipuladores” que possuiriam um plano de controle maquiavélico. Os conteúdos da mensagem difundida ultrapassam amplamente a intenção primeira do emissor – ele não pode controlar totalmente o discurso que emite. Não existe uma “chave mágica” que garante de maneira segura a persuasão eventual dos públicos “bombardeados pela mídia” (BRETON; PROULX, 2002, p.161).

Os interesses privados relacionados à sobrevivência da mídia passam por ajustes e acabam por atender a tentativas de se dispor temas prioritários de uma localidade. Com isso, vislumbra-se um quadro de referências “que antecede e orienta a percepção e ampliação dos eventos propriamente ditos” (ALDÉ, 2004, p.141). Ascende sobre os demais interesses a prerrogativa de atualizar e promover a “visibilidade midiática” das questões sociais, a qual, segundo Maia (2006, p.170), “contribui para fazer avançar a generalização do debate, interferindo no entendimento coletivo dos problemas”.

Ademais, com as tecnologias da informação, a mídia contemporânea é impelida a acompanhar a movimentação de usuários menos passivos, reforçando-a e também pressionando-a:

Tende-se a aceitar que a transformação de todo consumidor de informação em produtor potencial de informação, transformação impulsionada pelas novas mídias, seria a prova maior de que antigas noções de bloqueio da agenda pública de discussão por interesses de corporação de mídias teria entrado definitivamente em obsolescência. Até porque essas antigas noções não dariam mais conta da espontaneidade de mobilizações produzidas em espaços de alta interatividade (BARROS FILHO; COUTINHO; SAFATLE, 2007, p.89).

Cada vez mais, as pessoas conseguem dispor, de maneira direta ou intermediada, seus argumentos no espaço público, “impondo ao Estado uma nova racionalidade, que tem como parâmetro seu controle progressivo a partir da sociedade” (DAGNINO, 2001, p.97). Para Dagnino, seria a reformulação do conceito de esfera pública pela demonstração de algum controle público da sociedade sob as decisões do poder político, com a atuação de movimentos sociais e organizações não-governamentais “com sua lógica menos burocratizada” (2001, p.97).

O ambiente de mídia já não pode ser definido apenas por pessoas envolvidas na comunicação de massa. Na elucidação sobre o papel da mídia na era da informação, conforme demonstrado anteriormente, existem as possibilidades de interferência do cidadão no espaço público. Na convivência entre atores públicos e privados, as razões expostas acabam unidas aos aspectos que formam o conjunto midiático para as interações sociais.

Ter um mínimo de conhecimento já consiste em argumentos suficientes para questionamentos acerca do acesso à justiça, do inchaço administrativo público, dos direitos e obrigações entre Estado e sociedade. Cabe ao gestor de comunicação impulsionar as interferências a serem protagonizadas pelo cidadão por meio da evocação do direito de informar e expressar. A percepção dessa condição possibilita promover o debate público capaz de alterar situações prejudiciais à sociedade, com cuidados para que, na disposição das informações, estas estejam integradas a atos comunicacionais capazes de fomentar as interações e o diálogo, de modo que,

Ao compreendermos que nem tudo que é público é estatal e nem tudo que se concretiza no âmbito do Estado se referencia no interesse público, abrimos a possibilidade de construção de novos arranjos sociais que publicizem e desburocratizem o Estado e que viabilizem o fortalecimento da sociedade civil através da constituição de formas autônomas de poder que representem os complexos e múltiplos interesses de diferentes atores sociais (DAGNINO, 2001, p.97).

Assuntos colocados em cena pública são para serem discutidos como atos que, em algum momento, fazem parte do cotidiano das pessoas. Interligam, cada vez mais, o “mundo da vida” aos espaços institucionalizados, de forma a aproveitar melhor a abertura que as próprias estruturas estatais concebem para a comunicação pública, indo mais além da simples publicização. A atual abertura comunicacional tem convergido certas obrigatoriedades à fomentação de processos de gestão condizentes com as demandas da sociedade.

São estruturas previstas para o acompanhamento das medidas dispostas na Constituição para a própria manutenção do regime democrático, e que acabam como parte da movimentação proporcionada pelas TICs, arremetidas aos espaços deliberativos ampliados pela Internet enquanto campo e meio plural de opiniões.

3.3. A COMUNICAÇÃO PARA AS DELIBERAÇÕES DEMOCRÁTICAS

As abordagens expostas até o presente fazem parte do debate em torno do conceito de comunicação pública, a exemplo do que discutem Brandão, Duarte, Matos e Oliveira. Tais autores pensam a comunicação pública como aquela feita no espaço público, sobre temas de

interesse público. Suas pesquisas têm base na realidade brasileira e consideram sua história, sistema de governo, forma de vivência e cultura. O entendimento desses autores corresponde às alegações do conceito feitas por Pierre Zémor (2009), autor francês de referência nesse debate (DUARTE, 2009, p.60).

Também há prescrições importantes no pensamento de Zémor em Suárez (2008), apreciadas neste trabalho por suas análises envolvendo a gestão da comunicação dirigida à cidadania.

Brandão acredita que o ponto em comum do debate feito entre os pesquisadores está no entendimento de que a comunicação pública é “um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania” (BRANDÃO, 2009, p.9).

Muitas vezes, a prática do termo é relacionada à comunicação governamental ou empresarial, tendo amplas interpretações e confusões com o desenvolvimento da “propaganda, publicidade institucional, marketing ou relações públicas” (MATOS, 2009a, p.106). No histórico acerca da concepção contemporânea da comunicação voltada à consolidação dos cidadãos como coletivos políticos, consta a gestão da comunicação associada ao uso de técnicas “aplicadas indistintamente aos campos governamental e empresarial, e combinação de imprensa e publicidade” (SUÁREZ, 2008, p. 10-11).

Por certo, pode-se compreendê-la a partir dos diversos aspectos da comunicação organizacional, também denominada empresarial ou institucional por autores como Duarte (2002, p.33). Contudo, não se prende a essa área, tampouco à comunicação governamental, principalmente por não depender de espaço estrutural, sem se fechar a este ou aquele segmento público ou privado. A relação estabelecida na comunicação pública se faz pela participação dos envolvidos nos processos democráticos em andamento (OLIVEIRA, 2004, p.9), de maneira que, conforme a nossa realidade, o bem comum seja a prioridade de uma sociedade marcada por vivências em contradição,

[...] num cenário marcado por profundas desigualdades sociais, expressas nos altos índices de criminalidade, violência, desemprego, fome, trabalho infantil, condições sub-humanas de sobrevivência para uma parcela significativa da população. Incluem-se, também, os problemas referentes à corrupção, à desconfiança generalizada, seja em relação ao governo, às empresas e/ou à sociedade como um todo, demonstrando, dessa forma, falta de noção mais clara de cidadania, refletida no espaço público, no qual essa problemática se projeta, afetando, consideravelmente, a vida social (OLIVEIRA, 2004, p.9).

Na avaliação de Oliveira, isto marca a necessidade de se discutirem os “temas de interesse público. Subentende o envolvimento e a participação ativa do governo, das empresas, do Terceiro Setor e da sociedade como um todo” (OLIVEIRA, 2004, p.9).

Matos reforça esse raciocínio ao refletir a possibilidade de uma comunicação pública envolvendo “o cidadão de maneira diversa, participativa, estabelecendo um fluxo de relações comunicativas entre o Estado e a sociedade” (MATOS, 2009a, p.102). A autora esclarece que a ideia norteadora do conceito “visa incluir os atores sociais emergentes na esfera pública, de modo que possam debater e formular propostas de ações ou de políticas públicas que beneficiem a sociedade” (MATOS, 2009a, p.103).

Em uma de suas pesquisas, Matos defende a necessidade de implantação de diretrizes de comunicação pública em âmbito nacional, de modo a conferir distinções de papéis de acordo com as especificidades dos agentes sociais. Ressalta a responsabilidade de profissionais de comunicação com referencial para atuar e distribuir melhor a informação (MATOS, 2009b, p.56). Na continuidade de suas reflexões, Matos complementa:

Sob este prisma, comunicação pública é política de inclusão informacional. Através da comunicação, diminui o descompasso cognitivo. Produz-se e aloca-se conhecimento, a exemplo do que ocorre no mercado de bens e serviços. Portanto, é política pública para a democratização do saber, pois, ao considerar a presença de todos os agentes sociais, cada um com suas diferenças, fica assegurado um fluxo de informações que “estabelece um nexos social significativo, base de promoção de um respeito e de uma confiança mútuos (2009b, p.56)

Muitas combinações técnicas dos gestores comunicacionais acabam por gerar e dar continuidade a circunstâncias de domínio e exercício de poder de uns sobre os outros. Faltam critérios para assegurar a livre circulação do conhecimento, o direito à informação e à liberdade de expressão, de maneira a apropriar-se dessas mesmas técnicas para oportunizar “uma triagem entre a comunicação normativa e a comunicação funcional, entre as promessas e a realidade, entre o irreal da comunicação e suas dificuldades concretas” (WOLTON, 2007, p. 41), propiciando maior integração social.

Isto deixa explícita a necessidade de se promover a discussão de políticas comunicacionais que permitam as trocas argumentativas, principalmente por entre os espaços instituídos, como os relacionados ao Ministério Público. Este interfere diretamente na vida da sociedade e estrutura afazeres baseados em normas e regulamentos. Busca manter e vigiar as condições que estabelecem o estado democrático. Isso exige proceder a análises da prática comunicacional com ênfase na gestão da informação em seu âmbito.

3.3.1. Gestão da informação para a comunicação pública em instituições estatais

Há algum tempo, as organizações públicas no Brasil têm estruturado, em seus organogramas, setores de comunicação para criarem canais e gerenciarem formas de

transmissão de suas atividades. Cuidam para que a comunicação no espaço público seja voltada para a publicidade positiva e o domínio de crises de imagem institucional. Para tanto, contratam gestores hábeis no uso de procedimentos instrumentais e mecânicos para serem intérpretes de posicionamentos políticos envolvendo as relações internas e externas, empenhados no gerenciamento do fluxo das comunicações e das informações entre organização e sociedade (DUARTE, 2002; KUNSCH, 2008).

Em meio a esse ordenamento organizacional, na opinião dos autores da comunicação pública, há muitas gestões comunicacionais que formalizam suas ações desintegradas do todo social. Disponibilizam um discurso independente da prática organizacional, como se atuassem em empresas privadas que buscam assegurar nichos mercadológicos. Reportam à percepção de Oliveira (2005, p.52), quando afirma que “a sociedade brasileira tem uma cultura caracterizada por uma atuação coletiva restrita, reforçando a dificuldade de o brasileiro alcançar o consenso e buscar soluções de maneira conjunta”.

Contudo, como demonstram esses mesmos autores, há atuações comunicacionais favoráveis a enunciados para a força coletiva, atuantes no respeito ao interesse público. Cuidam da qualidade da informação e permitem a construção da cidadania. Tiene (2005, p.66) atribui essa sensibilidade das gestões públicas pelo interesse público ao uso das TICs. Estas viabilizam as interconexões entre as culturas e impulsionam as inter-relações. Com as TICs, as manifestações no espaço público exigem, continuamente, acesso à informação e, por elas, a provocação de uma real comunicação que despreze a simples difusão ou tentativas de manipulação e de influência de interesses unilaterais.

A crescente articulação da sociedade em rede amplia os espaços de interação social e multiplica a atuação de indivíduos e grupos no contexto contemporâneo, devido ao acesso à informação e à facilidade de troca. Eles passam a desempenhar múltiplos papéis sociais. Nesse cenário, a gestão da comunicação nas organizações pautada no paradigma clássico/informacional, centrado na emissão e recepção de informações, torna-se insuficiente para administrar a abundância dos fluxos e demandas informacionais e a crescente rede de relacionamentos que se estabelece entre organizações e atores sociais (OLIVEIRA; PAULA, 2007, p.6).

Dessa forma, a instrumentalidade e a mecanização de processos comunicacionais e informacionais acabam gerenciados a serviço das conexões e das interações entre as pessoas, menos dependentes dos interesses específicos, efetivando a comunicação pública no Brasil.

A partir desse entendimento, têm-se defendido o modelo de gestão integrada da comunicação nas organizações (KUNSCH, 2008, p.107s). Proporciona a manutenção de uma imagem corporativa mais coesa com a realidade, preocupada com os relacionamentos interpessoais. Desperta, cada vez mais, o investimento no conjunto de áreas específicas para o

gerenciamento comunicacional de ações de relações públicas, publicidade e jornalismo que considerem “a busca e o alcance da eficácia, da eficiência e da efetividade organizacional, em benefício dos públicos e da sociedade como um todo e não só da organização isoladamente” (2008, p. 115).

Trata-se do reconhecimento do valor estratégico das organizações, envolvendo as projeções da comunicação e das mídias internas pela análise das viabilizações dos procedimentos comunicacionais integrados. Há esforços para refletir isso em produtos e campanhas de identidade corporativa, editoração multimídia, publicidade institucional e de processos comunicativos, com realce no gerenciamento dos fluxos informativos, entre as projeções de imagem e som, coberturas especiais, fotojornalismo e gestão de mídias externas.

Na comunicação interna, preocupam-se em compor matérias institucionais por meio de normas, regulamentos, portarias, projeções e a abrangência das ações institucionais a partir do que as pessoas do público interno aspiram diante do alcance de metas organizacionais, inserindo-as nessas ações de modo a valorizá-las, motivá-las e orientá-las sobre os seus direitos, sua segurança, treinamentos e nas interligações na vida e na comunidade relativas à instituição em que atuam. O público interno é envolvido na expansão de objetivos da comunicação externa, sendo visto como partícipe e componente do todo social, não apenas como fonte preparada para responder pelo atendimento externo.

Formulam-se, em um planejamento estratégico, práticas comunicacionais que conseguem demonstrar um ordenamento técnico resultante da análise de toda a complexidade organizacional a partir de um diagnóstico institucional. Este contempla observações contextuais, estudos de leis e resoluções que regem a organização, avaliações de mídias e do relacionamento com a imprensa, levantamento do conjunto das condições humanas e estruturais, análise de compatibilidade para aplicação das técnicas comunicacionais com a linha de trabalho da administração geral.

Nessa perspectiva, os processos comunicacionais constituem o objeto de estudo da comunicação organizacional e são entendidos como os atos de interação planejados e espontâneos que se estabelecem a partir dos fluxos informacionais e relacionais da organização com os atores sociais que atingem e/ou são atingidos por sua atuação. Os fluxos informacionais representam todas as ações e instrumentos utilizados para veicular informações. Já os fluxos relacionais são oportunidades de interação e encontro entre organização e atores sociais (PAULA; OLIVEIRA, 2007, p. 21).

Com isso, sobressai o olhar gerencial da comunicação social, com as organizações pensando “seus processos comunicacionais de maneira planejada, a partir de um eixo onde estratégias de interação com a sociedade se estabeleçam de forma alinhada às suas políticas e práticas de gestão (OLIVEIRA, PAULA, 2007, p. 25).

Observa-se alguma pré-disposição a isso em empresas públicas e atos pontuais do governo quando sintetizam seus princípios e diretrizes de comunicação em suas estruturas. Entre elas, a Embrapa destaca-se pela formulação de políticas de comunicação para “integrar as ações e estratégias de comunicação voltadas para os ambientes interno e externo, respaldada no conceito de comunicação como um processo de gerenciamento vital que permeia toda a organização.” (EMBRAPA, 2002, p.8).

A Radiobrás é outro exemplo: segundo Eugênio Bucci, procurou demonstrar o comprometimento com a cidadania no período de sua gestão entre 2003-2007 (BUCCI, 2009, p.193). Neste período, houve a elaboração dos princípios que envolveram toda a equipe em torno de uma missão bem definida e valores organizacionais fundamentados na ética e na atuação pelo direito à informação.

Em relação ao Governo Federal, este discute assuntos de sua agenda nos “Fóruns do Planalto”, inaugurados em 2003 pelo então chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken. Conforme Frota e Ferreira (2009, p.41), o ministro expôs o tema Política Nacional de Comunicação. Em maio de 2005, Gushiken defendeu o tema com maior precisão no 3º Seminário Internacional Latino-Americano de Pesquisa da Comunicação, ALAIC, por meio dos oito princípios da comunicação pública, a saber:

- 1) O Cidadão tem direito à informação, que é a base para o exercício da cidadania;
- 2) é dever do Estado informar;
- 3) zelo pelo conteúdo informativo, educativo e de orientação social;
- 4) comunicação pública não deve se centrar na promoção pessoal dos agentes públicos;
- 5) promover o diálogo e a interatividade;
- 6) estímulo do envolvimento do cidadão com as políticas públicas;
- 7) serviços públicos têm de ser oferecidos com qualidade comunicativa;
- 8) comunicação pública tem de se basear na ética com qualidade comunicativa.

Exemplificações como essas comprovam a existência de uma literatura de incentivo à comunicação voltada ao comprometimento das organizações públicas com a sociedade. Ressaltam a atuação e os serviços prestados pelas instituições sem subterfúgios ou exposição de informações irrelevantes para o cidadão. Denotam que toda gestão pública, diante da publicidade de seus atos, consegue adaptar-se a um tempo em que a sociedade tem como tomar consciência de ser ela quem protagoniza os resultados de decisões que nem sempre são reveladas ou debatidas no espaço público.

São gestões que consolidam um planejamento geral e de propósitos comuns, com definição de diretrizes, valores e princípios comunicacionais e informacionais para a organização com base no interesse público. Voltam-se para a sociedade, com suas prerrogativas reveladas em políticas de comunicação para gerenciamento comunicacional e informacional. Desta maneira, as informações, quando expostas no espaço público,

manifestam o comprometimento da organização com a coletividade e contribuem para a circulação de temas relevantes e para “uma pauta de prioridades estabelecida a partir das relações entre os emissores e os diversos atores políticos” (ALDÉ, 2004, p.25).

Habermas diz que está no Estado a “tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos” (1984, p. 14), sendo a esfera pública a força que define essa condição, e o sujeito dessa esfera “é o público enquanto portador da opinião pública”. Desse modo, pela representatividade das instituições públicas, deve-se considerar que são elas que interagem por entre os segmentos da sociedade, em convívio, hoje, com os avanços tecnológicos, não sendo possível ignorar, em nenhum segmento, as possibilidades de interatividade e de maior participação pública.

Cabe aos gestores da comunicação enfrentar o desafio de “informar a múltiplos públicos sem perder a força e o foco” (MATOS, 2009, p.56), pois

Se todos os agentes participam do debate das questões de interesse e utilidade comum, se essa participação é possível graças à existência de uma infra-estrutura que materializa a esfera pública, se eles se sentem aptos e motivados a participar graças à cultura de valorização de seu papel social, se os critérios de instituição e processo do debate são claros e equitativos, então será possível preencher os requisitos mínimos para o reconhecimento da comunicação pública (2009, p. 56).

Por essa perspectiva, há como abordar a comunicação social desenvolvida no MPMS sob o enfoque da comunicação pública pelo estudo do fluxo das informações acerca de sua atuação. Para isto, considera-se o quanto essa instituição pública pode contribuir para a cidadania e a democracia brasileira. É o que será disposto na próxima seção deste trabalho, por meio da análise da informação disseminada no portal virtual da instituição.

**4 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL: FONTE DE INFORMAÇÃO PARA A COMUNICAÇÃO
PÚBLICA**

Até esta seção, foi possível expor a configuração tecnológica disponível para as comunicações, bem como apresentar conceitos ligados à informação midiática. São colocações fundamentais para as abordagens sobre a informação relativa ao interesse público no universo do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS). No âmbito desta instituição discutem-se as prerrogativas da democracia e a busca pelos direitos de cidadania, o que justifica analisá-la sob as perspectivas da comunicação pública defendida nas fundamentações teóricas deste trabalho.

Instiga estudar seus procedimentos de comunicação com base nas atribuições constitucionais que o regem, nas leis que o regulamentam, no regimento e no plano de atuação internos da instituição.

Os dados bibliográficos e documentais conferem que a unidade do MPMS é um dos dispositivos criados para garantir o “Estado de direito – aquele em que a Constituição e as leis sirvam para proteger os cidadãos e oferecer abrigo às relações sociais” (SERÁFICO, 2008, p.50). Tal definição faz de suas atividades configurarem-se como de interesse público.

Isso se torna claro quando a Constituição de 1988 traz definida a missão de Ministério Público como “órgão defensor da ordem jurídica, do regime democrático, e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (CF-1988, art.127).

Para atender a essa finalidade, cada um dos integrantes da carreira do Ministério Público – Procuradores e Promotores de Justiça – possui prerrogativas específicas que asseguram atender ao que está instituído em lei, em providências com autonomia de atuação. As atribuições desses cargos conferem a seus ocupantes ter independência funcional para atuar perante peças processuais e procedimentos inerentes ao cumprimento da legislação, agindo de maneira individual ou em ações conjuntas, como as advindas de alguma campanha de alerta à corrupção, à violência ou ao voto eleitoral consciente, conforme constatado na pesquisa exploratória.

São atribuições que representam a finalidade da instituição, com os afazeres inerentes a esses cargos resultando em uma atuação de interesse público, e os ocupantes, fontes de informação para a comunicação pública. A partir dessa singularidade, depara-se com o ponto de partida para as análises sobre gestão da informação e do que recai de responsabilidades sobre a assessoria de comunicação do MPMS.

Por meio dos documentos que regem a instituição, da análise do portal *online* e da pesquisa exploratória realizada nos meses de junho/2010, outubro/2010 e abril/2011,

verificou-se que as informações a serem tratadas pela assessoria como de interesse público revelam-se, principalmente, por entre as procuradorias e as promotorias de justiça. Estas são classificadas como órgãos de administração, nos quais procuradores e promotores de justiça as representam como órgãos de execução, por suas prerrogativas funcionais (Lei nº 145, art.5º, item 3). Na nomenclatura institucional, esses órgãos são estruturados administrativamente, mas não subordinados à administração superior que os coordena e lhes dá suporte. A partir desses cargos é que são preenchidas as demais funções que formalizam as rotinas e a hierarquia da estrutura organizacional inter-relacionadas às atividades de comunicação, como demonstra a tabela abaixo.

Órgãos do MPMS			
Administração Superior	Administração	Execução	Auxiliares
Procuradoria-Geral de Justiça	Procuradorias de Justiça	Procurador-Geral de Justiça	Centros de Apoio-Operacional
Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Jurídica	Promotorias de Justiça	Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico	Comissão de Concurso
Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Administrativa		Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo	Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça de Gestão e Planejamento		Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento	Órgãos de Apoio Administrativo
Colégio de Procuradores de Justiça		Conselho Superior do Ministério Público	Estagiários
Conselho Superior do Ministério Público		Procuradores de Justiça	
Corregedoria-Geral do Ministério Público		Promotores de Justiça	
		Promotores de Justiça Substitutos	

Tabela 1 – Órgãos do MPMS

Fonte: Tabela elaborada pela autora, com base em leis e documentos institucionais e dados da página “Quem Somos”, do Portal do MPMS.

Essa disposição demonstra a dimensão do universo em torno das atividades da assessoria de comunicação da instituição, e revela os meandros do fluxo das informações que justificam as atividades indicadas constitucionalmente. Por este entendimento, há como identificar os elementos que respondem ao problema desta pesquisa, que é examinar como é feita a gestão do fluxo da informação entre MPMS e sociedade, avaliando, no cotidiano da assessoria, as seguintes fases: 1) identificação das necessidades da informação; 2)

procedimentos de busca e coleta; 3) tratamento dado a essa informação; 4) distribuição; e 5) avaliação de uso, que busca saber se são atendidas as necessidades identificadas no início do ciclo dessas fases de gestão.

4.1. IMERSÕES AO CAMPO DE PESQUISA

Ao considerar o MPMS como fonte de informação para a comunicação pública, propôs-se pesquisá-lo a partir da hipótese de que o fluxo das informações relacionadas aos seus atos era gerido sem procedimentos definidos de gestão. Em fases antecedentes de levantamento do projeto de pesquisa, foi verificado um fluxo informacional gerenciado de maneira aleatória, sendo que as exigências informacionais e comunicacionais recaíam em profusão sobre a assessoria de comunicação. Tomou-se conhecimento de que inexistiam planos de comunicação ou procedimentos traçados para prognosticar situações corriqueiras, atenuar eventuais surpresas e antever resultados mais produtivos e eficazes.

Definiu-se, então, conferir essa situação pela investigação dos procedimentos de assessoria de comunicação relacionados à informação no MPMS, incluindo as tendências de gestão e de formalização de políticas de comunicação para a instituição.

Com base na metodologia do estudo de caso, quis-se conferir as temáticas que envolvem essas atividades e a sua divulgação como notícia no portal do MPMS. Isso possibilita analisar o aproveitamento dessa notícia nos portais de mídia *online* que circulam pelo Estado. Porém, isso pode ser feito em trabalhos posteriores.

Nas primeiras incursões a campo, constatou-se a existência de debates entre as unidades de Ministério Público do país para a elaboração de coordenadas de gestão administrativa, visando obter maior concordância entre discurso e prática, pois os gestores buscavam estruturar um planejamento estratégico nacional. Assim, formou-se uma rede *online* de discussões, composta por profissionais comunicadores, representantes de cada unidade de MP. Esses começaram a reunir-se presencialmente e a deliberar por *e-mails*, com trocas de ideias e projetos, com espaços para discussões acerca de políticas nacionais de comunicação compatíveis com planejamentos locais e estes, com o nacional.

Essas projeções são inusitadas, pois, usualmente, as unidades de MP fazem suas próprias mudanças e decisões, fundamentadas no princípio de independência administrativa previsto legalmente (CF-1988, art. 127). Dessa vez, os gestores tinham por pretensão unirem-se para encontrar pontos em comum, com exposição de dificuldades, êxitos e pretensões, pois

a intenção principal é formular um projeto unificador e resultante de um cronograma de encontros entre os responsáveis pelas frentes de trabalho de todos os MPs do país.

Buscam o aperfeiçoamento de processos comunicacionais e administrativos, para que tragam resultados tanto para a contemporaneidade como para as décadas futuras. Toda essa movimentação ocorre em paralelo às decisões cotidianas da assessoria de comunicação. Contudo, há a participação e a troca de ideias com perspectivas de alterações futuras. Portanto, de interesse desta pesquisa.

Lidar com esse ambiente de discussões faz concordância com a metodologia do estudo de caso sobre as inconstâncias da realidade (YIN, 2009, p.19). De uma maneira acertada, a decisão em acompanhar os diálogos foi tomada diante dos primeiros debates do grupo de profissionais de comunicação dos MPs. Viu-se ao final das pesquisas de campo a importância da discussão que, em muito contribuiu para desvendar os procedimentos de gestão e, ainda, para a abordagem acerca das pretensões de se regulamentarem políticas de comunicação para a instituição.

4.1.1. Documentação e sistematização do estudo de caso

A pesquisa documental iniciou-se pela análise da Constituição Federal de 1988, que prevê a existência e a estruturação dos MPs. A partir da Carta Magna, prosseguiu- com a análise dos demais documentos que se encontram disponíveis no portal virtual da instituição, a principal fonte de informação e canal de comunicação entre instituição e sociedade.

Nesse portal registram-se informações noticiosas e a movimentação dos setores. Também encontram-se ali as normas e os princípios legais do MPMS, a exemplo das denominadas leis orgânicas da instituição, seu regimento interno e, finalmente, os documentos relacionados à Assessoria de Comunicação do MPMS, a Assecom. Por esses registros, há como conferir os documentos de criação, de alteração e, ainda, as projeções da Assecom em acompanhar o planejamento de gestão estratégica nacional e aquele específico à unidade de MS. Essas projeções favoreceram fazer imersões a campo, sempre com cuidado na avaliação da relação desses planejamentos externos com a rotina dos profissionais de comunicação do MPMS.

Os esforços concentraram-se na metodologia do estudo de caso para concretizar o caráter exploratório-descritivo desta pesquisa (YIN, 2005, p.19; DUARTE, 2005, p.228; GIL, 1991, p.45, 121s).

Com relação ao portal institucional, foram estruturados e executados passos para analisar o ambiente da assessoria de comunicação. Em seguida, foram adaptadas algumas técnicas recomendadas por Yin (2005, p.26, 116), com ênfase para a técnica da observação e da entrevista em profundidade. Para tanto, buscou-se maior suporte em explicações metodológicas de Quivy e Campenhoudt (2003), de modo que, por suas explicações, conseguiu-se intercalar o uso da observação direta com a indireta.

Na observação direta, viu-se que “o próprio investigador procede diretamente à recolha das informações, sem se dirigir aos sujeitos interessados” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2003, p.163s). Isto resultou em maior direcionamento para coletar os depoimentos e investigar o cotidiano da assessoria de comunicação, bem como explorar o portal do MPMS e ali coletar informações para as análises.

Quanto à observação indireta, esta foi efetivada como técnica adequada para se dirigir aos investigados, buscando obter maiores informações pelo uso de questionários (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2003, p.164). Acerca deste instrumento, utilizou-se a entrevista em profundidade, técnica qualitativa prevista por Jorge Duarte (2005, p. 62s), unindo-a às esquematizações indicadas por Fortes (1990) para a produção de dois modelos semi-estruturados. Estes foram sistematizados com a finalidade de posterior análise e abordagem descritiva deste estudo (YIN, 2005, p.143).

Esses modelos de questionário foram elaborados com o intento de obter especificações sobre as atividades da assessoria na instituição. As principais abordagens (abril/2010) foram feitas com os responsáveis pelas atividades da Assecom, configurando-os como as pessoas-chave que o estudo de caso deve contemplar (YIN, 2005, p.97), entre eles o assessor de comunicação, um jornalista assistente, a publicitária e a supervisora geral do setor. Para essa fase, foi utilizado um questionário com perguntas abrangentes, visando provocar conversas com direcionamento investigativo com essa população alvo da pesquisa (YIN, 2005, p.116s; GIL, 1992, p.92).

O outro modelo de questionário, mais extenso, produzido com itens pormenorizados e específicos sobre gestão da informação e produção noticiosa, foi aplicado somente na entrevista com o assessor de comunicação e o seu jornalista assistente. A aplicação foi feita na íntegra em outubro de 2010, com alguns pontos retomados com o assessor em abril de 2011. Nesse questionamento, buscou-se saber quais as responsabilidades e os afazeres relacionados ao jornalismo, os procedimentos de comunicação e de informação, incluindo as condições estruturais físicas e de pessoal relacionadas à demanda da Assecom.

Nas constatações diretas, conferiram-se itens dos depoimentos relacionados aos meios e às formas de acesso da sociedade à informação do MPMS, e também quanto ao uso das TICs, por estas se integrarem às situações circundantes. Do levantamento sobre a organização e as atividades da assessoria de comunicação, foi possível conferir itens de gestão da comunicação e da informação inerentes às atividades de assessoria, perpassando pela compreensão das necessidades da informação, busca e coleta, tratamento, distribuição e a avaliação de uso que possibilita constatar a necessidade da informação inicialmente prevista.

Como estratégia analítica (YIN 2055, 149-170), investigou-se qual o caminho da informação diante da demanda de trabalho desses gestores da informação. Tal como preveem os procedimentos do estudo de caso, buscou-se compreender toda a complexidade da organização escolhida, investigando quais os afazeres da instituição. Por ser uma estrutura de grande porte, foi preciso sistematizar as possibilidades que se abriam diante da dimensão estrutural da unidade estadual de MP. Obtiveram-se melhores definições após as análises dos documentos institucionais, por meio do material obtido na pesquisa exploratória e pelos depoimentos coletados.

Apesar de não ser órgão do sistema judiciário, o Ministério Público é estruturado de maneira equivalente, concretizando sua missão a partir da compreensão jurídica de processos e aparatos do poder judiciário brasileiro. Dessa maneira, havia infindáveis possibilidades de estruturação de dados e uma sucessão de termos e princípios legais, o que impelia recorrer à matéria jurídica, sob o risco de ultrapassar a fronteira do campo da comunicação.

Para evitar isso sem prejuízo dos resultados, examinou-se minuciosamente a missão de Ministério Público de acordo com as necessidades do campo comunicacional, com uso de terminologias do Direito somente quando essenciais. Viu-se que, sendo instituição defensora da democracia, o Ministério Público é parte ativa em muitos processos cíveis e criminais em trâmite no sistema judiciário. Contudo, há muitas situações em que, antes de acionar o judiciário, a instituição justifica sua atuação ministerial com apurações e tentativas de resolver os problemas que emergem da sociedade de maneira mais direta. Entre os meios de que dispõe para isso, constam as medidas extrajudiciais, também conhecidas como medidas administrativas, como as relacionadas aos procedimentos que visam reunir evidências sobre alguma situação ilegal.

A abertura desses procedimentos é comunicada por edital publicado no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, DOMP, disponibilizado no portal do MPMS. O edital oficializa a existência de algum fato que precisa ser apurado e demonstra, publicamente, que toda a instituição está comprometida com essa apuração, pois

os casos só podem ser encerrados quando encontrada alguma solução, passando pelo crivo de um conselho de representantes do MP, ou convertidos em peças processuais, e aí sim, o caso vai para o sistema judiciário.

São editais que atendem ao que se propôs pesquisar, pois possibilitam interpretar como a missão da instituição é praticada em dados acerca da atuação do MPMS em todas as comarcas do Estado. Com isso, o conteúdo desses editais originou um parâmetro para a análise da produção noticiosa disseminada no portal virtual pela Assecom. Concebeu maior rigor e validade científica para a obtenção de resultados, de maneira a conduzir a pesquisa pela recomendação de que “cada pesquisador de estudo de caso deve trabalhar com afinco para expor todas as evidências de forma justa” (YIN, 2005, p. 29).

Pelo alerta anteriormente analisado acerca da informação que pouco comunica, ou que satura o espaço público, a apuração dos editais dá condições de como proceder a uma análise voltada para a qualidade dos temas tratados, com abordagem da informação inerente aos afazeres da instituição em relação a sua missão constitucional.

Devido ao volume de atividades do MPMS, foi necessário fazer uso do que esclarece Bauer e Aarts (2007) para encontrar a melhor maneira científica de catalogar os temas encontrados nos editais publicados no DOMP. Por certo, o método do estudo de caso não prevê a técnica da amostragem, mas não se fecha a alternativas que conduzam ao seu bom desempenho, de modo que foi preciso elaborar uma “amostragem representativa” (BAUER, AARTS, 2007, p.39) dos diários. Assim, foi preciso selecionar, nas publicações de janeiro, fevereiro e março de 2011, três dias escolhidos aleatoriamente em cada um desses meses, sob a condição de terem editais publicados.

Com isso, despontaram dados suficientes para analisar o produto final das atividades jornalísticas da Assecom - a notícia veiculada no portal do MPMS. Por seu conteúdo afere-se principalmente, se há indicações para as características do que a instituição faz para o benefício da sociedade e atendimento aos interesses públicos. Da mesma forma, na construção de critérios para tabular os editais, foram selecionadas as publicações noticiosas do portal nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2011, sendo três dias aleatórios de cada mês.

Ao longo de toda essa pesquisa, os dados foram organizados com revisões minuciosas (YIN, 2005, p.149), das quais se destacam duas: uma para conferir a necessidade de novas imersões a campo e para produzir o relatório da dissertação e outra, para constatar se os levantamentos atendiam à proposta do projeto, com finalização da pesquisa nesta explanação analítica.

4.1.2. Panorama institucional com mapeamento das fontes de informação

O comprometimento deste trabalho com o interesse público exige conferir a origem das informações noticiosas em que o MPMS é considerado como fonte. Averiguou-se que, na maioria das vezes, essas informações provêm dos afazeres de promotores e procuradores de justiça, que dão sentido ao cumprimento da missão institucional e, ainda, assumem diferentes atividades perante os órgãos que compõem a instituição.

Verifica-se que, com base nas abordagens anteriores sobre comunicação pública e informação relacionada ao interesse público, o MPMS tem todas as qualidades para ser analisado sob a perspectiva do que já foi exposto neste trabalho. Além de ter de cumprir normas inerentes às instituições públicas, suas atividades configuram a busca pelo bem comum, cumprindo a missão de “órgão defensor da ordem jurídica, do regime democrático, e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (CF-1988, art.127).

Em Mato Grosso do Sul, esse enunciado constitucional também é cumprido por representantes do Ministério Público da União - MPU, especificamente por meio das subdivisões de Ministério Público do Trabalho - MPT e Ministério Público Federal - MPF. Assim como o MPMS, defendem a Constituição e as leis de tal maneira que muitas atuações são feitas em conjunto, porém a distinção das unidades de MPU está no fato de seus componentes atuarem perante o que é de competência federal, a exemplo das ações penais julgadas na justiça federal e de delitos com prejuízo ao patrimônio e interesses da União. Entre as frentes de trabalho do MPF que se destacam no Estado estão as referentes a assuntos de demarcação de terras e proteção aos povos indígenas.

Com relação aos assuntos atribuídos ao cumprimento da missão na unidade relativa a este estudo, viu-se a necessidade de identificar as fontes dessa informação para se analisar a produção noticiosa da Assecom.

De acordo com o que foi exposto na tabela de n.º1, é possível vislumbrar quais as fontes da informação do MPMS e onde se abrigam, entre as que estão em sua sede, a Procuradoria-Geral de Justiça, e as distribuídas geograficamente por comarcas, que são as unidades judiciárias onde se localizam as varas ou especialidades da justiça.

Nessa tabela, estão elencados os órgãos internos onde tanto os promotores quanto os procuradores respondem igualmente pelo cumprimento da missão de MP. Contudo, os promotores são potenciais fontes de informação noticiosa, por agirem mais próximos às comunidades, sendo mais abordados pela mídia do que os procuradores, que se voltam mais para os tribunais.

Prescinde pormenorizar as atribuições desses cargos, para demonstrar o universo de atuação do MPMS com relação à sociedade. Dos duzentos e trinta e um cargos previstos para o exercício das funções do MPMS, trinta e um são de procuradores e cento e oitenta e nove de promotores. Entre seus afazeres consta o de apurar situações no meio urbano e rural, nos setores públicos e privados, tanto pela defesa do interesse coletivo como do direito individual indisponível, tal como o direito à vida e à liberdade.

São cargos ocupados inicialmente por meio de concurso público, que exige do candidato formação acadêmica e experiência jurídica. Quando aprovados, ocupam o cargo de “promotor de justiça substituto” até a promoção para ser titular de alguma comarca. A Lei Orgânica do MPMS (Art.36) confere que “os Promotores de Justiça Substitutos são os órgãos de execução do Ministério Público que atuam nas Promotorias de Justiça, nos afastamentos ou impedimentos dos respectivos titulares, bem como coadjuvando-os na forma regimental”.

A movimentação desses cargos no Estado, quanto a promoções e ao exercício de atividades, é feita conforme as características das comarcas. Referida divisão jurídica também é utilizada para demarcar funções entre os órgãos envolvidos nos pleitos eleitorais, incluindo a de promotor de justiça eleitoral.

Promotorias de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul			
Entrância	Qt.	Municípios	N.º de hab.
Especiais	71	Campo Grande; Dourados	958.099
2ª Entrância	65	Amambai; Aparecida do Taboado; Aquidauana; Bataguçu; Bela Vista; Bonito; Caarapó; Camapuã; Cassilândia; Chapadão do Sul; Corumbá; Costa Rica; Coxim; Fátima do Sul; Ivinhema; Jardim; Maracaju; Miranda; Mundo Novo; Naviraí; Nova Andradina; Paranaíba; Ponta Porã; Rio Brilhante; São Gabriel D'Oeste; Sidrolândia; Três Lagoas. E ainda os municípios [agregados a estas comarcas]: Alcínópolis; Antônio João; Aral Moreira; Bodoquena; Caracol; Coronel Sapucaia; Figueirão; Guia Lopes da Laguna; Japorã; Jateí; Juti; Ladário; Laguna Caarapã; Novo Horizonte do Sul; Selvíria; Vicentina.	1.062.213
1ª Entrância	21	Água Clara; Anastácio; Anaurilândia; Angélica; Bandeirantes; Batayporã; Brasilândia; Deodápolis; Dois Irmãos do Buriti; Iguatemi; Inocência; Itaporã; Itaquiraí; Nova Alvorada do Sul; Pedro Gomes; Porto Murtinho; Ribas do Rio Pardo; Rio Verde de Mato Grosso; Sete Quedas; Sonora; Terenos. E ainda os municípios agregados: Corguinho; Douradina; Eldorado; Glória de Dourados; Jaraguari; Nioaque; Paranhos; Rio Negro; Rochedo; Santa Rita do Pardo; Tacuru; Taquaruçu.	383.944
Totais	157	78	2.404.256

Tabela 2 – O MPMS no Estado por meio de suas promotorias de justiça

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados obtidos nos portais do IBGE, MPMS e TJMS

Todo esse aparato organizacional de comarcas é fonte de notícias para a mídia sul-mato-grossense, um Estado com praticamente 2,5 milhões de habitantes (Censo IBGE, 2010), dividido por cinquenta e quatro comarcas, que englobam seus setenta e oito municípios. Para a gestão da informação, o entendimento dessa divisão delimita saber onde se encontram e se movimentam as fontes de notícia no Estado.

As comarcas são demarcações jurídicas classificadas por determinada extensão territorial, números de habitantes e de eleitores, arrecadação estadual, movimentação de processos e ainda pelas condições físicas para instalação de fórum. Conforme estas exigências, as comarcas classificam-se como de primeira entrância, quando abrangem delimitações menores; depois as de segunda entrância e, ainda, as de entrância especial, com dimensões maiores, como as sediadas na cidade de Dourados e na capital do Estado, Campo Grande (TJMS, 2011).

Tal classificação também recai sobre as promotorias de justiça, de modo que, quanto maior a comarca, mais promotorias são instaladas. Assim, conforme a classificação da comarca, as promotorias podem ser de primeira ou de segunda entrância e, ainda, de entrância especial (tabela 2). Promotores também recebem essa titularidade, em caso de promoção para atuar nessas promotorias.

Quando em primeira instância, geralmente existe instalada somente uma promotoria de justiça, com nomeação de um promotor para atender às prerrogativas do MPMS na localidade. O promotor busca soluções para a promoção da justiça e da cidadania na comunidade em que atua, com demandas administrativas que pode resolver no âmbito do MPMS ou junto ao sistema judiciário. Nas demais entrâncias, a diferença está no volume maior de atividades, em decorrência do tamanho da comarca, de forma que os afazeres podem ser distribuídos em mais de uma promotoria ali instalada. Em cada uma delas, atua seu respectivo promotor titular, conforme prevê a resolução 001/2004-PGJ, de 13/02/2004, do MPMS.

Conforme os dados analisados no portal e nas leis do MPMS, Mato Grosso do Sul é atendido por cento e cinquenta e sete promotorias de justiça instaladas em suas comarcas, cumprindo o que prevê a legislação para as atividades de Ministério Público Estadual (cfr. Tabela 2).

Nas comarcas de entrância especial – Dourados e Campo Grande, o cargo ocupado é o de promotor de justiça de entrância especial e as promotorias de justiça atuam em áreas cíveis, criminais e nas chamadas especializadas – especificações temáticas que abrangem

determinadas leis, a exemplo de meio ambiente, consumidor, infância e juventude, entre outras.

O promotor ascende na carreira à medida em que é nomeado titular de uma promotoria de justiça, até ser promovido a procurador de justiça, caso manifeste a opção quando surge alguma vaga entre as trinta e uma previstas legalmente. Entre as responsabilidades do cargo de procurador encontra-se a de manifestar-se em peças processuais diante de assuntos que não podem ou não foram resolvidos na primeira provocação do judiciário. Ou seja, os juízes e promotores de justiça se manifestam perante as varas do judiciário consideradas de primeira instância. Já os procuradores de justiça atuam perante as instâncias superiores, nos tribunais. Desta forma, as responsabilidades dos cargos também acompanham o grau de recursos possíveis para que determinada situação tenha algum desfecho.

Os procuradores também ocupam funções exclusivas ao cargo, como a de ser, automaticamente, membro do Colégio de Procuradores do MPMS, órgão interno que supervisiona toda a estrutura organizacional e administrativa da instituição (Tabela n.º1). Pode, ainda ser eleito um dos nove conselheiros do Conselho Superior do Ministério Público com a função de fiscalizar e zelar pelos princípios institucionais, ser o Corregedor-Geral da instituição que acompanha e observa o cumprimento da missão institucional, e também, pode ascender ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, o qual responde judicial e administrativamente por toda a instituição.

Também é o cargo de procurador quem pode ocupar a coordenação dos centros de apoio aos promotores de justiça em seus afazeres perante as comarcas. Esses centros de apoio são agrupados por áreas de atuação e, para uma análise da informação relacionada à atuação do MPMS no Estado será aproveitado esse agrupamento.

4.2.A INFORMAÇÃO ACERCA DA MISSÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Constituição Federal de 1988, ao declarar o Ministério Público como defensor da Constituição e das leis, delega aos cargos de execução do órgão, promotores e procuradores, o poder de agir em favor do interesse público, visando normatizar as relações sociais e individuais dos sujeitos em comunidade. Além da atuação perante os crimes contra a vida, em Mato Grosso do Sul esses cargos atendem às mais diversas áreas, desde a preservação de uma das maiores áreas alagadas do mundo, o Pantanal, a ilícitos ocorridos em zona de fronteira com o Paraguai e a Bolívia.

Dessa maneira, para discorrer sobre a gestão da informação midiática no MPMS, buscou-se identificar essas atuações de acordo com o princípio de análise de interesse público. As produções da Assecom veiculadas no portal da instituição foram analisadas como produto noticioso de abordagem relativa ao cumprimento da missão institucional, a qual é representada pelos afazeres do MPMS diante das demandas da sociedade em que atua.

Entre as possibilidades de constatação sobre esse cumprimento, destacaram-se os editais publicados. Nesses, os promotores de justiça comunicam que estão apurando algum fato em que houve descumprimento de lei. Oriundos de todas as comarcas do Estado (Tabela 2), os editais demonstram a diversidade das áreas de atuação em que a instituição age como defensor e fiscal da lei.

Segundo o Ouvidor do MPMS, essas apurações são reunidas em inquérito civil ou em um procedimento investigativo, tratando-se de uma medida administrativa ou extrajudicial para reunir dados que deem maior precisão aos próximos passos do MPMS sobre alguma questão. Fundamentam soluções objetivas, incluindo a decisão de acionar o sistema judiciário, para que resolva o assunto das apurações em juízo.

Para se analisar esses editais, é preciso dizer que essas medidas não representam toda a atuação do MP. A sua maior demanda relaciona-se a processos em tramitação no judiciário que exigem o cumprimento da Constituição e das leis diante de algum fato tipificado como crime. Sobre esses casos, recorreu-se a análises e depoimentos sobre a produção informativa da Assecom, sendo verificado que muitos assuntos que motivam a produção noticiosa tramitam no sistema judiciário. São temas cíveis e criminais tratados como informação quando se propõe a ação civil ou a penal junto aos tribunais, ou quando há alguma alteração nos rumos do processo, como por exemplo, quando se recorre a instâncias superiores de julgamento ou pelo surgimento de provas que conduzam a alguma definição do caso.

Portanto, a apreciação jornalística é dependente do andamento do processo e do que é proposto pelas partes envolvidas, entre Ministério Público e defesa, em casos que podem durar anos em tramitação. A análise científica dessa demanda exigiria a confrontação de dados quantitativos e qualitativos, com pesquisas externas e internas ao MPMS, a exemplo dos relatórios de atividades enviados para a Corregedoria-Geral do MPMS. Esses formalizam o relatório anual de atividades da instituição, que é publicado no portal virtual, configurado em dados estatísticos e muito sintetizados, exigindo outros referenciais, principalmente registros associados aos tribunais.

Para a composição do presente trabalho, restringiu-se a análise dos editais relacionados à demanda cível da instituição, pois esses também reúnem condições suficientes

para esclarecer a atuação ministerial e a demanda de notícias. Publicados, oficializam o comprometimento da instituição com a sociedade, sendo encerrados somente sob o aval do Conselho de Procuradores, ou convertidos nas peças processuais de que foi falado anteriormente.

Em depoimento, o responsável pela Ouvidoria do MPMS disse que essa apuração é considerada uma medida administrativa ou extrajudicial, pois ainda é a fase em que se reúnem dados para dar maior precisão aos próximos passos do MPMS sobre a questão. É a fase do inquérito civil e do procedimento administrativo em busca de solução para o caso ou, se necessário, embasar a ação civil pública.

Oriundos de todas as comarcas do Estado (Tabela 2), os editais sinalizam que o representante ministerial possui indícios suficientes para dar início às investigações. Concebem uma noção do volume de atividades do MPMS e ainda exemplificam a diversidade temática das áreas de atuação em que a instituição age como fiscal e defensor da lei no Estado. Congregam condições suficientes para analisar a informação a ser exposta no espaço público como notícia e validam esta análise em comunicação pública.

Para tanto, foi delimitado analisar três dias para cada mês do primeiro trimestre de 2011, resultando em trezentos e vinte e oito editais de apuração analisados entre os dias 10, 17 e 20 de janeiro, 3, 11 e 22 de fevereiro e 17, 24 e 30 de março de 2011. Tabulados um a um, obteve-se um gráfico que condensa em “áreas de atuação” todos os assuntos de que tratam esses editais. Esse agrupamento por área foi feito de acordo com definições do próprio MPMS, a exemplo de como a instituição organiza seus Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça em: 1) Consumidor; 2) Controle Externo da Atividade Policial; 3) Direitos Constitucionais do Cidadão e Direitos Humanos (Cidadania); 4) Eleitorais; 5) Fundações; 6) Habitação e Urbanismo e Patrimônio Histórico e Cultural; 7) Idoso e Pessoas Portadoras de Deficiência; 8) Infância e Juventude; 9) Meio Ambiente; e 10) Patrimônio Público e Social. Na configuração atual da instituição sobre esses Centros de Apoio, ainda existem duas coordenadorias separadas dessa definição, sendo as que auxiliam as promotorias de justiça cíveis e a outra, as promotorias criminais, em suas atuações junto ao sistema judiciário.

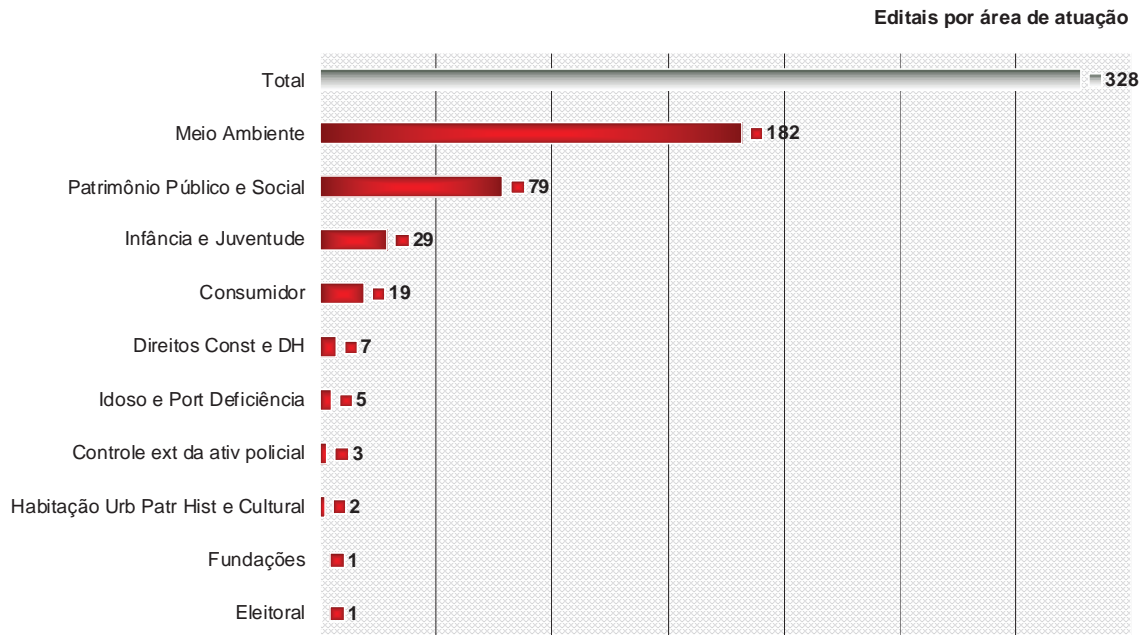


Gráfico 1 – Editais publicados por área de atuação

Fonte dos gráficos: Elaborados pela autora com base nos editais publicados no Diário Oficial do Ministério Público de MS/2011

Dentre os trezentos e vinte e oito editais analisados, apareceram casos referentes a todas as áreas de atuação do MPMS, à exceção da área criminal, conforme justificativa para os critérios da amostragem representativa, às páginas 76-77. Foram cento e oitenta e dois registros sobre meio ambiente, o que representa mais de 50% da amostra. Revela a atuação do MPMS diante de uma das maiores características do Mato Grosso do Sul, por ser um Estado de extensa área de preservação ecológica e ambiental. A existência de leis específicas para o meio ambiente determina a defesa ministerial diante das ocorrências de agressão e de irregularidades referentes a áreas de reserva legal e de proteção permanente.

Na sequência, estão os editais que tratam de Patrimônio Público, com setenta e nove casos; em seguida os de Infância e Juventude, com vinte e nove casos; Consumidor, dezenove; Direitos Constitucionais do Cidadão e Direitos Humanos, sete casos; Idoso e Portador de Deficiência, cinco casos; Controle Externo das Atividades Policiais, três casos; Habitação, Urbanismo e Patrimônio Histórico e Cultural, dois; e apenas um registro nas áreas Eleitoral e sobre Fundações.

Para especificar as ocorrências reveladas pelo gráfico n.º 1, avaliou-se cada área descritivamente. Surgiram mais quatro gráficos para ilustrar aquelas áreas que mais vezes apareceram nos editais, entre Meio Ambiente, Patrimônio Público e Social, Infância e Juventude e Consumidor.

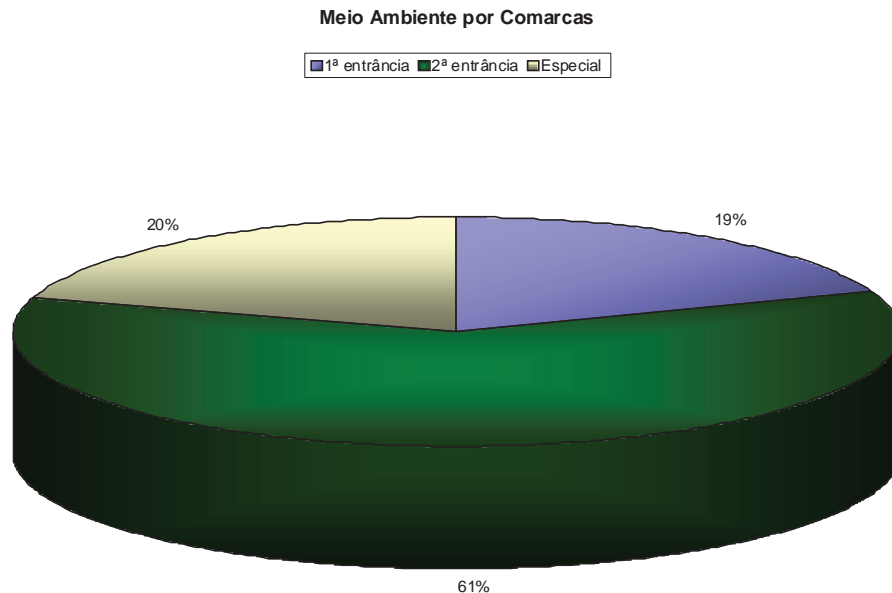


Gráfico 2 – Editais sobre Meio Ambiente por tipos de comarcas

Do universo de cento e oitenta e dois editais apurados sobre meio ambiente, a maior parte refere-se a apurações em comarcas de segunda entrância, com 61%. Nestes casos, registram-se irregularidades em áreas de reservas legais e em Áreas de Preservação Permanente, APPs. São ocorrências relacionadas à ausência de licenciamentos, desmatamentos, edificações impróprias, atividades comerciais, porte de motosserras, exploração de recursos naturais, com comercialização, transporte e armazenamentos de madeiras, construções de barragens, carvoarias e pesqueiros em áreas que deveriam ser preservadas, ou serem devidamente regulamentadas pelo poder público. Entre as cidades envolvidas, constam as que estão próximas ou inseridas em regiões pantaneiras, entre elas Aquidauana, Bonito, Corumbá, Coxim e Miranda. São municípios de porte médio, destacando Corumbá, considerada a capital pantaneira por sua fauna e flora, e ainda pelo ecoturismo da região, sendo a terceira cidade do Estado, com 102.209 habitantes, segundo o censo de 2010 do IBGE. Registram-se, em menor quantidade, apurações abordando problemas ambientais urbanos, constando casos de poluição sonora, irregularidades em esgotos e construção de aterros em cidades como Coxim, Camapuã e Corumbá.

Nas comarcas de primeira entrância, aparecem apurações similares com distinção para casos de incêndios em áreas de reserva, pesca ilegal, represamentos e barragens em rios,

assentamentos irregulares e depósitos de lixo. São casos registrados em cidades com menos de 25 mil habitantes, como Água Clara, Batayporã, Pedro Gomes, Terenos, entre outras.

Em Campo Grande e Dourados, nas chamadas entrâncias especiais (tabela 1), essa amostra apontou apurações sobre problemas urbanos, entre situações relativas à poluição sonora, falta de licenciamento de bares e restaurantes, depósitos de lixo irregulares e ausência de limpeza em imóveis. Também constam irregularidades nas chamadas áreas verdes e entre as inúmeras chácaras e fazendas, resultando em muitas apurações sobre falta de licenciamento ambiental e outras irregularidades.

O segundo tema, Patrimônio Público e Social, registram-se setenta e nove avisos sobre problemas com características comuns a diferentes municípios e tipos de comarcas, como se vê no terceiro gráfico de análise. São apurações que acontecem por entre as várias cidades sul-mato-grossenses. Campo Grande e Dourados somam 28%; nas demais comarcas, 35% dos casos ocorridos nas de segunda entrância e 37% nas de primeira entrância. São registros relacionados ao descumprimento de funções e problemas com as prestações de contas por parte do servidor público, como prefeitos e vereadores.

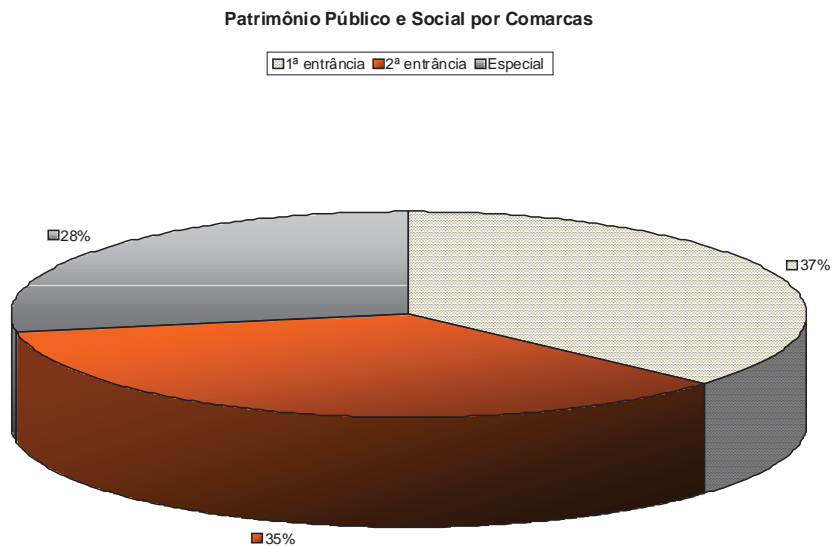


Gráfico 3 – Editais sobre Patrimônio Público e Social por tipos de comarcas

Englobam problemas com licitações, contratações irregulares de funcionários e de prestação de serviços, uso indevido do patrimônio e do dinheiro públicos, superfaturamentos, autopromoções e atrasos em repasses para outros poderes, construções irregulares, falta de escolas, entre outros atos dessa natureza em apuração pelo Estado.

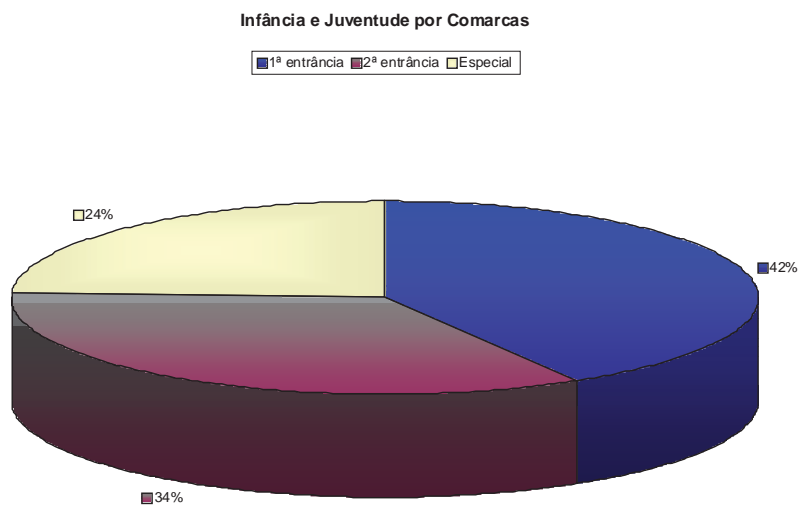


Gráfico 4 - Editais sobre Infância e Juventude por tipos de comarcas

O quarto gráfico traz o resultado da tabulação de vinte e nove casos da área de Infância e Juventude, com maior ocorrência em cidades menos populosas. São 42% dos casos ocorridos em cidades com população abaixo de 25 mil habitantes, entre situações de negligência e riscos a crianças, necessidade de destituição de poder familiar, problemas com vagas em creche e omissão de prestação de serviços de acolhimento infantil. Seguem as cidades de porte médio, com 34% de apurações de casos similares.

Quanto aos 24% de editais referentes à comarca especial de Campo Grande, são casos de negligência familiar, maus-tratos e situações de riscos a determinadas crianças e jovens residentes na Capital.

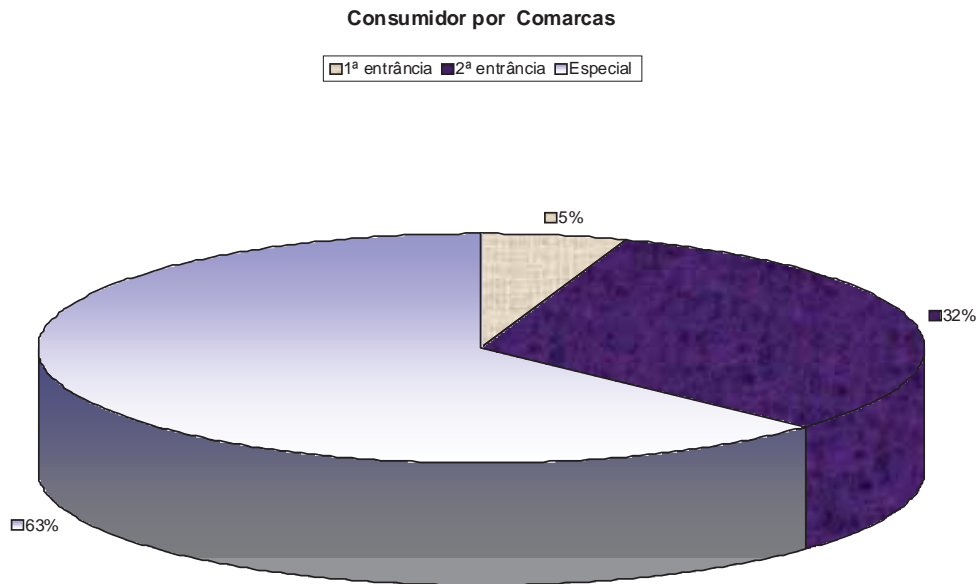


Gráfico 5 - Editais sobre Consumidor por tipos de comarca

Na atuação em defesa do consumidor, as análises fizeram gerar o gráfico n.º 5 como resultado de dezenove editais tabulados. Estes citam riscos em estádios de futebol, publicidade enganosa, violação à liberdade de escolha de produtos de consumo, comercializações irregulares de produtos, taxas abusivas, contaminação de leite, irregularidades em atividade de taxista e em estabelecimento de cartório. São apurações feitas, principalmente, na comarca de Campo Grande, com um total de doze editais. Seis referem-se a comarcas de segunda entrância e um à comarca de Iguatemi, representante de primeira instância.

Com relação às demais áreas, sete casos tratam dos direitos constitucionais do cidadão relacionados à saúde, documentos em duplicidade e omissão do poder público em atender dependentes químicos.

Em defesa dos direitos do Idoso e do Portador de Deficiência Física, registraram-se cinco editais para apurar casos de negligência, omissão e situação de riscos a idosos, com dois casos relativos a portador de deficiência. Na atuação para o Controle da Atividade Policial a

área registra três casos, entre irregularidades em transferência de policial para a reserva, ato de improbidade praticado por policiais e falta de pessoal no quadro da polícia civil, com dois editais de Campo Grande e outro da Comarca de Dourados.

A temática Habitação, Urbanismo, Patrimônio Histórico e Cultural reúne situações diferenciadas de atendimento, com muitos casos mesclados a questões de meio ambiente, segundo comprova documentos que tratam da atuação do MPMS. A demanda dos promotores não chega a ser tão intensiva quanto a das áreas anteriormente mencionadas. Nas averiguações, surgiram dois casos registrados na Capital. Um é relacionado ao patrimônio histórico pela falta de conservação de imóvel e o outro, por ter havido permissão do poder público para a instalação de comércio em espaço coletivo.

Registra-se ainda um caso relativo ao cumprimento das obrigações de uma fundação da Comarca de Dourados, para apurar a finalidade da organização. Também consta um caso da área eleitoral em Ribas do Rio Pardo, comarca de primeira instância, para apurar propaganda política feita por servidor público em horário de expediente.

De acordo com os depoimentos, muitas dessas apurações são resolvidas nas próprias promotorias, com os promotores encontrando os responsáveis pelos danos e transgressões e, muitas vezes, resolvendo tudo sem litígios. Isto comprova que nem toda busca de provas resulta em ações para acionar o sistema judiciário, com solução das situações em âmbito administrativo, principalmente quando se referem ao meio ambiente, quando há interesse das partes em recuperar áreas degradadas.

4.2.1. As produções informacionais da Assessoria de Comunicação

A análise dos editais confirmou características importantes sobre a instituição, como a materialização do cumprimento da missão institucional de órgão defensor da democracia e da cidadania. Nas apurações, a origem de temas que fazem parte da rotina de trabalho da instituição, com evidências de uma base importante da produção jornalística e do fluxo da informação entre MPMS e sociedade sul-mato-grossense.

Pelo parâmetro criado, houve como analisar a informação disseminada no espaço público por meio do portal virtual do MPMS, com obtenção de material coletado pelo mesmo método de coleta dos editais, tabulando três dias aleatórios para cada mês, entre janeiro e março de 2011. É preciso lembrar que essa análise busca tão somente aferir se a produção noticiosa tem alguma equivalência ou referência às temáticas que mais apareceram nas apurações dos promotores de justiça. Isso porque a utilização do que foi publicado como

edital nem sempre é possível, com apurações de pouca consistência ou, como foi apurado, os editais muitas vezes são publicados bem depois que os fatos ocorreram, em tempos nem sempre condizente com a urgência jornalística dos acontecimentos.

De um total de nove dias, obtive-se quarenta e quatro matérias publicadas no portal. Vinte e oito delas são textos produzidos pela Assecom, ou seja, 65% das publicações analisadas. Dezesete matérias são provenientes de outros portais, de acordo com o gráfico abaixo:

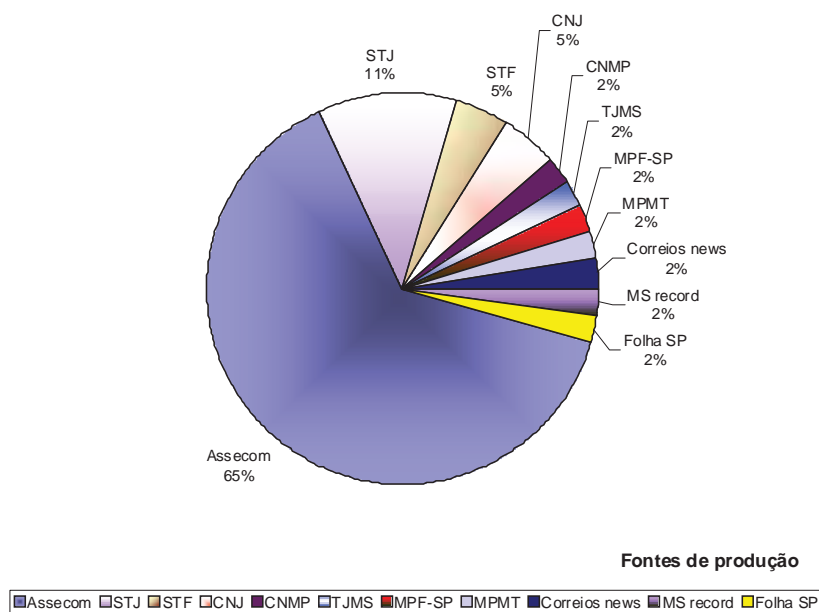


Gráfico 6 – Fontes de produção de matéria publicada no portal do MPMS

A utilização de outras fontes de produção divulgadas no portal do MPMS é usual, representando 35% do gráfico. Segundo explanações, buscam acompanhar o universo jurídico, principalmente decisões dos tribunais. Na análise, a fonte que mais aparece (11%) é o Superior Tribunal de Justiça - STJ, com cinco matérias publicadas. Nenhuma destas faz referência direta a processos originários do MS. Em relação ao Supremo Tribunal Federal - STF, o período analisado traz duas matérias abordando decisões na área criminal, sendo uma referente a processo originário de MS sobre violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) e a outra, de processo do Estado de São Paulo. Outra decisão referente a processo de MS é citada em matéria produzida pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul - TJMS, sobre atuação do MPMS em assunto de poluição sonora (meio ambiente), ocorrida em Campo Grande.

Sobre as demais reproduções, existem de duas a uma matéria a respeito das diferentes fontes citadas no gráfico n.º 6, inclusive fontes como o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Ministério Público da União - MPU, uma de outra unidade estadual (Mato Grosso) e ainda três matérias produzidas por veículos de comunicação de massa. Sobre essas produções de mídia externa, uma é proveniente de jornal de circulação nacional, tratando da aplicação da Lei Maria da Penha. As outras duas são de veículos de MS, em que uma anuncia a morte de um jurista local e a outra fala da atuação de promotor de justiça em comarca de segunda entrância, tratando de problemas em instituições de ensino (Infância e Juventude).

Com relação às publicações de autoria da Assecom, os textos foram analisados de maneira a buscar a diversidade temática proposta pelas áreas de atuação do MPMS, conforme demonstra o que foi apresentado a partir dos editais. Logo se percebeu a desproporção da produção da Assecom com a demanda de atuação da instituição, com muitas abordagens de interesse restrito, interno à instituição.

Para especificar isso, foram analisadas vinte e oito matérias referentes aos 65% do gráfico n.º 6, procurando abordagens sobre as áreas de atuação. Pelo comprometimento com o interesse público, os textos de conteúdo restrito à instituição foi denominada como informação organizacional, conforme o resultado visualizado no gráfico de n.º 7:

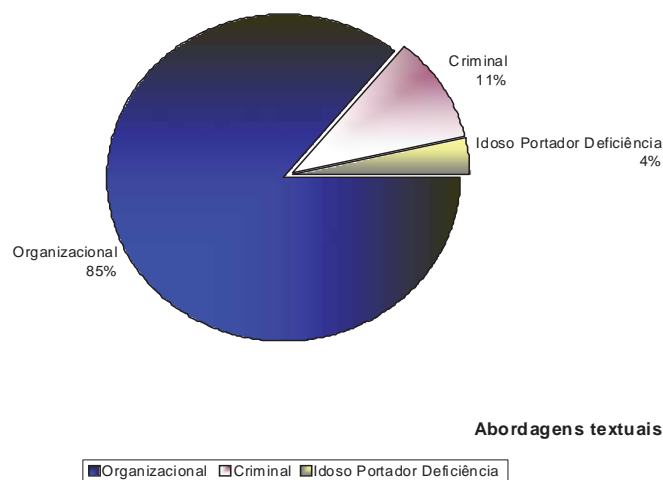


Gráfico 7 – Abordagens das matérias produzidas pela Assecom

Abordagens com definições e decisões que alteram e amparam administrativamente a atividade-fim de MP representam 85% das matérias produzidas pela Assecom postadas no portal entre os dias 7, 17 e 28 de janeiro, 4, 18 e 25 de fevereiro e 3, 15 e 25 de março de 2011. São vinte e oito matérias, a maior parte relacionada a interesses restritos à instituição ou à sua forma de atuação, com destaque para as personalidades do MPMS.

Nas narrativas, enunciados sobre a participação de procurador em solenidades, realização de evento e criação de medidas para contribuir na área de atuação criminal, processos seletivos para estagiários, homenagem a promotor, participação da instituição em programa de ajuda às vítimas das chuvas no Rio de Janeiro, eleições de sindicato de funcionários, formulários padronizados para inspeções carcerárias, reuniões e palestras diversas, mudanças na carreira e alteração de promotores em comarcas, estruturação com entrega de veículos a comarcas do interior, calendário de expediente e feriados, sorteio entre membros do MPMS para participarem de evento internacional e, ainda, três matérias com anúncio do conteúdo do programa de TV gerenciado pela Assecom, MPE na TV. Entre essas matérias constam abordagens acerca da instituição do MP e da atuação dos seus órgãos Ouvidoria-Geral e Corregedoria-Geral do MPMS.

Distintas dessa categoria relativa ao interesse organizacional, cinco matérias expõem os afazeres das áreas de atuação do MPMS. Três delas tratam da área criminal, com uma também pelo anúncio da programação do MPE na TV sobre a atuação de promotoria de justiça (2ª entrância) em crimes que acontecem em área de fronteira. As outras duas são de casos de apuração ocorridos em diferentes comarcas, sendo um em Campo Grande (comarca especial), sobre decisão do TJMS acerca de lesão corporal (Lei Maria Penha). O outro caso faz referência a cumprimento de mandados de busca e apreensão para instruir investigação por prática de crimes contra a administração pública, envolvendo o município de Paranhos, pertencente à Comarca de Sete Quedas (1ª entrância).

A outra área de atuação evidenciada refere-se a Idoso e Portador de Deficiência Física, sobre acordo feito para que a municipalidade de Terenos (1ª entrância) cumpra lei de repasse de verbas para manutenção de asilo.

Produções textuais da Assecom são feitas a partir do acompanhamento da agenda dos órgãos superiores do MPMS (Tabela n.º 1), principalmente a relacionada aos compromissos do Procurador-Geral de Justiça. Quanto aos demais órgãos, principalmente os relativos às comarcas do interior, há dependência do que comunicam os promotores e procuradores. Geralmente isso acontece por telefonemas ou encaminhamento de e-mail com envio de ações civis, acordos ou resumos dos seus afazeres, derivando em textos da Assecom publicados no

portal. A linguagem jurídica desses encaminhamentos acaba prevalecendo e sendo repassada nas matérias produzidas, conforme se vê em outros textos produzidos, além dos que apresentamos na amostra.

O acompanhamento dos editais ou uma frequência de contatos da Assecom com os promotores e procuradores é algo feito sem muita regularidade: geralmente quando há alguma provocação de jornalistas da mídia externa, que acompanham as publicações e requerem mais informações.

Algumas matérias colocadas no portal são utilizadas para compor outros meios gerenciados pela Assecom, segundo depoimento dos responsáveis pela produção textual.

4.2.2. Meios de comunicação e acesso à informação

Este trabalho evidencia o portal do MPMS pelo fato de este reunir informações sobre a estruturação e atuação institucionais, e por concentrar a maioria das produções comunicacionais de sua assessoria de comunicação. Com isso, foram conferidos a sua composição e o gerenciamento de conteúdo por meio dos depoimentos da assessoria, do setor de informática e, ainda, dos gestores da instituição. Isto serviu para se analisar o portal sob a perspectiva da comunicação pública sobre a qual se fundamenta esta pesquisa.

As produções textuais da Assecom são acompanhadas por cobertura fotográfica geralmente vão para a página inicial do portal e referem-se a eventuais realizações institucionais, com ênfase para as atividades da cúpula administrativa. São os destaques da página, substituídos à medida dos acontecimentos. Segundo afirmações da assessoria, o assunto pode ser trocado de um dia para o outro ou ficar durante toda a semana. No acompanhamento intensivo feito nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2011 foi possível registrar a cobertura de solenidades internas, como posses no Conselho Superior do MPMS (janeiro/2011), reuniões de trabalho e planos de metas (fevereiro/2011), encontros e visitas de cortesia (março/2011). Também registraram-se assinaturas de acordos e termos de cooperação técnica para resolver problemas relativos à área de atuação Meio Ambiente (março/2011), convênio para estruturar promotorias criminais de atendimento à mulher (fevereiro/2011) e uma palestra de orientação para enfrentamento de problemas em escolas de uma comarca de 2ª entrância (janeiro/2011).

Localizado no centro da página, o destaque é composto por um texto curto de chamada de matéria acompanhado de fotos que se revezam em segundos em uma mesma janela. Logo abaixo, seguem as demais produções alimentadas diariamente e que somam um banco de

notícias institucionais de até dois anos de arquivos *online*. Nas laterais há *link* de acesso a vários serviços e informações dos órgãos do MPMS, incluindo diversos *banners* que levam a outras produções da Assecom. Constam acessos diversificados, como por exemplo, plantões dos promotores e procuradores para as audiências em varas e sessões no Tribunal de Justiça, visualização dos diários oficiais, contato com a Ouvidoria-Geral e obtenção de informações referentes aos gastos orçamentários da instituição por meio do Portal da Transparência.

O leiaute do portal, *banners* e páginas internas são criações do Departamento de Publicações da Assecom, em conformidade com coordenadas do setor de informática. Depois de criadas, as páginas são de responsabilidade dos setores que executam os serviços a que fazem referência. O Diário Oficial do MPMS - DOMP, por exemplo, fica ao encargo da Secretaria Geral do MPMS, tendo em vista que os atos oficiais são ali finalizados.

The screenshot shows the main page of the MPMS website. At the top, there is a banner with the text "Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul" and "Procuradoria-Geral de Justiça - MS". Below this is a navigation bar with tabs for "Canais", "Eventos", "Notícias", "Licitação", "Links", "LRF", "Intranet", and "Biblioteca". The main content area is divided into several sections:

- Destaque:** A section titled "MPMS e PF assinam convênio em defesa do meio ambiente" with a photo of a meeting and a brief description of the agreement.
- MPE em Notícia:** A section with the headline "Menor é melhor: o desmembramento de processos como ferramenta de agilização dos julgamentos" and several news items with dates and titles.
- DIÁRIO OFICIAL MP DOMP-MS:** A link to the official journal.
- Diário da Justiça:** A link to the justice diary.
- OUVIDORIA MPMS:** A link to the ombudsman office.
- Portal da Transparência:** A link to the transparency portal.
- CONCURSO:** A link to the recruitment process.
- MP EM AÇÃO:** A link to the "MP in Action" initiative.
- Clipping MPE:** A link to the MPE clipping.
- MP Especial:** A link to the "MP Special" section.
- Estagiários CEAF:** A link to the CEAF internship program.
- Plantão das Promotorias:** A link to the prosecutor's office plantão.
- Gestão Estratégica MP MS:** A banner for strategic management.
- Il Diagnóstico do Ministério Público:** A banner for a diagnostic survey.
- Pedofilia na Internet? Denuncie!:** A link to report child pornography on the internet.

The footer contains the following information:

82011 - Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul - Todos os Direitos Reservados.
R. Páez Manuel Fátima de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - CEP 79031-690 F - Campo Grande-MS - tel - (67) 3115-2000
Melhor Visualizado em 800x600

Ilustração 2 – Página principal do portal MPMS

Fonte: Portal do MPMS www.mp.ms.gov.br, acesso em 01/08/2011.

Os veículos de comunicação produzidos pela Assecom que podem ser visualizados no portal são uma versão de produções impressas, entre eles a revista chamada MPEspecial e o Informe MP em Ação. A versão impressa da revista, de vinte páginas, tem distribuição restrita a procuradores, promotores de justiça e a algumas autoridades do Estado e dos MPs do país. A linha editorial privilegia as personalidades da instituição em uma única temática a cada edição. A última revista publicada (quinta edição), analisada em versão eletrônica, aborda a temática meio ambiente e as responsabilidades do MPMS sobre esse assunto. Nas seções, matérias sobre atuações pelo Estado, entrevista, artigo, crônica, destaque e indicações de leituras. Segundo a assessoria, apesar de ser projetada para ser quadrimestral, a revista é produzida de acordo com as determinações da gestão administrativa.

O Informe MP em Ação segue a linha editorial do portal e traz, inclusive, assuntos abordados no site, de acordo com o tipo de publicação e periodicidade quinzenal. A versão impressa é encaminhada para promotores e procuradores. Nas palavras do assessor de comunicação, o impresso é a mesma versão colocada no portal como uma *newsletter*, sendo uma produção para um público específico, que acompanha as ações da instituição.

Com relação a outras ferramentas de comunicação, a assessoria produz e faz veicular no portal um *clipping* com notícias dos principais meios de comunicação do Estado, entre impressos e *online*. Conforme o assessor de comunicação, o *clipping* colocado no portal é uma versão filtrada de um levantamento maior, feito na assessoria e encaminhado para promotores e procuradores. A análise restrita distingue apurações que já trouxeram resultados ou decisões favoráveis à atuação da instituição.

Existem ainda ícones que levam a redes sociais como o *Twitter*, abordando chamadas sobre as matérias do portal, e acesso ao canal de vídeos *You Tube*, no qual são colocadas as edições de programa semanal feito em parceria com uma universidade local. Esse programa é veiculado em emissora aberta local e retransmitido em canal pago e em canal público nacional, pela TV Justiça. Denominado MPE na TV, o programa tem definições da Assecom e da jornalista apresentadora do programa, contratada para atender a essa finalidade. Assim como a revista, o MPE na TV privilegia uma temática, com abordagens sobre o que envolve os órgãos do MPMS pelo Estado, com matérias e uma entrevista de destaque.

A supervisora de comunicação, uma procuradora de justiça, disse que esse programa foi lançado em 2010, projetado para esclarecer a atuação do MPMS para a população. Essa explicação também foi mencionada ao esclarecer sobre a projeção de um estúdio de rádio na Assecom. Projetam-se programas de notícias e campanhas educativas, textos curtos e anúncios. Durante as investigações, foi assinado um convênio com um grupo de emissoras de

rádio em todo o Estado, e já se produziam boletins e anúncios sobre as ações do MPMS e chamadas para assistir ao programa MPE na TV.

Outra ferramenta de comunicação da Assecom é a produção de material para as campanhas temáticas e programas de trabalho desenvolvidos por algum promotor ou procurador. São produzidos vídeos e outras peças pelo editor de imagem e som e, principalmente, material publicitário como cartilhas, cartazes, folders e outros impressos para uso do solicitante.

Nesses casos, o portal ainda recebe um *banner* de divulgação, a exemplo do material produzido para um programa chamado Rios Vivos e outro para o Núcleo de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto, Nugeo, todos relativos ao trabalho do MPMS no atendimento à área de atuação Meio Ambiente (Ilustração n.º 2).

De acordo com os entrevistados, o portal reúne praticamente todas as ações do MPMS, sendo autogerenciável, ou seja, cada setor cuida de determinada página que o compõe, atualizando-a conforme surgem novos dados. Segundo esclarece o responsável pelo setor de informática, o modelo atual vigora desde 2002, de forma que o “mesmo ideal de portal, de caber tudo da instituição nele, virou a imagem da instituição”. No entanto, analisa que está ultrapassado em sua funcionalidade, pois poderia ser mais simples e ter ferramentas de busca para todo o seu sistema. Afirma que existe um banco de dados dinâmico, por terem sido criadas condições que dão independência para gerar conhecimento em tempo real, com todos os serviços do MPMS em rede. Mas precisa ter estudos específicos que encontrem soluções para a atualidade, incluindo o leiaute, cores, tipos de acessos.

Os depoimentos foram unânimes em afirmar que há necessidade de reestruturação tanto das páginas quanto da programação que instrui o Portal. Os profissionais de comunicação revelam que o formato atual há muito foi superado diante da evolução tecnológica. Segundo o assessor de comunicação, o visual é pouco atraente e sobrecarregado de ícones, com uma tecnologia que não se usa mais, atendendo apenas em parte aos interesses externos. Para ele, falta acesso direto às promotorias ou ter maiores explicações para se enviar e-mail ao promotor atuante nas comunidades.

A responsável pelo leiaute disse que há previsão de mudanças, com estudos sendo feitos em conjunto com o setor de informática para ver o que é viável, não sendo algo imediato, mas uma elaboração que pondere as prioridades dos órgãos e setores que compõem a instituição.

De acordo com o jornalista assistente da assessoria, o site divulga o lado institucional e dispõe alguns inquéritos, mas o que a sociedade precisa saber não é divulgado com tanta

clareza. Acredita que isso acontece mais quando o assunto é tratado pela mídia, de maneira que é aí que a sociedade sabe o que está acontecendo sobre o que a afeta, sobre os integrantes que a compõem e a modificam.

4.3. GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NA ASSESSORIA

Diante da análise do portal do MPMS, verificou-se a composição dos trabalhos da assessoria e do gerenciamento de conteúdo por seus gestores. Tal como enunciado no projeto de pesquisa, os depoimentos coletados conferem que nem todos os casos em que atuam as promotorias e procuradorias são discutidos e levados ao espaço público pelos veículos institucionais, ou pela própria mídia. Geralmente, são os jornalistas externos que trazem os assuntos à Assecom, em busca de entrevistas ou de alguma palavra do MPMS em determinado caso. A maioria das atuações que acontecem por entre os órgãos é abordada diretamente pela mídia externa, sem centralização temática feita pela Assecom.

A Assecom atua como fonte de mídia para mediar entrevistas e apurar pautas externas, contudo, é um trabalho que não se converge para os veículos de comunicação institucionais que gerencia. As mediações que faz acabam sendo exclusivas para atender a casos específicos, como a atuação do MPMS em crimes ou apurações iniciais, ou quando é provocada pela demanda de algum veículo que a procura. Pouco antevê pautas ou se determina como fonte de mídia por meio de seus veículos de comunicação institucionais. Com isso, algumas áreas são evidenciadas no espaço público, com repetições constantes de assuntos e casos nos jornais locais, muitas vezes sem uma apuração definida ou definição concreta.

Como antevisto na hipótese que se projetou para esta pesquisa, constatou-se que não existem diretrizes formais ou planejamento específico que defina objetivos, metas e projeções para a demanda da comunicação social e da informação midiática no âmbito do MPMS. Segundo o jornalista responsável pela Assecom, pela quantidade de fontes existentes, as prioridades são dadas de acordo com a agenda da Procuradoria-Geral e às suas determinações, que contemplam atender aos demais órgãos de administração superior (Tabela n.º1), envolvendo a todos os procuradores pelo colegiado que formam. Em seguida, é feito assessoramento aos promotores, o que inclui apoiá-los em suas atuações e no atendimento à imprensa, produzindo material publicitário, matérias para os veículos internos, relises para a imprensa e ainda assessorando-os em alguns eventos. Estes serviços, principalmente em relação aos promotores das comarcas do interior, são feitos quando há solicitação do próprio

promotor para a procuradoria-geral ou diretamente à Assecom, não tendo um acompanhamento programado ou previsão de ações comunicacionais contemplando o conjunto de órgãos do MPMS.

A supervisora da Assecom acredita que a comunicação deve atuar de maneira que a sociedade conheça melhor o Ministério Público. Indica isso com base em uma pesquisa de opinião realizada pela instituição, na qual as pessoas relacionaram o MP a órgão destinado apenas a atuar perante a criminalidade. Na pesquisa, segundo ela, somente os segmentos relacionados diretamente ao MP conhecem bem a instituição, como os órgãos do sistema judiciário e as polícias civil e militar, mas no geral, o percentual demonstra “profundo desconhecimento das nossas funções”. A supervisora afirma ainda que as dificuldades existentes para esse entendimento decorrem da falta de conhecimento geral da sociedade sobre as instituições que a atendem, dizendo que “[a sociedade] não sabe de quem deve cobrar e de quem deve exigir. Se cada um soubesse quais são seus direitos, não haveria promotor de justiça que desse conta do recado de tanto que nós teríamos que trabalhar”. A supervisora acredita que é preciso divulgar mais sobre o papel do MP e que existem pessoas à disposição da sociedade, cumprindo a Constituição e as leis.

Para tanto, diz que o trabalho da assessoria de comunicação tem buscado atender a isso com seus produtos oferecidos, com destaque para o portal atualizado diariamente e as produções de televisão, de rádio, dos informes impressos e online de notícias, e ainda eventos ocasionais relacionados a diversas áreas de atuação, considerando tudo isso ações concretas de comunicação da instituição com a sociedade. Quanto ao uso das TICs em relação ao aspecto das interações, a supervisora pensa ser necessário aprimorá-los, pois por enquanto, o mais próximo a isso se relaciona ao trabalho da Ouvidoria-Geral, que abriu o uso do acesso ao portal pela população, recebendo questionamentos e dúvidas.

O assessor de comunicação comenta que os veículos gerenciados pela Assecom procuram atender às necessidades da instituição, para que a sociedade conheça melhor o que faz o MP. Mas acredita que ainda existam outras formas de comunicação mais direta com a comunidade que precisariam ser observadas. De acordo com ele, colocar apenas a informação sobre determinado caso não é suficiente para avaliar todas as possibilidades de atuação de MP, devendo-se criar outras condições ou canais mais aproximativos com as pessoas que acessam essas informações. Para isso, seria preciso priorizar os tipos de informação, entre as de interesse do público externo e as do público interno. Contudo, segundo ele, isso esbarra nas definições culturais que existem na organização de que os canais que se acessam externamente, principalmente o portal na internet, devem priorizar as decisões institucionais,

com a assessoria atuando para colocá-las em evidência. Diz que falta um trabalho de base comunicacional que provoque o entendimento sobre a importância dos canais internos e, assim, ter como destacar o que é de interesse da coletividade, do que proporciona melhorias e altera a vida das pessoas, tal como fazem os próprios componentes do MPMS em priorizar o interesse público como cumprimento da missão da instituição.

Para o jornalista assistente, faltam esses direcionamentos de comunicação, principalmente quanto ao serviço de mediação do fluxo de informações da instituição, pois a sociedade tem direito de tomar conhecimento das atuações, não somente do que é institucional. Caso isso fosse estabelecido, as mudanças de gestão dariam continuidade ao trabalho de comunicação existente, sem a dependência do que é conveniente ou não para cada gestão que assume a instituição. Na execução dos seus trabalhos, o jornalista diz que sente falta de um padrão ou norma que defina as produções e diminua as muitas interferências nas situações cotidianas, exemplificando que o setor de jornalismo muitas vezes incorpora-se ao setor de publicidade e vice-versa, apesar de serem caminhos distintos. Esse jornalista diz que o cotidiano de assessoria necessita definir a comunicação e as suas áreas, entre relações públicas, imprensa e publicidade. Enfim, contemplar direcionamentos mais objetivos para a demanda da Assecom. Apesar de muitas atividades serem bem desempenhadas, falta formalizar o pensamento da comunicação em um planejamento comum para a execução de equipe. Em sua opinião “a supervisora está no papel dela de supervisionar o trabalho, o assessor não é fixo dentro da assessoria, pois além de atender a requisições e consultas dos membros do MPMS, também é mestre de cerimônias da instituição.” Por isso, acredita ser necessária a função de alguém para fazer contatos, planejar e dirigir as questões relativas à comunicação interna para se projetar e executar a comunicação com a sociedade.

Opina ainda que a atual formação da equipe pouco consegue atender aos veículos existentes, sendo complicado cuidar de impressos, atender a jornalistas e ainda pensar em outras mídias para fazer uma produção clara e em harmonia com os outros produtos de comunicação e de informação. Para ele, antes de criá-los seria preciso planejar, para produzir conteúdo, e isso exige pesquisa, investigação e tempo para executar as coordenadas de cada veículo. Cita como exemplo o programa de televisão que, para preencher os seus trinta minutos, precisa de uma programação que antevê se o assunto vai repercutir no que pensa a sociedade, diversificar matérias, fundamentar reportagens, ter planejamento e coesão com as demais produções da assessoria.

Na pesquisa exploratória, conferiu-se como é feito o atendimento a jornalistas da mídia e verificou-se que a procura é diária. Nas explicações dadas pelo assessor e jornalista

assistente, isso acontece tendo uma pauta para fazer consulta ou não, com muitos contatos feitos à procura de assuntos e fontes para preenchimento de campos vazios, em busca de matérias para preenchê-los. Quando há casos em que algum promotor ou procurador esteja apurando ou tenha protagonizado desfecho de caso, a procura é intensificada por todos os tipos de veículos, principalmente quando se referem à área de atuação Criminal, Patrimônio Público e Social e Direitos Constitucionais do Cidadão. Sempre há problemas acontecendo na sociedade referentes a essas áreas, e para dar alguma resposta à população, os jornalistas associam tudo isso a alguma intervenção que o MPMS já tenha feito e querem ouvi-lo novamente em cada problema, sendo que muitos assuntos são apurados para atender a determinado direito que se difunde para várias situações, mas que dependem de apurações e decisões do judiciário para se chegar a alguma definição. Com isso, muitos temas que interferem no cotidiano do cidadão acabam pouco explorados ou preteridos, apesar de terem promotores e procuradores de justiça apurando casos que poderiam ficar até mais claros com a sociedade tomasse conhecimento, compreendesse e tivesse como participar e exigir soluções.

De todo modo, os contatos de mídia geram apurações por telefone, com alguns casos resultando em entrevistas para o veículo solicitante, comunicados ou coletivas de imprensa. Conforme o jornalista assistente, todos os contatos são feitos pela Assecom, mas não se produzem textos em cima da pauta que se ajudou a apurar, pois o trabalho da assessoria exige, ainda, fazer o tratamento das informações repassadas como peças jurídicas pelos membros da instituição. Neste sentido, o assessor de comunicação diz que o conteúdo do portal está de acordo com os que os integrantes do MP repassam, pois não existe uma produção programada nem pessoal suficiente para se trabalhar pautas especiais ou levantamento de apurações pelo Estado.

Além disso, a assessoria enfrenta a falta de disponibilidade dos promotores e procuradores para entrevistas e outros levantamentos informacionais, porque, entre audiências e ocupações funcionais, há quem não aceita a exposição midiática.

Para o assessor de comunicação, muitas autoridades do MP são avessas a depoimentos na mídia. Existem casos em que isso dificulta o trabalho da assessoria em mediar a informação, mas em outros, esses cuidados são fundamentais, principalmente quando há envolvimento de muitas instâncias de decisão ou processos que duram anos para se ter algum desfecho, ou são complexos para as interpretações. Assim, a assessoria deve contar sempre com o apoio do procurador-geral para responder como autoridade da instituição, sendo preciso reconhecer que as interferências administrativas são necessárias quando buscam

proteger o trabalho das investigações, cuidar das políticas institucionais e do sigilo de processos, e de outras condicionantes que fazem o cargo de procurador-geral responder jurídica e administrativamente pela organização.

4.3.1. Os gestores da assessoria de comunicação

A assessoria de comunicação é composta por uma supervisora de comunicação, cinco funcionários e quatro estagiários de comunicação. Entre os funcionários, dois são jornalistas, sendo um ocupante da função de assessor de comunicação, uma publicitária, um editor de imagem, um editor de som e uma assistente geral de secretaria. O assessor de comunicação, responsável pela execução dos serviços de comunicação e de informação, recebe a assistência direta de um jornalista e de dois estagiários de jornalismo. A função do assessor é também a de gestor das produções e do fluxo das informações noticiosas da instituição, além de acompanhar e apresentar, como mestre de cerimônias, os eventos institucionais.

Nos serviços de publicações, uma publicitária com assistente e dois estagiários são responsáveis pela criação e execução de leiautes de documentos e outros produtos oficiais da instituição e pelo atendimento direto à procuradoria-geral de justiça, entre relatórios anuais de atividades do MPMS, convites e campanhas solenes, além de pedidos de promotores e procuradores sobre esses aspectos, incluindo cartilhas, livros, produção de *folders* e cartazes.

Para os serviços de imagem e som, um funcionário atende às projeções relacionadas à implantação do estúdio de rádio, e um cinegrafista e editor é responsável tanto pela documentação das reuniões dos órgãos de administração superior quanto pela produção de vídeos institucionais e cobertura de eventos solicitados pela procuradoria-geral de justiça.

A formação da equipe se completa com duas pessoas no atendimento aos aspectos burocráticos de secretaria, e ainda com a jornalista contratada pela universidade conveniada para o programa MPE na TV, a qual elabora suas pautas dentro da redação da Assecom.

Sobre a formação dessa equipe, conferiu-se que primeiramente foi prevista a criação do setor em ato oficial, (Ato n.º 1.031/MP/PGJ, de 18/12/1998), contendo as principais obrigações da assessoria, destacando a de que essa deveria priorizar o atendimento à denominada Administração Superior, e ainda assessorar aos demais órgãos instalados na Capital e em cidades do interior do Estado. Dois anos depois, em 2000, isso foi efetivado ao nomear o atual jornalista “para exercer o cargo em comissão de Assessor do Procurador-Geral, símbolo MPAS-201, na função de Assessor de Comunicação” (Ato 648/2000-PGJ, de

19/07/2000). A criação do Departamento de Publicações ocorreu em igual período, com a atual publicitária ocupando as funções definidas desde a formação do setor.

Conforme depoimentos de procuradores, a assessoria de comunicação foi criada para atender à então necessidade da instituição em acompanhar a demanda da imprensa local, e também contribuir para as relações entre MPMS e jornalistas, especialmente para administrar as pressões sobre assuntos nem sempre passíveis de divulgação, faltando apurações ou ainda em estudos. Pelo crescimento da própria instituição, exigências dos segmentos da imprensa e preferência dos membros da instituição em serem assessorados em suas atuações, outros funcionários foram contratados ou alocados de setores da instituição.

Seguem todas as contratações como cargos comissionados, à exceção da secretária e da jornalista terceirizada. A maior parte dessas contratações ocorreu quando se definiu a atividade de supervisão de comunicação na Assecom, ocorrida em 2008, em que assumiu uma procuradora de justiça. A partir disso, com o atendimento de assessoria via telefonemas e e-mails, o contato entre os vários órgãos foi acelerado, dando maior visibilidade à assessoria, levando-a a participar, produzir e fazer a cobertura de eventos internos e externos, relacionados ao MPMS.

Nesse ínterim, foram criados ou retomados produtos de comunicação, entre programas de rádio e TV, impressos e cobertura de eventos. Os produtos que dependiam de autorizações de gastos e custos tiveram uma projeção específica, mas não foram contemplados em nenhum planejamento estratégico ou definição de comunicação.

Com a troca de gestão, muitos desses produtos não foram retomados com igual frenesi. Constam esforços para aprimorar o programa de TV e coberturas de eventos com participação da cúpula administrativa, com disponibilização desse material no portal da instituição. Segundo os levantamentos feitos e declarações obtidas, foi enunciado que cada gestão imprime a sua marca e a atual tem-se voltado para o preparo das definições do planejamento estratégico nacional que se pretende para as unidades de MPs.

4.3.2. Diretrizes e seguimentos políticos de comunicação

As unidades de MPs têm-se integrado para discutir um planejamento de gestão estratégica nacional, nomeando comissões executivas para acompanhar e motivar projeções locais, visando especificar, metodologicamente, um planejamento que obtenha maior integração e unicidade de atuação entre os MPS. Envolve aperfeiçoamento de gestão

organizacional, de pessoas e do conhecimento, incluindo especificações sobre políticas nacionais de comunicação.

Conferiu-se que são planejamentos específicos a cada realidade de MP, mas que também consolidam um planejamento nacional, todos fundamentados no que prescreve a CF-1988 e a legislação institucional, e ainda documentos específicos que conferem o formato e a metodologia em busca da obtenção de resultados concretos. Na pesquisa sobre a sua concepção, viu-se que se trata de uma sequência de estudos e debates feitos há algum tempo. Envolve interessados na reforma do judiciário, com participação representativa de todas as lideranças de MP do país.

Um dos marcos dessa discussão possui referência no I Diagnóstico do Ministério Público dos Estados e da União, lançado em 2006 pelo Ministério da Justiça. Nas recomendações desse diagnóstico coordenado por Maria Teresa Sadek, está clara a necessidade de implantação de políticas públicas para a atuação dos MPs.

São recomendações advindas de diversos colegiados que compõem as unidades de MP, com suas lideranças empenhadas em propor condições de atuação mais eficazes, buscando obter um resultado diferente do que foi constatado na publicação de 2006. Esse apontou a falta de ações planejadas e convergentes, com muitos esforços isolados para atender a situações similares nas diferentes regiões do país, exigindo encontrar, segundo as diretrizes do CNMP, “alternativas de atuação à resolução dos conflitos sociais, bem como a racionalização de suas atribuições, visando conferir o maior impacto e efetividade às suas ações”.

As discussões nacionais são propostas em vários encontros coordenados pelo Conselho de Procuradores-Gerais de Justiça - CNPG, e Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP. São encontros de procuradores-gerais, de representantes da comissão executiva de planejamento estratégico e também com gestores das áreas administrativas, entre a de informática, de planejamento, de recursos humanos e de comunicação das unidades de MP. São trocas de experiências e elaboração de propostas de modificações, as quais são levadas às unidades que representam. Nessa discussão, as unidades de MP asseguram sua independência funcional, contudo, buscam as melhores formas de atender às expectativas baseadas no cumprimento da missão de MP de órgão defensor da democracia brasileira.

Em Mato Grosso do Sul, a coordenação do planejamento estratégico local tem realizado encontros e atividades desde 2009, mediante reuniões gerais ou com grupos específicos para trocas de informações e de opiniões entre os componentes da instituição. Nesses encontros, são feitos os levantamentos de experiências e projetos em execução, em

procedimentos inter-relacionados por objetivos comuns, buscando a contribuição de todos para o alcance de resultados. Também é incentivada a projeção de outros projetos e a delimitação de metas com base em perspectivas sobre a forma mais adequada de atender à diversidade das áreas de atuação.

Na opinião do procurador responsável pelo planejamento estratégico do MPMS, o empenho é amparar a atividade-fim da instituição que representa o cumprimento da missão de MP. Para isso, os serviços administrativos são o apoio necessário para que cada uma das áreas específicas de trabalho, com suas procuradorias e promotorias cíveis, criminais e especializadas, tenham metas e as cumpram em um tempo definido, demonstrando um trabalho de composição e de unidade institucional.

A equipe executiva de planejamentos acompanha o cumprimento dessas metas estabelecidas pelos segmentos, procurando diagnosticar e corrigir a condução de processos em execução. Vários aspectos foram definidos pela procuradoria-geral para efetivar essa proposta, a exemplo da formalização de uma coordenação de planejamento institucional, envolvendo procuradores e funcionários especializados e comprometidos tanto com as discussões locais quanto as nacionais. Dessa coordenação derivam reuniões continuadas sob a anuência do procurador-geral de justiça, com algumas sendo decisivas para a delimitação de diretrizes para cada tipo de área de atuação, realizadas tanto na sede quanto em comarcas de regiões específicas do estado. Conforme os levantamentos feitos, várias experiências e projetos são impulsionados, tendo a contribuição das narrativas feitas por entre os encontros nacionais, consolidando uma agenda de metas e de resultados mais aproximativos entre as unidades de MPs.

Em relação à atuação da comunicação social, os organizadores do plano estratégico nacional a consideram muito falha em todas as unidades de MP porque são instituições geridas por um processo político, em que cada promotor e procurador é um voto para eleger seu procurador-geral e equipe, pautando a instituição por uma questão política que acaba afetando a comunicação com a sociedade. Por isso, o CNMP também instituiu, em agosto de 2010, o Comitê de Políticas de Comunicação do Ministério Público, CPCOM, composto por profissionais de comunicação indicados pelas trinta unidades de MP existentes no país.

O grupo encontra-se em reuniões presenciais geralmente quadrimestrais, contudo, realiza suas discussões e trocas de experiências no cotidiano, pela rede virtual. Com os debates e estabelecimento de metas, um dos resultados foi a elaboração de um documento com proposta de políticas nacionais de comunicação apresentada ao CNMP, o qual declara “contribuir para o estabelecimento de balizas que consolidem e

permitam avançar na atuação do Ministério Público, no momento em que ele discute seu planejamento estratégico nacional.”

As propostas contemplam princípios e diretrizes, e evidenciam a comunicação pública como “processo fundamental ao cumprimento do dever constitucional de transparência das instituições públicas e como consequência do direito coletivo à informação”. Esclarecem ainda que, em lugar da utilização instrumental da comunicação, as estratégias e escolhas devem ser orientadas por essa visão de comunicação pública, de modo a estimular a participação e considerar “a publicidade, a transparência, a impessoalidade e a economicidade”.

Nas especificações sobre as diretrizes, o grupo de comunicação ressaltou que o quesito impessoalidade deve reger todos os instrumentos de comunicação, evitando a personalização, as promoções pessoais ou a implantação de serviços de assessorias externos aos interesses institucionais que, no caso da atuação de MP, prezam pelo interesse público. São diretrizes que esclarecem normas de quando se deve expor ou preservar informações de apurações ou de decisões favoráveis à atuação de procuradores e promotores. Avaliam as mídias digitais como possibilidades de mediação entre instituição e sociedade. Abordam a circulação e a utilização de material publicitária e ainda enaltecem a necessidade de cuidados em relação à comunicação interna da instituição para obter envolvimento e favorecer a circulação de informações entre os componentes da instituição.

De acordo com o assessor de comunicação do MPMS, essa preocupação tem relação direta na forma de como poderá ser conduzida a Assecom nas próximas gestões. Nos encontros do comitê formado por todos os assessores de MP, percebe que, hoje em dia, cada unidade trata a comunicação de uma forma, com muita experiência sendo trocada e que pode convergir para o estabelecimento de metas comuns e a aplicação dos princípios e diretrizes discutidas como políticas nacionais de comunicação do MP. Considera que, por ser uma diretriz nacional, não é simplesmente uma sugestão ou orientação, mas praticamente uma imposição, tendo em vista que está sendo uma proposta que será definida e finalizada pelos conselhos nacionais, tanto do MP quanto o de procuradores gerais. Para o assessor, antes era difícil implantar alguma política de comunicação, pela total dependência de quem está na administração superior e a dificuldade de se pensar em assessoria de comunicação em uma instituição tão formal. Acredita que a situação é bem outra porque são discussões protagonizadas pelo CNPG e que tem o próprio CNMP apoiando e solicitando a definição dessas políticas de comunicação para todos os MPs.

5 CONCLUSÃO

Após estudos acerca da informação relacionada às atividades de uma das unidades de Ministério Público, verificou-se um universo comunicacional e tecnológico pleno de oportunidades para fomentar debates e argumentações. Contudo, constatou-se a exposição de assuntos que pouco levam a compreender o que a própria instituição oferece para a comunidade.

Conforme sugerido como hipótese de pesquisa, a informação difundida tem o caráter institucional e faz ampla cobertura de interesses muito específicos e personalizados, em prejuízo ao interesse público. Apenas fomenta a cultura do incensamento e da autopromoção, ranço do poder concentrado. A população deveria saber o que se faz em relação ao cumprimento da missão constitucional de Ministério Público, porém isso pouco se concretiza.

Verificou-se que o portal da unidade de Mato Grosso do Sul (MPMS) reúne praticamente todas as suas ações, sendo autogerenciável. Ou seja, cada setor cuida de determinada página que o compõe, atualizando-a conforme suas responsabilidades. Contudo, é um modelo que vigora desde 2002, sem acompanhar a evolução tecnológica. A pesquisa revelou problemas e falhas tanto na gestão comunicacional do portal quanto em sua estrutura. Poderia ser mais ágil, simples e atraente, com ferramentas de busca para o seu sistema. O visual é sobrecarregado, e atende apenas em parte aos interesses internos e externos de comunicação.

São constatações feitas a partir de fundamento teórico baseado em autores que discutem o interesse público como prerrogativa da comunicação. Na revisão bibliográfica, há o alerta de que comunicar é bem diferente de informar, apesar de serem atos dependentes entre si. Isso se comprova na aferição das formas e ferramentas de comunicação de responsabilidade da assessoria do MPMS. Sem definições precisas de comunicação e de gerenciamento da informação, percebe-se que a comunicação é tratada como se a quantidade e a diversidade de formatos fossem a solução da demanda informacional crescente.

As informações organizacionais tratadas pela assessoria contribuem para a compreensão da instituição, porém, as temáticas organizacionais deveriam demonstrar algum equilíbrio e evidências integradas ao interesse público, voltadas à perspectiva da cidadania e do bem comum. As muitas interferências de promotores e procuradores na comunidade, suas ações e peças jurídicas, indicam situações a serem disponibilizadas como informação a ser gerenciada em suas fases de busca e coleta, tratamento, distribuição e avaliação das

necessidades dessa informação, adequadas à exposição no espaço público por meios de comunicação internos e para a mídia.

Importa dizer que expor apenas informações sem indicativos do que interessa ao público em geral é contribuir para as causas de atraso da comunicação diante dos avanços tecnológicos. Agendar e provocar temas é expandir o conhecimento e isso é possível por meio das ferramentas tecnológicas atuais, de modo que as recepções se interliguem a emissões individuais e coletivas. Contar com novas percepções, reações e respostas para os problemas sociais colaboram para proporcionar maior harmonia a um espaço público que sofre tanto pela escassez, quanto pelo excesso de informações, sem parâmetros ou interligações coletivas.

Em um estado democrático, os assuntos de interesse público dependem de diversos meios de comunicação para serem debatidos em larga escala e para que tenham algum efeito na sociedade. Dessa maneira, é imprescindível que fontes como o Ministério Público facultem e empreendam esforços para que tais assuntos sejam apropriados pelo maior número possível de cidadãos, motivando a diversidade e a interação das opiniões. Para isso, ações e processos de comunicação, gerenciados com bases gerais o para alcance de metas e objetivos evitariam a sobrecarga dos profissionais envolvidos e de toda a equipe, e ainda suscitariam efeitos de uma comunicação integrada.

A partir do gerenciamento de conteúdos e da circulação de temas em que atua o MPMS, é possível efetivar uma projeção comunicacional com maior aproveitamento dos suportes tecnológicos, empregando-os, inclusive, para gerir consultas públicas e permitir a construção de um diálogo autêntico e que estimule a confiança da sociedade na instituição.

Diante de tudo o que foi visto, há possibilidades de mudar esse cenário mediante discussões envolvendo as unidades de Ministério Público de país. Prevê direcionamentos baseados em planejamentos partilhados e o desencadeamento de processos de mudanças importantes na gestão da comunicação e da informação. Ainda que não se especifique quando haverá resultados concretos, são proposições referendadas na força representativa de suas lideranças, as quais afirmam formularem diretrizes independentes das trocas políticas e administrativas dos gestores institucionais.

No MPMS verificam-se esforços nesse sentido que, cedo ou tarde, trarão resultados ao longo das gestões administrativas.

Conforme a tipologia do MPMS – de organização pública de grande porte – obter alguma unidade ou consenso exige promover as interações proporcionadas pelas formas e canais de comunicação entre as pessoas. O cumprimento da missão institucional necessita dessas interações. Para tanto, a comunicação organizacional desenvolvida no MPMS precisa

de reestruturação e tratamento processual que combine e articule o fluxo informacional por meio de processos planejados, em sintonia com a missão, visão e valores.

Para que as tendências se definam com maior precisão, é indispensável a elaboração de um planejamento de comunicação social, considerando-o como fundamento para as ações subsequentes de comunicação social do MPMS, estruturante de projetos, de planejamentos, peças, campanhas e demais previsões de comunicação organizacional. Isso exige proceder à análise técnica sobre a viabilidade dos meios de comunicação já implantados e das formas de comunicação social desenvolvidas no MPMS.

Assim, é possível fundamentar atos de gestão da comunicação e da informação que integrem a comunicação às perspectivas das gestões administrativas e incluam projeções específicas para dinamizar o uso da tecnologia existente. Com isso, há como impulsionar a comunicação no âmbito institucional, e esta com a sociedade, enfatizando o uso das redes online, de maneira simples e igualmente atrativa.

São indicações proveitosas para se elaborar um plano de gestão da comunicação e da informação do MPMS como proposta de implementação oficial, contemplando princípios e diretrizes comunicacionais e referenciais de execução com cronograma a curto, médio e longo prazos, além de procedimentos técnicos para efetuar a mensuração de resultados, reavaliações e a devida apreciação sobre os caminhos percorridos, traduzindo ações de comunicação aplicáveis à instituição em comum acordo com as diretrizes administrativas.

Este trabalho traz somente um enfoque do que é possível analisar diante do universo organizacional da instituição. A abrangência temática das áreas de atuação do MPMS demonstra que se pode especificar ainda mais. Contudo, buscou-se conduzir este estudo de caso como referência sobre a relação Estado e sociedade, com destaque para a informação que alimenta o espaço público e nele interfere. É dessa forma que se efetiva o debate aspirado nas proposições da comunicação pública, interligando os serviços de comunicação a partir de objetivos interligados ao bem comum, com maior qualidade da informação no espaço público.

Para o Ministério Público, vislumbra-se uma gestão comunicacional crente que discutir conteúdo é compartilhar, conectar, interagir, participar e favorecer a própria instituição, sem recorrer a discussões sobre estruturas, instrumentalizar e criar diferentes ferramentas ou expor personalidades.

A provocação da imaginação, o incentivo ao interesse criativo e a exposição de experiências fazem-se mais aproveitáveis, possibilitam rompimentos e levam a comunicação a inserir-se mais habilmente no mundo digital, inovando a configuração midiática atualmente em questionamento.

BIBLIOGRAFIA

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política**: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMINO, João. **O segredo e a informação, ética e política no espaço público**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/pdf/abtnbr6023.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

BACCEGA, Maria Aparecida (org.). **Gestão de processos comunicacionais**. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

BALDESSAR, Maria José. Mundo digital: Jornal do Brasil na Internet no tempo do PC 386. In: Encontro Nacional de História da Mídia (Rede Alcar), 7., 2009, Fortaleza (CE). **Anais eletrônicos**. Fortaleza (CE): Rede Alcar, 2009. GT História da mídia digital. Disponível em: <http://comunicacao.feevale.br/redealcar/index.php?option=com_remository&Itemid=53&func=fileinfo&id=2456>. Acesso em: 30 dez. 2009.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. A democracia e suas dificuldades contemporâneas. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE)**, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 9, mar/abr/mai/2007. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/rere.asp>>. Acesso em: 13 out. 2009.

BARBOSA, Marialva. Público: uma noção como processo histórico. **Revista digital Ciberlegenda**, n.º 4, 2001. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/marial4.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2010.

BARBOSA FILHO, André; CASTRO, Cosette. O cenário de convergência: as inovações no modelo de negócio de televisão com a implementação do sistema brasileiro de televisão digital (SBTVD) – híbrido. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos (orgs.). **Políticas de comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007, p.357-375.

BARROS FILHO, Clóvis; COUTINHO, Marcelo; SAFATLE, Vladimir. Os usos das novas mídias na campanha presidencial de 2006. In: LIMA, Venício A. de (org.). **A Mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

BARTIZEN, Jaqueline. Interesse Público: Discurso e prática jornalística. **Revista Vernáculo**, n.º 17 e 18, 2006. Curitiba (PR): Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/vernaculo/issue/view/1130/showToc>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do *corpus*: Um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2007.

BEAL, Adriana. **Gestão estratégica da informação**: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2008.

BERTRAND, Claude-Jean. **O arsenal da democracia**: sistemas de responsabilização da mídia. Bauru: EDUSC, 2002.

BEZZON, Lara Crivelaro. Análise político-sociológica do reencontro da sociedade civil brasileira com a cidadania e a democracia segundo a perspectiva da comunicação pública. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). **Comunicação Pública**. Campinas: Alínea, 2004, p. 17-28.

_____ (org.) **Comunicação, política e sociedade**. Campinas: Alínea, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **Dicionário de política I**: Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. 11. ed., Brasília: Editora UNB, 1998.

_____. **Estado, Governo, Sociedade**: Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e TERRA, 1987.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública**: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009, p.1-33.

_____; CARVALHO, Bruno. Imagem corporativa: Marketing da Ilusão. In: DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. São Paulo: Atlas, 2002, p.189-205.

BRASIL. Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). **Controle de acessos do serviço móvel pessoal.** Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/exibirPortalNoticias.do?acao=carregaNoticia&codigo=21875>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

BRASIL. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC). **Pesquisa sobre o uso das tecnológicas da informação e da comunicação no Brasil 2009.** Brasília (DF): 2009. Disponível em: www.cetic.br/2009. Acesso em: 28 jan 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 04 abr. 2011.

BRASIL. Ministério do planejamento, orçamento e gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD): Síntese de Indicadores 2009.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2011.

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. **Sociologia da comunicação.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BRITTOS, Valério Cruz; COLLAR, Marcelo Schmitz. Direito à comunicação e democratização no Brasil. In: SARAVIA, Enrique; MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna (orgs.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa.** Rio de Janeiro: FGV, 2008, p.71-90.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** 10. ed., Petrópolis: Vozes, 1991.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas:** A guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. Mundo, mundo, vasto mundo da vida... In: KUNSCH, Dimas A.; SILVEIRA, Sergio Amadeu; et al. **Esfera pública, redes e jornalismo.** Rio de Janeiro: E-papers, 2009, p.138-149.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação, iniciativa privada e interesse público. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública**: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009, p. 134-153.

CAMARGO FERRAZ, Antonio Augusto Mello de. Ministério Público: revolução que a imprensa ainda ignora. In: **Observatório da imprensa**, publicado em 05 fev. 1998. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/cadernos/cid050298b.htm>>. Acesso em: 10 Fev. 2011.

CAMARGOS, Maurício Lara. O comunicador público entre o mar e o rochedo. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). **Comunicação Pública**. Campinas: Alínea, 2004, p.147-156.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CARVALHO, Helenice; BRITTOS, Valério. Os sites das emissoras do sistema brasileiro de comunicação à luz de uma proposta de análise da comunicação organizacional virtual. In: Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (ABRAPCORP), 1, 2007, São Paulo (SP). **Anais eletrônicos**. São Paulo, 2007. GT Comunicação Digital, inovações tecnológicas e os impactos nas organizações. Disponível em: <http://www.vertent.net/abrapcorp/www/trabalhos/gt3/gt3_carvalho.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2010.

CARVALHO, Juliano Maurício de. Cidadania online: das iniciativas de inclusão aos desafios da gestão. In: SARAVIA, Enrique; MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna (orgs.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 107-127.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

_____. **O poder tem medo da internet**: Entrevista ao jornal espanhol El País [jan. 2008]. Entrevistador: Milagrós Perez Oliva. In: Instituto Humanitas Unisinos (IHU). São Leopoldo (SP). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=11632>. Acesso em: 23 Jan. 2011.

CASTRO, Daniel; MARQUES DE MELO, José; CASTRO, Cosette (orgs.). Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil. Brasília: IPEA, 2010, 3v.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Cem anos de assessoria de imprensa. In: DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**: teoria e técnica. São Paulo: Atlas, 2002, p.33-51.

_____. **Interesse público, questão essencial**. In: O xis da questão: Blog do professor Chaparro: Mídia, jornalismo e atualidade [pasta de textos: 15/05/2009], 2009. Disponível em: <www.oxisdaquestao.com.br/integra_integra.asp?codigo=344>. Acesso em: 02 mar 2011.

COMPARATO, Fabio Konder. Liberdade, a farsa e a tragédia (apresentação). In: LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão e liberdade de imprensa**: Direito à comunicação e democracia São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Portaria CNJ n.º 222**, de 3 de dezembro de 2010. Disponível em: <www.cnj.jus.br>. Acesso em: 14 jan. 2011.

CONTRERA, Malena Segura. **Mídia e pânico**: saturação da informação, violência e crise cultural na mídia. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

COSTELLA, Antônio F. **O controle da informação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1970.

CRIADO, Alex. **Guia de Direitos humanos**: Fontes para jornalistas. São Paulo: Cortez, 2003.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil: Tendências recentes. **Journal of Iberian and Latin American Studies**, Melbourne, Austrália, 2001. 1 arquivo em PDF (708kb). Memória eletrônica, gravação em 15 out.2009.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**: metodologia científica no caminho de HABERMAS. 4. ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

_____. **Pobreza política**: Polêmicas do nosso tempo. 4ª Ed., Campinas-SP: Autores Associados, 1994.

DUARTE, Jorge. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**: Teoria e técnica. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. Instrumentos de Comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública**: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009, p. 59-71.

_____; VERAS, Luciara (orgs.). **Glossário de Comunicação Pública**. Brasília: Casa das Musas, 2006.

DUARTE, Márcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 215-235.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Política de Comunicação**. 2ª edição, Embrapa: Brasília, 2002. Arquivo em PDF (708kb). Memória eletrônica, gravação em 07 mar. 2010.

EDIÇÃO COMEMORATIVA Habermas 80 anos. **Revista Cult**, São Paulo, n.136, 18 de jun. 2009. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/habermas-80-anos/>>. Acesso em: 10 set. 2010.

FARIA, Armando Medeiros de. Imprensa e Interesse Público. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública**: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009, p.174-179.

FARIAS, Edilsom. Democracia, censura e liberdade de expressão e informação na Constituição Federal de 1988. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n.51, out 2001. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/2195>>. Acesso em: 21 dez. 2010.

FERGUSON, Martin. Estratégias de governo eletrônico: O cenário internacional em desenvolvimento. IN: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (org.). **Internet e política**: Teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte-MG: UFMG, 2002.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de República?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

FOINA, Paulo Rogério. **Tecnologia de informação**: Planejamento e gestão. 2ª Ed., São Paulo: Atlas, 2006.

FREY, Klaus. Governança eletrônica: Experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (orgs.). **Internet e Política**: Teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: editora UFMG, 2002, p. 141-163.

FROTA, Horácio; FERREIRA, Elza. Comunicação pública: Um espaço de construção da cidadania. Revista semestral do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Ceará, **O público e o privado**, n.º 14, julho/dezembro de 2009. Disponível em <http://www.politicasuece.com/v6/admin/publicacao/Comunicacao_Publica.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2011, p.35-49.

FUSER, Bruno. América Latina: Limites das políticas de inclusão digital. In: **Revista Extraprensa**, vol.1, n.º 1, 2010. Disponível em: <www.usp.br/celacc/ojs/index.php/extraprensa/article/viewArticle/s-gt-5>. Acesso em: 17 jan. 2011.

GADINI, Sérgio Luiz. **Interesses Cruzados**: A produção da cultura no jornalismo brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas**: Jornalismo e cidadania: Estudo sobre as sociedades contemporâneas e direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª Ed., São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia**. São Paulo: Paulus, 2008.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. Apresentação. In: BACCEGA, Maria Aparecida (org.). **Gestão de processos comunicacionais**. São Paulo: Atlas, 2002.

GÖRGEN, James. Apontamentos sobre a regulação dos sistemas e mercados de comunicação no Brasil. In: SARAVIA, Enrique; MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna (orgs.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV, 2008 p.197-221.

GOULART, Jefferson O. (org.). **As Múltiplas faces da constituição cidadã**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

GUSHINKEN, Luiz. **A Política Nacional de Comunicação**. Fóruns do Planalto: 04/09/2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/casacivil/foruns/static/forum_antioresM.htm>. Acesso em: 8 ago.2011.

HABERMAS, Jürgen. **A constelação nacional**: Ensaio políticos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1989.

_____. **Direito e democracia**: Entre facticidade e validade, volume I. 2ª edição, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAGE, Lara. Comunicação, esfera pública e poder. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos (orgs.). **Políticas de comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007, p.128-147.

IANNI, Octavio. A era da globalização. In: DINES, Alberto; NASSAR, Paulo; KUNSCH, Waldemar Luiz (orgs.). **Estado, mercado e interesse público**: A comunicação e os discursos organizacionais. Brasília: Banco do Brasil, 1999, p.12-21.

_____. O príncipe eletrônico. In: BACCEGA, Maria Aparecida (org.). **Gestão de processos comunicacionais**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 49-68.

JANINE RIBEIRO, Renato. Depois do julgamento: A cobertura do caso Nardoni. In: **Observatório da imprensa**, publicado em 02 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=583JDB012>>. Acesso em: 07 abr. 2011.

JORNAL DO BRASIL. **A nova fase digital do Jornal do Brasil**. Artigo publicado em 22/ago/2010. Disponível em <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2010/08/22/a-nova-fase-digital-do-jornal-do-brasil/>>. Acesso em: 28 dez. 2010.

JORNET, Carlos. **Gestión periodística**: Herramientas para lograr um periodismo efectivo y de calidad. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

KARAM, Francisco José Castilhos. **A Ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

_____. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KIELING, Alexandre. A digitalização nas indústrias criativas e de conteúdos digitais. In: CASTRO, Daniel; MARQUES DE MELO, José; CASTRO, Cosette (orgs.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: IPEA, 2010, p.173-230.

KUCINSKI, Bernardo. Apresentação. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Jornalismo na era virtual: Ensaios sobre o colapso da razão ética**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Editora UNESP, 2005.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Caetano do Sul-SP: Difusão Editora, 2008.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília-DF: Briquet de Lemos, 1996. Arquivo em PDF (3,989Kb). Memória eletrônica, gravação em 10 abr. 2010.

LEMOS, André. Nova esfera conversacional. In: KUNSCH, Dimas A.; SILVEIRA, Sergio Amadeu; et al. **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, p.9-30.

LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Lisboa-PT: Instituto Piaget, 2002.

LIMA, Venício A. de (org.). **A Mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. **Liberdade de expressão e liberdade de imprensa: Direito à comunicação e democracia**. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

MAIA, Rousiley Celi M. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. In: **Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS)**, 7., 2002. GT Comunicação e política. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_937.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2011.

_____. Esfera pública e os *media* na trajetória de pensamento de Jürgen Habermas. In: KUNSCH, Dimas A.; SILVEIRA, Sergio Amadeu; et al. **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, p.48-69.

_____. Democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008, p.278-292.

_____. Mídia e deliberação: Atores críticos e o uso público da razão. In: Maia, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.153-179.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira: 1968-1978**. 2ªed., São Paulo: Global editora, 1980.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do Jornalismo: Identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. Apud: BEZZON, Lara Crivelaro (org.) **Comunicação, política e sociedade**. Campinas: Alínea, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Tecnicidades, identidades, alteridades: Mudanças e opacidades da comunicação no novo século* In: MORAIS, Denis de (org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p.51-117.

MARTINS, Paulo Emílio Matos; IMASATO, Takeyoshi. *Democracia, as NTICs e os meios de comunicação de massa*. In: SARAIVA, Enrique; MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna (orgs.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p.11-25.

MARTINS DA SILVA, Luiz. *Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições*. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Imprensa e poder**. Brasileira: UNB, 2002, p.47-74.

MATOS, Heloiza. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009a.

_____. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública**: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009b, p. 47-58.

MATTELART, Armand. A era da informação: gênese de uma denominação descontrolada. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (orgs.). **A genealogia do virtual**: Comunicação, cultura e tecnologias do imaginário. 2ª edição, Porto Alegre: Sulina, 2008.

MATTELART, Armand e Michèle. **História da sociedade da informação**. 2ª edição, São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **História das teorias da comunicação**. 8ª edição, São Paulo: Loyola, 2005.

MAZZILLI, Bruno Nigro. **O acesso à justiça e o ministério público**. 3ª edição, São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. **Regime Jurídico do Ministério Público**. 6ªed., São Paulo: Saraiva, 2007.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**: Da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

_____. O criador da assinatura coletiva. In: **Seminário Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades contemporâneas da América Latina**. Memorial da América Latina, 2010. [Trecho de palestra concedida no dia 25 mar. 2010, arquivo da autora] São Paulo: Cátedra UNESCO-MEMORIAL, 2010.

MELO, Solange Tavares; et al. O mundo virtual é real. In: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), 31., Natal (RN). **Anais eletrônicos**. 2008. Natal (RN): INTERCOM, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-2334-1.pdf>> Acesso em: 30 dez. 2010.

MOURA, Laércio Dias de. **A dignidade da pessoa humana e os direitos humanos**: O ser humano num mundo em transformação. Bauru-SP, EDUSC; 2002.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; PAULA, Maria Aparecida de. **O que é comunicação estratégica nas organizações?** São Paulo: Paulus, 2007.

OLIVEIRA, Maria Jose (org.). **Comunicação Pública**. Campinas: Alínea, 2004.

_____. Panorama social e cidadania: uma análise sobre o Brasil na ótica da comunicação. In: BEZZON, Lara Crivelaro (org.) **Comunicação, política e sociedade**. Campinas: Alínea, 2005.

PALACIOS, Marco. A internet como mídia e ambiente: reflexões a partir de um experimento de rede local de participação. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola, (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.229-244.

PIERANTI, Octavio Penna. Censura *versus* regulação de conteúdo: em busca de uma definição conceitual. In: SARAIVA, Enrique; MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna (orgs.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p.129-142.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: Linhas de análises do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOULDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 3ª ed., Lisboa (PT): Gradiva, 2003.

RITT, Eduardo. **O Ministério Público como instrumento de democracia e garantia constitucional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SAAD CORREA, Elizabeth. Comunicação digital seus usos institucionais. In: KUNSCH, Margarida Maria K. (org.). **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Caetano do Sul (SP): Difusão Editora, 2008, p.169-184.

SADEK, Maria Tereza (org.). **Acesso à Justiça**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 6ª ed., São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SAVAZONI, Rodrigo. O Direito de navegar. **Revista Gol**, São Paulo, n.º 97, p.130, abril 2010.

SERÁFICO, José. A empresa de comunicação e o profissional: exigências da regulação. In: SARAVIA, Enrique; MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna (orgs.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p.47-58.

SILVA, Danielle Souza de Andrade e. Atividade discricionária e determinação do conceito de interesse público. **Revista Esmafe**: Escola de Magistratura Federal da 5ª Região, n.6. Abril de 2005. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/handle/2011/27366>>. Consulta em: 02 mar. 2011.

SILVA, Wellington Diolice Felix da. **Introdução à gestão da informação**. Campinas: Alínea, 2003.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Esfera pública interconectada, blogosfera e redes sociais. In: KUNSCH, Dimas A.; SILVEIRA, Sergio Amadeu; et al. **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, p.70-89.

SOUZA, Regina Luna Santos de. A “cordialidade” na gramática política brasileira e seus efeitos na (in) definição de políticas universais e democráticas de comunicação. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos (orgs.). **Políticas de comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007, p.149-173.

SQUIRRA, Sebastião. Cibercomunicação. In: MARQUES DE MELO, José (org.). **O campo da comunicação no Brasil**. Editora Vozes, 2008, p.160-169. Disponível em <http://comtec.pro.br/wp-content/uploads/2010/05/squirra_cibercom.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2010.

SUÁREZ, Adriana Amado (Ed.). **Auditoría de Comunicación**. Buenos Aires: La Crujía, 2008.

TAKAHASHI, Tadao. A sociedade da informação. In: PERUZZO, Cicília; BRITTES, Juçara (orgs.). **Sociedade da informação e novas mídias**: Participação ou exclusão? São Paulo: Coleção Intercom de Comunicação, 2002, p.19-36.

_____ (org.). Sociedade da informação no Brasil: **Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TIENE, IZALENE. Comunicação, cidadania e controle social na gestão pública. In: BEZZON, Lara Crivelaro (org.). **Comunicação, política e sociedade**. Campinas: Alínea, 2005, p.65-73.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa das desigualdades digitais no Brasil**. Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA). Brasília: Instituto Sangari, Ministério da Educação (MEC), 2007. Disponível em <<http://cms.sangari.com/midias/2/46.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. 2ª ed., Porto Alegre, 2007.

_____. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZÉMOR, Pierre. As formas da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública**: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009, p.214-245.

ANEXOS

Roteiro de entrevista com gestores da assessoria de comunicação do MPMS

Nome:	
Idade:	
Cargo/Função:	Nome do setor:
Formação (graduação):	Ano:
Pós-graduação:	Ano:
Tempo de experiência/atuação no MP:	
Atividades/funções:	

[categorias analíticas – fracionamento e classificação de temas (DUARTE, 2009, p.79)]

1. Missão e Comunicação

1. Defina e esclareça a missão do MPMS.
2. Como definiria o acesso ao MPMS pela sociedade? (facilidades/dificuldades)
3. Conhece algum tipo de pesquisa de opinião pública ou procedimento direcionado às questões de interesse público em relação ao MPMS?
4. De que forma a sociedade se informa a respeito das ações do MPMS?
5. O MPMS tem um programa ou ações específicas para que a sociedade conheça, discuta e utilize os seus serviços?
6. Há algum procedimento na instituição executado com base em influências recíprocas MPMS-Sociedade?
7. Há uma visão pró-ativa, que antecipe as necessidades do público na gestão da instituição?
8. Comente sobre as discussões acerca do poder do MPMS na sociedade, incluindo o debate sobre os assuntos como “poder de investigação” e “controle policial”.

2. Gestão da comunicação

9. Que diretrizes fundamentam a atuação da assessoria de comunicação do MPMS? Como são cumpridas?
10. Que documentos oficiais fundamentam as ações de comunicação do MP? (instalação e estruturação, gerenciamento, gestão, políticas, objetivos, missão, etc.)
11. Os atos de comunicação são regidos sob que foco? (institucional/público)
12. O planejamento da comunicação é elaborado de que forma e com que frequência?
13. Como é feita a gestão dos bens intangíveis da instituição (marca, imagem, reputação, sistema de gestão, etc.)
14. Há padronização (normas, produtos, rotinas) e documento oficial em relação à identidade visual, uso da imagem, formatos e especificações de comunicação? (gerais ou específicos para as procuradorias, promotorias, corpo técnico)
15. E quanto à execução dos serviços de comunicação. Existem documentos oficiais, normas produtos e rotinas estabelecidas (nacional, estadual, setorializadas)?
16. Como é a estrutura física da comunicação social do MPMS? E a estrutura de pessoal?
17. Essas estruturas estão de acordo com a demanda de serviços?
18. A assessoria de comunicação integra que tipos de serviços de comunicação social? (Ex.: Imprensa, PP, RP, Rádio e TV)
19. Precinde integrar outros serviços além dos existentes?
20. Há monitoramento dos serviços de comunicação do MP ou alguma espécie de intervenção externa? E interno? (seja em relação às atividades que desenvolve e também em relação à inserção do MP no ambiente externo)
21. Há algum tipo de banco de dados que incluam os atributos dos públicos da instituição?
22. E quanto aos meios de comunicação externos? Como a assessoria os acompanha?
23. Qual é a visão administrativa sobre comunicação social no MPMS?
24. Qual é a cultura de comunicação do MP?
25. Qual seria a política de comunicação ideal do MPMS?
26. Existe uma tendência para a comunicação social do Ministério Público brasileiro?
27. Qual seria e em que alteraria de imediato no MPMS? E a longo prazo?

3. Tecnologia e comunicação

28. Como as novas tecnologias são utilizadas no MPMS? E as novas mídias?
29. O setor de comunicação utiliza quais ferramentas *online* para execução de seus serviços?
30. A interatividade proporcionada pelas novas tecnologias está sendo utilizada pela comunicação? De que forma?
31. O MP utiliza as mídias sociais (*facebook, twitter*) e os seus gestores e membros?

32. Existe alguma previsão de mudanças para a comunicação em relação às novas tecnologias?
33. Quais os vínculos existentes entre o departamento de informática e a assessoria de comunicação?
34. Que tipos de trabalho são desenvolvidos entre esses setores?
35. Como o departamento de informática está envolvido com a informação a respeito da missão do MPMS?
36. A interatividade proporcionada pelas novas tecnologias está sendo utilizada no MP? De que forma?
37. Existe alguma previsão de mudanças em relação às novas tecnologias?
38. Alguma previsão específica para as novas mídias?
39. Existe alguma tendência de utilização das mídias interativas no MP (local e nacional)?
40. Como seria e em que alteraria de imediato no MPMS? E a longo prazo?

3. Gestão da informação

41. Como é pensada a comunicação em relação à missão da instituição?
42. Em que medida as informações afetam as decisões da gestão administrativa?
43. Como define a gestão da informação do MPMS?
44. O que é informação de interesse público e informação institucional no MP?
45. Existem diferenças no tratamento entre a informação institucional e a informação de interesse público? Quais?
46. Deve ser diferenciado ou deve ter igual forma de produção, circulação e controle?
47. E o que determina o assunto ser de interesse e de conhecimento públicos?
48. Quais os meios de comunicação utilizados pela informação do MPMS, entre públicos e institucionais?
49. Acredita que esses meios, de modo geral, atendem à demanda das informações entre MP e sociedade?
50. Quais os meios de maior fluxo informacional da mídia pública, entre impresso e online?
51. É feito o controle das informações após sua publicação?
52. Como é aferida a recepção da informação?
53. Existe complementaridade da informação que é divulgada nos meios públicos?
54. Como definiria o volume de informações da instituição?
55. Como definiria o fluxo da informação entre MP e a sociedade?
56. Como definiria o fluxo da informação entre os órgãos internos da instituição?
57. Quais os critérios para a disponibilização das informações na página de notícias do MPMS?
58. Existe aferição ou comparativo em relação às informações *online*, entre a página de notícias e os portais de notícias da região?

3.1. Fontes

59. Quais as fontes de informação do MPMS? São fontes exclusivamente internas?
60. Como é o gerenciamento das fontes de informação? Há controle? Como e o que motiva?
61. Em que medida as fontes de informação da assessoria de comunicação utiliza diretamente os meios de comunicação públicos?
62. Quais os meios de comunicação utilizados diretamente por essas fontes?
63. Há algum tipo de participação pública direta como fonte emissora?
64. Quais os portais de notícias mais acessados e que procuram a assessoria como fonte?

3.2. Temas

65. Como são gerenciados os assuntos institucionais? Como são divulgados e que meios utilizam?
66. E quanto aos assuntos de interesse público? Como são coletados?
67. De modo geral, quais os temas de maior relevância na atualidade que são afetos ao MP?
68. Em relação aos assuntos relacionados ao cumprimento da missão do MP, quais temas que circulam nos meios de comunicação institucionais mais se destacam?
69. O que está sendo feito para que esses temas sejam conhecidos e discutidos na/com a sociedade? São encontrados na mídia massiva?

3.3. Diretrizes

70. O MPMS prescinde de diretrizes de comunicação específicas para a gestão da comunicação e do fluxo da informação?
71. O que poderia ser feito para que a informação de interesse público chegue as mais diferentes camadas sociais?
72. Que critérios podem contribuir para a gestão da informação de interesse público no MPMS?
73. Conhece algum centro de discussão ou fórum de debates sobre a comunicação pública, o direito à informação e/ou acesso à informação?
74. Opine sobre a comunicação pública no Brasil.
75. Deste questionário, quer retomar algum ponto anterior ou questão específica que queira complementar?

Modelo de questionário para coleta de dados com gestores institucionais

Nome:	Idade
Função:	Setor:
Formação graduação:	Ano:
Pós-graduação:	Ano:
Tempo de experiência/atuação no MP:	
Atividades/funções:	

[categorias analíticas – fracionamento e classificação de temas (DUARTE, 2009, p.79)]

1. Quais os assuntos mais relevantes tratados pelo MPMS? Existem prioridades de assuntos?
2. Como é feita a gestão desses assuntos no MPMS [coleta, produção, difusão]? Concorda com as práticas e os procedimentos feitos?
3. Comente sobre o processo comunicacional em relação a esses assuntos em cada âmbito: A) Gestão administrativa b) Órgãos que compõem o MPMS, [ênfase a órgãos de execução] c) Nos meios de comunicação institucional d) Mídia local, regional e, nacional.
4. Como analisa os atuais meios de comunicação institucionais? E a mídia a) local b) regional c) nacional? Comente a necessidade de se terem meios de comunicação específicos para o MPMS e a criação do Diário Oficial do Ministério Público, DOMP (Lei estadual 3.963, de 13 de setembro de 2010) e a sua disponibilidade no portal institucional.
5. Quais são as diretrizes de comunicação e de atendimento ao direito à informação no MPMS?
6. Há necessidade de se instituírem políticas de comunicação? Como seriam?
7. De que maneira as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) contribuem com os preceitos democráticos do país? Como o MPMS faz uso das TICs?

TABULAÇÃO DOS EDITAIS PUBLICADOS NO DIÁRIO DO MPMS PARA ANÁLISE TEMÁTICA

Domp	edital	cidade	comarca	Área	Apuração
17.01.2011	14.12.2010	Iguatemi	1ª Entrância	Consumidor	Exploração irregular da atividade de taxista
17.03.2011	15.02.2011	AP. do Taboado	2ª Entrância	Consumidor	Reparação em malha asfáltica
17.03.2011	21.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Consumidor	Irregularidade na atividade de taxista
24.03.2011	28.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Consumidor	Rede de captação e tratamento de esgoto
24.03.2011	28.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Consumidor	Contaminação de leite com intoxicação e alergia
03.02.2011	24.01.2011	Miranda	2ª Entrância	Consumidor	Conduta irregular em cartório
20.01.2011	12.01.2011	Nova A. do sul	2ª Entrância	Consumidor	Publicidade enganosa
17.03.2011	31.01.2011	Campo Grande	Especial	Consumidor	Taxas abusivas em compra de imóveis
17.03.2011	01.02.2011	Campo Grande	Especial	Consumidor	Comercialização irregular de combustíveis
17.03.2011	11.02.2011	Campo Grande	Especial	Consumidor	Cobrança indevida em planos de saúde
22.02.2011	09.02.2011	Campo Grande	Especial	Consumidor	Segurança de estádio em Rio Brilhante
22.02.2011	09.02.2011	Campo Grande	Especial	Consumidor	Segurança de estádio em Itaporã
22.02.2011	09.02.2011	Campo Grande	Especial	Consumidor	Segurança de estádio em Ivinhema
22.02.2011	09.02.2011	Campo Grande	Especial	Consumidor	Segurança de estádio em Naviraí
17.03.2011	21.02.2011	Campo Grande	Especial	Consumidor	Violação à liberdade de escolha
24.03.2011	10.03.2011	Campo Grande	Especial	Consumidor	Condições de segurança de estádio em Aquidauana
24.03.2011	11.03.2011	Campo Grande	Especial	Consumidor	Condições de segurança em estádio em Mundo Novo
24.03.2011	11.03.2011	Campo Grande	Especial	Consumidor	Condições de segurança de estádio em Dourados
24.03.2011	14.03.2011	Campo Grande	Especial	Consumidor	Condições de segurança em estádio em CGde.
17.03.2011	08.02.2011	Dourados	Especial	Controle at policial	Falta de pessoal no quadro da polícia civil
17.03.2011	15.02.2011	Campo Grande	Especial	Controle at policial	Irregularidade por transferência para reserva
17.03.2011	15.02.2011	Campo Grande	Especial	Controle at policial	Improbidade praticada por dois policiais

17.01.2011	14.12.2010	Iguatemi	1ª Entrância	Direitos const e D.H.	Garantir atendimento médico de paciente
17.01.2011	07.12.2010	Amambaí	2ª Entrância	Direitos const e D.H.	Precariedade em presídio
03.02.2011	25.01.2011	Corumbá	2ª Entrância	Direitos const e D.H.	Irregularidade no atendimento à saúde
24.03.2011	10.03.2011	Costa Rica	2ª Entrância	Direitos const e D.H.	Dilapidação de património herdado
17.03.2011	21.02.2011	Coxim	2ª Entrância	Direitos const e D.H.	Duplicidade de documento – RG MT e MS
24.03.2011	10.03.2011	Naviraí	2ª Entrância	Direitos const e D.H.	Omissão do poder públ. à internação de dependentes
11.02.2011	24.01.2011	Campo Grande	Especial	Direitos const e D.H.	Irregularidades no funcionamento de OSCIP
24.03.2011	03.12.2010	Ribas R Pardo	1ª Entrância	Eleitoral	Propaganda política em horário de expediente
17.03.2011	22.02.2011	Dourados	Especial	Fundação	obrigações de fundação
20.01.2011	13.01.2011	Campo Grande	Especial	Hab. Urb Patr H Cult	Falta de conservação de imóvel [Av A.Pena]
20.01.2011	13.01.2011	Campo Grande	Especial	Hab. Urb Patr H Cult	Permissão de uso de espaço publico para comercio
11.02.2011	19.01.2011	Itaporã	1ª Entrância	Idoso e pss def	Negligência a idosa
11.02.2011	25.01.2011	Itaporã	1ª Entrância	Idoso e pess def	Omissão a idoso por grupo de enfermagem
24.03.2011	25.02.2011	Itaquiraí	1ª Entrância	Idoso e pss def	Situação de risco de jovem deficiente
17.03.2011	14.02.2011	Sete Quedas	1ª Entrância	Idoso e pess def	Situação de risco do portador de deficiência física
17.03.2011	14.02.2011	Miranda	2ª Entrância	Idoso e pss def	Idoso em situação de risco
17.03.2011	14.02.2011	Sete Quedas	1ª Entrância	Infância e juventude	Garantir atendimento médico a uma criança
17.03.2011	14.02.2011	Sete Quedas	1ª Entrância	Infância e juventude	Criança em situação de risco
17.03.2011	22.02.2011	Angélica	1ª Entrância	Infância e juventude	Vagas em creche
11.02.2011	14.01.2011	Deodópolis	1ª Entrância	Infância e juventude	Negligência
24.03.2011	28.02.2011	Eldorado	1ª Entrância	Infância e juventude	Irregularidades na adm de programas gov
17.01.2011	17.12.2010	Iguatemi	1ª Entrância	Infância e juventude	Acompanhar reintegração de menor[1]
17.01.2011	17.12.2010	Iguatemi	1ª Entrância	Infância e juventude	Acompanhar reintegração de menor[2]
24.03.2011	24.02.2011	Iguatemi	1ª Entrância	Infância e juventude	Integração familiar de menor
11.02.2011	25.01.2011	Itaporã	1ª Entrância	Infância e juventude	Estado de residência utilizada como abrigo
24.03.2011	Sem data	Nova A. do sul	1ª Entrância	Infância e juventude	Omissão em prestação de serviços de acolhimento

10.01.2011	03.12.2010	Ribas R Pardo	1ª Entrância	Infância e juventude	Negligência à saúde de duas crianças
17.03.2011	17.02.2011	Rio Verde MT	1ª Entrância	Infância e juventude	Embasar ação de destituição de poder familiar
22.02.2011	03.02.2011	Naviraí	2ª Entrância	Infância e juventude	Infração administrativa [2 ic igual teor]
22.02.2011	03.02.2011	Naviraí	2ª Entrância	Infância e juventude	Infração administrativa [2 ic igual teor]
22.02.2011	04.02.2011	Nova A. do Sul	2ª Entrância	Infância e juventude	Falta professor habilitado para alunos especiais
22.02.2011	07.02.2011	Terenos	2ª Entrância	Infância e juventude	Analisar viabilização de abrigo
11.02.2011	18.01.2011	Três lagoas	2ª Entrância	Infância e juventude	Negligencia familiar
03.02.2011	20.01.2011	Três lagoas	2ª Entrância	Infância e juventude	Acompanhamento
17.03.2011	21.02.2011	Três Lagoas	2ª Entrância	Infância e juventude	Situação de Risco e negligência [1]
17.03.2011	21.02.2011	Três Lagoas	2ª Entrância	Infância e juventude	Situação de Risco e negligência [2]
24.03.2011	01.03.2011	Três Lagoas	2ª Entrância	Infância e juventude	Falta serviços para prevenção de vírus HIV
24.03.2011	01.03.2011	Três Lagoas	2ª Entrância	Infância e juventude	Situação de risco e negligência familiar
17.01.2011	13.12.2010	Campo grande	Especial	Infância e juventude	Negligencia familiar
03.02.2011	27.01.2011	Campo Grande	Especial	Infância e juventude	Negligencia familiar
22.02.2011	08.02.2011	Campo Grande	Especial	Infância e juventude	Maus-tratos
17.03.2011	23.02.2011	Campo Grande	Especial	Infância e juventude	Situação de risco – vulnerabilidade social
17.03.2011	25.02.2011	Campo Grande	Especial	Infância e juventude	Situação de risco – conflito familiar
24.03.2011	10.03.2011	Campo Grande	Especial	Infância e juventude	Situação de risco e tratamento psicológico
30.03.2011	21.03.2011	Campo Grande	Especial	Infância e juventude	Situação de risco por dependência química
17.03.2011	12.01.2011	Água Clara	1ª Entrância	Meio ambiente	Extração irregular de madeira
24.03.2011	28.02.2011	Anastácio	1ª Entrância	Meio ambiente	Cumprimento de TAC para recuperar app
11.02.2011	20.01.2011	Batayporã	1ª Entrância	Meio ambiente	Desmatamento área nativa sem licença
11.02.2011	20.01.2011	Batayporã	1ª Entrância	Meio ambiente	Incêndio em app
11.02.2011	20.01.2011	Batayporã	1ª Entrância	Meio ambiente	Dano em app
11.02.2011	20.01.2011	Batayporã	1ª Entrância	Meio ambiente	Construção de açude em nascente sem licença
03.02.2011	25.01.2011	Batayporã	1ª Entrância	Meio ambiente	Desmatamento sem licença

11.02.2011	27.01.2011	Batayporã	1ª Entrância	Meio ambiente	Uso de app e construções sem licença
24.03.2011	28.02.2011	Brasilândia	1ª Entrância	Meio ambiente	Extração e comércio ilegal de madeira
24.03.2011	02.03.2011	Brasilândia	1ª Entrância	Meio ambiente	Resíduos hospitalares sem tratamento em aterro
24.03.2011	Sem data	Itaporã	1ª Entrância	Meio ambiente	Poeira intensa por caminhões de empresa
17.01.2011	15.12.2010	Itaporã	1ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidade em atividade de piscicultura
11.02.2011	19.01.2011	Itaporã	1ª Entrância	Meio ambiente	Pesca ilegal
11.02.2011	19.01.2011	Itaporã	1ª Entrância	Meio ambiente	Pesca ilegal
11.02.2011	25.01.2011	Itaporã	1ª Entrância	Meio ambiente	Extração de terra sem licença
11.02.2011	25.01.2011	Itaporã	1ª Entrância	Meio ambiente	Pesca ilegal no Rio Santa Maria
17.03.2011	09.02.2011	Itaporã	1ª Entrância	Meio ambiente	Poluição sonora
17.03.2011	17.02.2011	Itaporã	1ª Entrância	Meio ambiente	Repesamento sem licença
17.03.2011	21.02.2011	Itaporã	1ª Entrância	Meio ambiente	Extração de recursos naturais sem licença
17.03.2011	17.02.2011	Itaquiraí	1ª Entrância	Meio ambiente	Exploração de área florestal sem licença
24.03.2011	Sem data	Nioaque	1ª Entrância	Meio ambiente	Poluição por atividade de carvoaria
17.03.2011	17.02.2011	Nova A. do Sul	1ª Entrância	Meio ambiente	Regularidade em app e conservação de solo
17.03.2011	17.02.2011	Nova A. do Sul	1ª Entrância	Meio ambiente	Regularidade em app e conservação de solo
20.01.2011	10.01.2011	Pedro Gomes	1ª Entrância	Meio ambiente	Danificação de floresta e falta de licença em app
11.02.2011	27.01.2011	Porto Murtinho	1ª Entrância	Meio ambiente	Ausência de licença para explorar rec. naturais
17.03.2011	18.02.2011	Ribas R Pardo	1ª Entrância	Meio ambiente	Barragem em rio desde a nascente
17.03.2011	18.02.2011	Ribas R Pardo	1ª Entrância	Meio ambiente	Desvio de curso d'água
24.03.2011	02.03.2011	Ribas R Pardo	1ª Entrância	Meio ambiente	Desmatamento em app
24.03.2011	03.03.2011	Ribas R Pardo	1ª Entrância	Meio ambiente	Atividade de carvoejamento sem licença
20.01.2011	11.01.2011	Sonora	1ª Entrância	Meio ambiente	Aterro irregular
20.01.2011	07.01.2011	Terenos	1ª Entrância	Meio ambiente	Falta de licença ambiental para auto posto
20.01.2011	07.01.2011	Terenos	1ª Entrância	Meio ambiente	Atividade irregular em assentamento
20.01.2011	10.01.2011	Terenos	1ª Entrância	Meio ambiente	Dano a app por implantação de loteamento

17.01.2011	30.11.2010	Bela vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app conf. vistoria Nugeo
17.01.2011	30.11.2010	Bela vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app conf. vistoria Nugeo
17.01.2011	30.11.2010	Bela vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app conf. vistoria Nugeo
17.01.2011	30.11.2010	Bela vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app conf. vistoria Nugeo
17.01.2011	30.11.2010	Bela vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app conf. vistoria Nugeo
17.01.2011	30.11.2010	Bela vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app conf. vistoria Nugeo
17.01.2011	30.11.2010	Bela vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app conf. vistoria Nugeo
17.01.2011	30.11.2010	Bela vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app conf. vistoria Nugeo
17.01.2011	30.11.2010	Bela vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app conf. vistoria Nugeo
17.01.2011	30.11.2010	Bela vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app conf. vistoria Nugeo
17.01.2011	30.11.2010	Bela vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app conf. vistoria Nugeo
17.01.2011	30.11.2010	Bela vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app conf. vistoria Nugeo
17.01.2011	30.11.2010	Bela vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app conf. vistoria Nugeo
17.01.2011	30.11.2010	Bela vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app conf. vistoria Nugeo
17.01.2011	30.11.2010	Bela vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app conf. vistoria Nugeo
17.01.2011	30.12.2010	Bela Vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Regularidade ambiental e construção em app
17.01.2011	30.12.2010	Bela vista	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app conf. vistoria Nugeo
30.03.2011	10.03.2011	Bonito	2ª Entrância	Meio ambiente	Ausência de memorial descritivo de app
30.03.2011	10.03.2011	Bonito	2ª Entrância	Meio ambiente	Ausência de memorial descritivo de app
17.03.2011	22.02.2011	Camapuã	2ª Entrância	Meio ambiente	Lançamento clandestino de esgoto c/ odor fétido
03.02.2011	21.01.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Desmatamento por empresa de mineração
03.02.2011	21.01.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Aquisição e registro de propriedades em app
22.02.2011	07.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Desmatamento sem licença
22.02.2011	07.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades por desmatamento
22.02.2011	07.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Porte ilegal de motosserra

22.02.2011	07.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Atividade irregular pesqueiro
22.02.2011	07.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Corte de árvore de app
22.02.2011	07.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app faz. vaca Baia
22.02.2011	07.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app faz. Arinos
22.02.2011	07.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app faz Rancho Novo
22.02.2011	07.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app faz S. Fernando
22.02.2011	07.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Armazenamento e comercialização de carvão vegetal
22.02.2011	07.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Venda e armazenamento de carvão vegetal
22.02.2011	07.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Construção irregular em app
17.03.2011	08.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Venda de madeira sem licença
17.03.2011	08.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Madeira sem comprovação de origem
17.03.2011	08.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Venda de madeira sem licença Madesul
17.03.2011	08.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Venda de madeira sem licença VE Barbosa
17.03.2011	09.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Porte de motosserra sem licença
17.03.2011	09.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Instalação de aterro
24.03.2011	23.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Corte de árvore em app de espécie preservada
22.02.2011	27.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades e poluição sonora em conveniência
22.02.2011	27.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades e poluição sonora casa de show
24.03.2011	28.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Construção de edificações sem licença
24.03.2011	28.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Meio ambiente	Falta de serviços publ. em comunidades z. rural
03.02.2011	24.01.2011	Costa Rica	2ª Entrância	Meio ambiente	Falta de proteção de app
24.03.2011	01.03.2011	Costa Rica	2ª Entrância	Meio ambiente	Transporte de 25,836m3 de madeira sem licença
24.03.2011	01.03.2011	Costa Rica	2ª Entrância	Meio ambiente	Transporte de 27,598m3 de madeira sem licença
24.03.2011	01.03.2011	Costa Rica	2ª Entrância	Meio ambiente	Transporte de 120m3 de carvão nativo
24.03.2011	01.03.2011	Costa Rica	2ª Entrância	Meio ambiente	Transporte de 15,107m3 de madeira sem licença

24.03.2011	01.03.2011	Costa Rica	2ª Entrância	Meio ambiente	Transporte de 30,385m3 de madeira sem licença
24.03.2011	01.03.2011	Costa Rica	2ª Entrância	Meio ambiente	Transporte de 20,101m3 de madeira sem licença
24.03.2011	01.03.2011	Costa Rica	2ª Entrância	Meio ambiente	Transporte de 26,9874m3 de madeira sem licença
24.03.2011	01.03.2011	Costa Rica	2ª Entrância	Meio ambiente	Transporte de 24,967m3 de madeira sem licença
24.03.2011	01.03.2011	Costa Rica	2ª Entrância	Meio ambiente	Transporte de 30,727m3 de madeira sem licença
03.02.2011	21.01.2011	Coxim	2ª Entrância	Meio ambiente	Poluição sonora
03.02.2011	21.01.2011	Coxim	2ª Entrância	Meio ambiente	Dejetos lançados pelo presídio
03.02.2011	21.01.2011	Coxim	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidade em app
30.03.2011	14.03.2011	Maracaju	2ª Entrância	Meio ambiente	Infrações por construção de barragens
17.01.2011	30.11.2010	Miranda	2ª Entrância	Meio ambiente	Extração de aroeira sem manejo
17.03.2011	16.02.2011	Miranda	2ª Entrância	Meio ambiente	Construção em app, em Bodoquena
17.03.2011	16.02.2011	Miranda	2ª Entrância	Meio ambiente	Desmatamento sem autorização
17.03.2011	16.02.2011	Miranda	2ª Entrância	Meio ambiente	Poluição sonora por cultos
24.03.2011	22.02.2011	Miranda	2ª Entrância	Meio ambiente	Transporte de madeira sem licença
20.01.2011	10.01.2011	Naviraí	2ª Entrância	Meio ambiente	Poluição sonora
20.01.2011	10.01.2011	Naviraí	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app com erosões faz Paraná
20.01.2011	10.01.2011	Naviraí	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app com erosões faz 2 Irmãs
20.01.2011	10.01.2011	Naviraí	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app com erosões faz NSAP.
20.01.2011	10.01.2011	Naviraí	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app com erosões
20.01.2011	10.01.2011	Naviraí	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidades em app com erosões faz Primavera
17.03.2011	24.02.2011	Naviraí	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidade em app sítio S.Rita.
17.03.2011	24.02.2011	Naviraí	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidade em app em estância
17.03.2011	24.02.2011	Naviraí	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidade em app em fazenda S. Paulo
17.03.2011	24.02.2011	Naviraí	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidade em app em faz Brotas
17.03.2011	24.02.2011	Naviraí	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidade em app em faz. Princesa

17.03.2011	24.02.2011	Naviraí	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidade em app em faz Entrerios
17.03.2011	24.02.2011	Naviraí	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidade em app em faz Flor do Campo
24.03.2011	03.03.2011	Naviraí	2ª Entrância	Meio ambiente	Vazamento de amônia
24.03.2011	10.03.2011	Naviraí	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidade ambiental em sítio
22.02.2011	04.02.2011	Nova A. do Sul	2ª Entrância	Meio ambiente	Olaria irregular
22.02.2011	08.02.2011	Nova A. do Sul	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidade e app e de conservação de solo
22.02.2011	08.02.2011	Nova A. do Sul	2ª Entrância	Meio ambiente	Irregularidade e app e de conservação de solo
24.03.2011	27.09.2010	Nova Andradina	2ª Entrância	Meio ambiente	Reserva legal e app de empreendimento
17.01.2011	15.12.2010	Nova Andradina	2ª Entrância	Meio ambiente	Desmatamento de vegetação nativa sem licença
24.03.2011	10.03.2011	Nova Andradina	2ª Entrância	Meio ambiente	Destinação de resíduos e agrotóxicos
22.02.2011	07.02.2011	Porto Murtinho	2ª Entrância	Meio ambiente	Valeta em avenida com proliferação de mosquito
22.02.2011	31.01.2011	Terenos	2ª Entrância	Meio ambiente	Esgoto irregular
17.03.2011	11.02.2011	C Grande	Especial	Meio ambiente	Poluição sonora em conveniência
17.03.2011	11.02.2011	C Grande	Especial	Meio ambiente	Poluição sonora em estabelecimento de lanche
17.03.2011	11.02.2011	C Grande	Especial	Meio ambiente	Poluição sonora em bar e lanchonete
17.03.2011	11.02.2011	C Grande	Especial	Meio ambiente	Poluição sonora em conveniência na Coophamat
17.03.2011	11.02.2011	C Grande	Especial	Meio ambiente	Poluição sonora em bar no Zé Pereira
17.03.2011	11.02.2011	C Grande	Especial	Meio ambiente	Poluição sonora por igreja
17.03.2011	14.02.2011	C Grande	Especial	Meio ambiente	Degradação ambiental e falta de licença
17.03.2011	14.02.2011	C Grande	Especial	Meio ambiente	Degradação em app
17.03.2011	16.02.2011	C Grande	Especial	Meio ambiente	Invasão de áreas públicas em bairros
03.02.2011	24.01.2011	Campo Grande	Especial	Meio ambiente	Sistema de drenagem de águas pluviais em bairro
22.02.2011	10.02.2011	Campo Grande	Especial	Meio ambiente	Sistema de drenagem de águas pluviais em bairro
22.02.2011	10.02.2011	Campo Grande	Especial	Meio ambiente	Destruição ambiental em praça
22.02.2011	10.02.2011	Campo Grande	Especial	Meio ambiente	Poluição sonora
22.02.2011	10.02.2011	Campo Grande	Especial	Meio ambiente	Poluição sonora
22.02.2011	10.02.2011	Campo Grande	Especial	Meio ambiente	Poluição sonora

17.03.2011	17.02.2011	Campo Grande	Especial	Meio ambiente	Poluição por queimadas perto de área ambiental
17.03.2011	25.02.2011	Campo Grande	Especial	Meio ambiente	Falta de licença para funcionamento de bar
24.03.2011	16.03.2011	Campo Grande	Especial	Meio ambiente	Exploração em app e funcionamento de carvoaria
30.03.2011	16.03.2011	Campo Grande	Especial	Meio ambiente	Represamento de nascentes e irregularidades
30.03.2011	16.03.2011	Campo Grande	Especial	Meio ambiente	Regularidades de licenciamento em chácara
30.03.2011	22.03.2011	Campo Grande	Especial	Meio ambiente	Poluição e falta de licenças na Vila Bandeirantes
30.03.2011	22.03.2011	Campo Grande	Especial	Meio ambiente	Atividades de empacotamento de carvão e de lenha
24.03.2011	28.03.2011	Campo Grande	Especial	Meio ambiente	Ausência de limpeza e outras condições em imóvel
24.03.2011	28.03.2011	Campo Grande	Especial	Meio ambiente	Ausência de limpeza e outras condições em imóvel
24.03.2011	28.03.2011	Campo Grande	Especial	Meio ambiente	Ausência de limpeza e outras condições em imóvel
11.02.2011	24.01.2011	Dourados	Especial	Meio ambiente	Depósito de lixo em lugar indevido
11.02.2011	24.01.2011	Dourados	Especial	Meio ambiente	Desmatamento e abertura de rua em app
17.03.2011	14.02.2011	Dourados	Especial	Meio Ambiente	Disposição irregular de entulho em app
17.03.2011	28.02.2011	Dourados	Especial	Meio ambiente	Irregularidade em instalação de ponte
17.03.2011	28.02.2011	Dourados	Especial	Meio ambiente	Irregularidade em comercialização de madeira
24.03.2011	04.03.2011	Dourados	Especial	Meio ambiente	Irregularidade em empreendimento
24.03.2011	04.03.2011	Dourados	Especial	Meio ambiente	Poluição sonora e irregularidades
24.03.2011	10.03.2011	Dourados	Especial	Meio ambiente	Veículo com som acima do permitido
24.03.2011	10.03.2011	Dourados	Especial	Meio ambiente	Veículo com som acima do permitido
24.03.2011	10.03.2011	Dourados	Especial	Meio ambiente	Veículo com som acima do permitido
24.03.2011	10.03.2011	Dourados	Especial	Meio ambiente	Veículo com som acima do permitido
24.03.2011	10.03.2011	Dourados	Especial	Meio ambiente	Veículo com som acima do permitido
17.01.2011	17.11.2010	Brasília	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Descumprimento de função por 7 vereadores
17.03.2011	10.01.2011	Água Clara	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Veículos do transporte escolar do município
11.02.2011	25.01.2011	Anastácio	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Irregularidades em contratações
11.02.2011	27.01.2011	Anastácio	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Irregularidade em contratar serviços transp. escolar

11.02.2011	27.01.2011	Anastácio	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Irregularidades em prestação de contas do município
17.03.2011	27.01.2011	Anastácio	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Prestação de contas do município ref 2002
17.03.2011	27.01.2011	Anastácio	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Falta de licitação para serviços de transporte esc.
17.01.2011	16.12.2010	Bandeirantes	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Contratação irregular de professora municipal
03.02.2011	25.01.2011	Bandeirantes	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Improbidade administrativa [em Jaraguari]
11.02.2011	20.01.2011	Batayporã	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Improbidade nepotismo
17.03.2011	11.02.2011	Brasilândia	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Recusa de moradores entregar animais infectados
30.03.2011	11.03.2011	Itaporã	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Administração irregular da comunidade Porciúncula
30.03.2011	14.03.2011	Itaporã	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Aplicação irregular de recursos federais
30.03.2011	15.03.2011	Itaporã	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Aplicação irregular de recurso federal
30.03.2011	15.03.2011	Itaporã	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Aplicação irregular de recursos federais
20.01.2011	10.01.2011	Pedro Gomes	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Construção inacabada de ginásio do município
20.01.2011	12.01.2011	Pedro Gomes	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Identificar responsáveis por danos a cofres públ.
24.03.2011	18.02.2011	Pedro Gomes	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Atrasos em repasses a fund de saúde pelo município
24.03.2011	18.02.2011	Pedro Gomes	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Pagamento indevido de diárias na Câmara Vereadores
24.03.2011	18.02.2011	Pedro Gomes	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Uso indevido de celulares em Câmara de Vereadores
24.03.2011	23.02.2011	Pedro Gomes	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Autopromoção da prefeita e Câmara de Vereadores
17.03.2011	21.02.2011	Porto Murtinho	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Fraude em licitação
30.03.2011	23.02.2011	Rio Verde MT	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Uso indevido de carro oficial
24.03.2011	11.03.2011	Sete Quedas	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Irregularidades em processo seletivo do município
24.03.2011	11.03.2011	Sete Quedas	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Acúmulo de cargos em Paranhos e Secr. Estadual
24.03.2011	11.03.2011	Sete Quedas	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Nepotismo na Secretaria de Educação de Paranhos
20.01.2011	11.01.2011	Sonora	1ª Entrância	Patrimônio púb social	superfaturamento em aquisição de ambulância
24.03.2011	24.02.2011	Sonora	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Irregularidade em benefício previsto
24.03.2011	21.02.2011	Terenos	1ª Entrância	Patrimônio púb social	Reunir elementos objetivando a reforma de presídio
24.03.2011	Sem data	AP. do Taboado	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Ver serviços de consultoria e assessoria jurídica
17.03.2011	14.02.2011	Bataguassu	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Desvio de verba pública
17.01.2011	30.11.2010	Bela Vista	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Contratação de funcionário sem concurso
24.03.2011	Sem data	Caarapó	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Irregularidades em área de loteamento
30.03.2011	22.02.2011	Cassilândia	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Irregularidades em licitação p adquirir veículo
24.03.2011	24.02.2011	Chapadão do Sul	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Gastos em diárias no Poder Legislativo
24.03.2011	24.02.2011	Chapadão do Sul	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Gastos em verbas indenizatórias

03.02.2011	25.01.2011	Corumbá	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Contratação irregular de funcionários em Ladário
22.02.2011	08.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Uso inadequado de verbas do FUNDEB Ladário
17.03.2011	25.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Atos de improbidade na Santa Casa
22.02.2011	27.02.2011	Corumbá	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Devolução de embarcação ao IMASUL
10.01.2011	20.12.2010	Coxim	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Patrimônio incompatível com a função
22.02.2011	03.02.2011	Coxim	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Valores em duplicidade pagos à Sta Casa
11.02.2011	19.01.2011	Miranda	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Aquisição desproporcional à renda de agente públ.
11.02.2011	19.01.2011	Miranda	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Aquisição desproporcional à renda de agente públ.
11.02.2011	19.01.2011	Miranda	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Improbidade por má-utilização do dinheiro públ.
24.03.2011	01.03.2011	Miranda	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Irregularidades em contrato da municipalidade
24.03.2011	03.03.2011	Miranda	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Representante constante em protocolo
24.03.2011	03.03.2011	Miranda	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Construção de concha acústica
11.02.2011	27.01.2011	Naviraí	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Falta de estrutura em escola
30.03.2011	15.03.2011	Naviraí	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Autopromoção em bem público
24.03.2011	03.03.2011	Nova Andradina	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Procedimentos licitatórios na implantação de software
17.01.2011	15.12.2010	Paranaíba	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Irregularidades na aquisição de combustíveis
17.03.2011	09.02.2011	Ponta Porã	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Cobrança de honorários pagos por inadimplentes
17.03.2011	15.02.2011	Ponta Porã	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Contratação de empresa de pavimentação
03.02.2011	26.01.2011	Sidrolândia	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Contratação irregular, sem concurso
17.03.2011	16.02.2011	Três Lagoas	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Locação de veículos pelo município
17.03.2011	23.02.2011	Três Lagoas	2ª Entrância	Patrimônio púb social	Cessão irregular de servidores
17.03.2011	16.02.2011	C Grande	Especial	Patrimônio púb social	Atos de improbidade em agência de metrologia
03.02.2011	24.01.2011	Campo Grande	Especial	Patrimônio púb social	Irregularidade na penhora de bens imóveis
03.02.2011	24.01.2011	Campo Grande	Especial	Patrimônio púb social	Denúncia de funcionária fantasma da assembleia
11.02.2011	24.01.2011	Campo Grande	Especial	Patrimônio púb social	Irregularidades na doação de imóveis
11.02.2011	24.01.2011	Campo Grande	Especial	Patrimônio púb social	Desvios de finalidade de convênios com o Estado
17.03.2011	15.02.2011	Campo Grande	Especial	Patrimônio púb social	Improbidade – processo administrativo
17.03.2011	15.02.2011	Campo Grande	Especial	Patrimônio púb social	Improbidade - processo disciplinar
17.03.2011	16.02.2011	Campo Grande	Especial	Patrimônio púb social	Irregularidades em licitação pela prefeitura
17.03.2011	16.02.2011	Campo Grande	Especial	Patrimônio púb social	Irregularidades em auditoria em órgãos do Estado
17.03.2011	16.02.2011	Campo Grande	Especial	Patrimônio púb social	Improbidade cometidas por servidor

24.03.2011	02.03.2011	Campo Grande	Especial	Patrimônio púb social	Atos praticados por diretora de finanças do DETRAN
24.03.2011	14.03.2011	Campo Grande	Especial	Patrimônio púb social	Contratação de funcionários terceirizados
24.03.2011	14.03.2011	Campo Grande	Especial	Patrimônio púb social	Registros de asfalto em realidade contrária
24.03.2011	16.03.2011	Campo Grande	Especial	Patrimônio púb social	Nomeação irregular
24.03.2011	28.03.2011	Campo Grande	Especial	Patrimônio púb social	Utilização de veículo oficial para uso particular
24.03.2011	28.03.2011	Campo Grande	Especial	Patrimônio púb social	Irregularidade em aposentadoria de José Soares
24.03.2011	28.03.2011	Campo Grande	Especial	Patrimônio púb social	Convocação de candidatos em concurso público
17.03.2011	25.02.2011	Dourados	Especial	Patrimônio púb social	Irregularidades em pregão presencial
30.03.2011	28.02.2011	Dourados	Especial	Patrimônio púb social	Ato de improbidade administrativa
30.03.2011	17.03.2011	Dourados	Especial	Patrimônio púb social	Ato de improbidade administrativa

TABULAÇÃO DAS MATÉRIAS DO PORTAL MPMS

Data	Produção	Fonte	Local	Área	Assunto	Título
04.02.2011	Assecom	MPE/	PGJ MS	Criminal	MPE interpõe recurso especial contra a decisão do TJ que aplicou pena restritiva de direito a lesões corporais contra namorada	Criminal
18.02.2011	Assecom	MPMS/Terenos	Terenos	Idoso e port deficiência	MPE firma CAC com prefeitura para repasses mensais ao Asilo	Terenos
25.03.2011	Assecom	MPMS Nova Andradina	MS Nova Andradina	Organizacional	Ibama e MPE vão fazer diagnóstico ambiental em Nova Andradina	Convenio
25.02.2011	Assecom	MPMS/Ponta Porã	MS Ponta Porã	Criminal	A atuação do Ministério Público Estadual na fronteira é o assunto do MPE na TV deste sábado	Tráfico
28.01.2011	Assecom	MPMS/ CNMP MPMS/Dourad os	NAC MS Dourados	Organizacional	Campo Grande sedia workshop do Enasp em fevereiro MPE cria Central e Núcleos de Penas Alternativas no interior	Aprendizado Inovação
15.03.2011	Assecom	MPMS PGJ	MS	Organizacional	Procuradoria-Geral promove sorteio entre membros para participar de encontro	Sorteio
15.03.2011	Assecom	MPMS PGJ	MS	Organizacional	Procurador-Geral de Justiça participa de formatura da PM	Evento
03.03.2011	Assecom	MPE/CEAF	MS	Organizacional	Candidatos aprovados em seleção para estagiário do MP têm três dias para procurar o CEAF	Entrevista
03.03.2011	Assecom	MPMS Jardim	MS Jardim	Organizacional	Promotoria de Justiça de Jardim divulga relação de inscrições deferidas para Processo Seletivo	Estágio
15.03.2011	Assecom	MPMS PGJ MPMS	MS	Organizacional	Procuradoria-Geral promove hoje à tarde sorteio entre membros para participar de encontro [ver abordagem]	Comunicado
28.01.2011	Assecom	ASSECOM MPMS	MS	Organizacional	Ministério Público é o tema do MPE na TV deste sábado.	TV
15.03.2011	Assecom	Assecom MPMS	NAC	Organizacional	Reunião de Assessores de Comunicação dos MPs realiza debate sobre ações institucionais	Mídia
25.03.2011	Assecom	Assecom MPMS	MS MS	Organizacional	TV Justiça exhibe o MPE na TV em novo horário	Programação
25.03.2011	Assecom	Chapadão do Sul	Chapadão do Sul	Organizacional	Promotor de Justiça de Chapadão do Sul é homenageado pela Câmara de Vereadores	Honraria
25.03.2011	Assecom	MPMS Dourados	MS Dourados	Organizacional	Psicóloga realiza palestra para 150 alunos do curso de Psicologia da Anhanguera	Dourados
28.01.2011	Assecom	MPMS OUVIDORIA	MS	Organizacional	Ouvidoria do MPE realiza reunião para melhor atender a Instituição	Avanços
17.01.2011	Assecom	MPMS PGJ	MS	Organizacional	MPE integra corrente de ajuda às vítimas das chuvas no	Solidariedade

					RJ	
25.03.2011	Assecom	MPMS SINDICATO MPMS	MS	Organizacional	Eleição do sindicato de servidores do MP é definida por dois votos	Acirrado
25.03.2011	Assecom	SINDICATO MPMS	MS	Organizacional	Servidores do MP escolhem nova diretoria do SINSEMP-MS	Eleição
28.01.2011	Assecom	MPMS/ CNMP	NAC	Organizacional	Inspeções carcerárias terão formulários padronizados	Novidade
25.02.2011	Assecom	MPMS/ PGJ	MS	Organizacional	Sede das Promotorias de Justiça recebe membros do MPE, Secretaria de Políticas para as Mulheres e instituições para reunião.	Lei Maria da penha
18.02.2011	Assecom	MPMS/CEAF MPMS	MS	Organizacional	Divulgado resultado do processo de seleção para estagiário	Aquidauana
04.02.2011	Assecom	Assecom	MS	Organizacional	Corregedoria do MPE e Ouvidoria são os temas do MPE na TV desta semana	Programa
28.01.2011	Assecom	MPMS/PGJ	MS	Organizacional	DOMP-MS divulga movimentações na carreira na próxima segunda-feira	Promoções e remoção
28.01.2011	Assecom	MPMS/PGJ	MS	Organizacional	Promotorias de Justiça do interior recebem novos veículos	Frota
03.03.2011	Assecom	MPMS/PGJ	MS	Organizacional	Diário Oficial anuncia datas em que não haverá expediente no MPE	Feriados
25.02.2011	Assecom	MPMS PJ Sete Quedas	MS sete quedas	Organizacional	MPE investiga supostas irregularidades na prefeitura de Paranhos	Operação
17.01.2011	CNJ	CNJ	NAC	Organizacional	Cartórios do Centro-Oeste começam a solicitar papel de segurança para certidões	Novidade
18.02.2011	CNJ	CNJ	NAC	Organizacional	Cadastro de ações coletivas é aprovado pelo Ministério da Justiça	Projeto de lei
04.02.2011	CNMP	CNMP	NAC	Organizacional	Resolução abre possibilidade de controle da atividade policial	Proposta
15.03.2011	Folha SP	Folha SP	SP	Organizacional	Acordo tenta fortalecer Lei Maria da Penha	Transcrição
07.01.2011	MPF-SP	MPF-SP	SP	Organizacional	Patrimônio públ. Social	Dedicação
15.03.2011	MPMT MS	MPMT	MT	Organizacional	Exercício irregular de atividade de professor	Violência doméstica
15.03.2011	RECORD	MS RECORD MPMS	MS MS	Organizacional	MPMT e Governo de Mato Grosso lançam projeto para evitar reincidência de agressores	Perda
17.01.2011	O Correio news	Chapadão do Sul	Chapadão do Sul	Infância e Juventude	Corpo do advogado Jorge Antonio Siufi será sepultado às 9 horas	Chapadão do Sul
25.03.2011	STF	STF	MS	Criminal	MPE e representantes do ensino promovem palestras para pais e alunos	Unanimidade
					STF declara constitucionalidade do artigo 41 da Lei Maria da Penha	

25.02.2011	STF	STF	SP	Criminal	Plenário reconhece legitimidade do MP estadual para propor reclamação no Supremo	Reconhecimento
07.01.2011	STJ	STJ	GO	Criminal	Julgamento de recurso prisão especial para advogado	Decisão Estupro e atentado
28.01.2011	STJ	STJ	NAC	Criminal	STJ decide continuidade delitiva de crimes sexuais	
07.01.2011	STJ	STJ	NAC	Idosos e port. deficiência	MPF como parte legítima para pedir indenização a idosos	Legitimidade
04.02.2011	STJ	STJ	NAC	Organizacional	Corte Especial parabeniza ministro Fux por indicação ao Supremo Tribunal Federal	Indicação 2
04.02.2011	STJ	STJ	NAC	Organizacional	Fux é o décimo ministro do STJ a ser indicado ao STF	Indicação 1
18.02.2011	TJMS	MPMS Campo Grande	MS Campo Grande	Meio Ambiente	TJMS rejeita embargos e mantém decisão contra Acrissul	Lei do silêncio